UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

JÚLIA NOGUEIRA DORIGO

Trabalho em cadeia – uma análise do
cotidiano de trabalho dos agentes de
segurança penitenciária no estado de Minas
Gerais

São Paulo
2016

JÚLIA NOGUEIRA DORIGO

Trabalho em cadeia – uma análise do
cotidiano laboral dos agentes de segurança
penitenciária no estado de Minas Gerais

(versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social e do
Trabalho

Orientadora :Leny Sato

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Dorigo, Júlia Nogueira.

Trabalho em cadeia – uma análise do cotidiano laboral dos agentes de segurança penitenciária no estado de Minas Gerais / Júlia Nogueira Dorigo; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2015.

115 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Trabalho 2. Subjetividade 3. Agente de segurança penitenciária
4. Sistema prisional I. Título.

HD4831

Nome: DORIGO, Júlia Nogueira

Título: Trabalho em cadeia – uma análise do cotidiano laboral dos agentes de segurança penitenciária no estado de Minas Gerais

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de doutora em
Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao final de uma longa e difícil caminhada é chegada a hora de celebrar o aprendizado, mas antes, não posso deixar os meus mais sinceros agradecimentos a todas e todos que me acompanharam ao longo deste caminho, me apoiaram, me instruíram, me aconselharam, me consolaram, me aliviaram e me divertiram, muitos sem saber ao certo o que eu estava fazendo, mas sempre com a compreensão que precisei para seguir em frente.

Aos agentes de segurança penitenciária que me receberam em diversos lugares e abriram suas dores da vida para que eu pudesse compartilhá-las aqui.

À professora Leny Sato não só pelo trabalho de orientação, mas pela forma generosa e respeitosa como o executou, me acolhendo e ajudando a caminhar por este caminho tão adverso para nós duas.

À professora Maria Elizabeth Antunes Lima que me apresentou o mundo da psicologia do trabalho com muita paixão e respeito e me fez encantar por esta ciência e pela possibilidade de transformação que ela traz.

À professora Vanessa Andrade Barros que sempre me incentivou em seguir com os estudos e me acolheu por tantas vezes durante o descortinar desta dura realidade, sem me deixar perder o fôlego, inclusive durante o processo de qualificação.

À professora Cláudia Osório pela caprichosa leitura do trabalho e os importantes apontamentos trazidos com tanto cuidado.

À Nalva Gil, em nome de todas as secretárias e secretário do departamento de Psicologia Social e do Trabalho, que sempre me receberam muito bem e em muito me auxiliaram com as burocracias inevitáveis do processo, sempre sorridente e muito paciente.

Às amigas Natália Alves e Maristela Pereira que dividiram comigo as inseguranças e sempre me deram força e inspiração para concluir esta etapa.

Aos meus pais, Luiz Carlos e Marlúcia, que sempre me apoiaram em todas as propostas de vida que tive com muito carinho, em especial nesta, uma das mais desgastantes, com muito respeito e paciência.

Aos meus irmãos, Bernardo e Bruno por sempre acreditarem em mim.

Às queridas Elisa, Livia e Mariana, que sempre me lembram a beleza e o potencial da psicologia e nunca me deixam esquecer da minha paixão.

Às indispensáveis Martha, Fernanda, Luísa e Maísa por toda a alegria com que sempre compartilharam minhas vitórias.

Ao Rafael, entusiasta discreto de todo este processo, que sempre se fez presente.

Às queridas Aline, Izabela e Joana que apareceram aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo para lembrar que há muito ainda a se descobrir e aproveitar, o que me trouxe um fôlego especial para chegar até aqui.

Muito obrigada!

Resumo

DORIGO, J. N. - Trabalho em cadeia – uma análise do cotidiano laboral dos agentes de segurança penitenciária no estado de Minas Gerais. 2015. 153f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Este trabalho investigou a relação entre construção da subjetividade e condições de trabalho, realizando um estudo junto aos agentes de segurança penitenciária do estado de Minas Gerais. A pesquisa foi desenvolvida junto a agentes de segurança penitenciária do estado que trabalham ou trabalharam em algumas das unidades mineiras, através de conversas sobre o trabalho e também acompanhando as atividades destes profissionais em uma das unidades do estado. O trabalho traz uma melhor compreensão do papel das prisões na manutenção da desigualdade social e qual o impacto disto para os agentes de segurança penitenciária que passam a se aperceber como parte desta engrenagem. E ainda se apercebem diante das mesmas condições que os presos, tanto socialmente, fora das unidades, como dentro das unidades em seu momento de trabalho. Todas as contradições encontradas ao longo de trabalho trazem desdobramento para a vida dos agentes de segurança penitenciária e estão analisadas no texto. A pesquisa apontou que não só os detentos sofrem com as condições precárias de aprisionamento no Brasil, mas também os agentes que ali trabalham e que não há pequenas alterações possíveis no cotidiano que sejam capazes de transformar esta realidade a fim de minimizar seu impacto subjetivo. O único horizonte vislumbrado para a transformação deste ambiente insalubre de sofrimento é a sua extinção e este trabalho pretendeu contribuir para a construção de argumentos a este favor.

Palavras-chave: trabalho; subjetividade; agente de segurança penitenciária; sistema prisional

Summary

DORIGO, J. N. - Chain work - an analysis of the everyday work of prison guards in the state of Minas Gerais. 2015. 153f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

This study investigated the relationship between construction of subjectivity and working conditions, conducting a study with the prison guards in the state of Minas Gerais. The research was conducted with the prison guards of the state who work or have worked in some of the local units, through conversations about work and following the activities of these professionals in one of the penitentiaries. The work brings a better understanding of the role of prisons in maintaining social inequality and what the impact of this for prison guards who come realize themselves as part of this gear. They realize that they are on the same conditions as the prisoners, both socially, outside the units, as within the units at the time of work. All the contradictions found at this workplace have a subjective impact in those workers and them are analyzed in the text. The survey showed that not only the inmates suffer from the poor conditions of imprisonment in Brazil, but also the agents who work there and that there is little potential changes in daily life that are able to transform this reality in order to minimize its subjective impact. The only glimpsed horizon for the transformation of this unhealthy environment of suffering is its extinction and this work aims to contribute to the construction of arguments in this favor.

Keywords: work, subjectivity, prison guards, prison system

Résumé

DORIGO, J. N. – Chaîne de travail - une analyse du travail quotidien des gardiens de prison dans l'Etat de Minas Gerais. 2015. 153f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Cette étude a examiné la relation entre la construction de la subjectivité et de conditions de travail, mener une étude avec les gardiens de prison dans l'État de Minas Gerais. La recherche a été menée avec les gardiens de la prison de l'État qui travaillent ou ont travaillé dans certaines des unités locales, par des conversations sur le travail et en suivant les activités de ces professionnels dans l'un des pénitenciers. Le travail apporte une meilleure compréhension du rôle des prisons dans le maintien de l'inégalité sociale et l'impact de cette situation pour les gardiens de prison qui viennent se réaliser dans le cadre de cet engin. Ils se rendent compte qu'ils sont dans les mêmes conditions que les prisonniers, à la fois socialement, en dehors des unités, comme dans les unités au moment du travail. Toutes les contradictions trouvées à ce lieu de travail ont un impact subjectif dans ces travailleurs et leur sont analysés dans le texte. L'enquête a montré que non seulement les détenus souffrent de mauvaises conditions d'emprisonnement au Brésil, mais aussi les agents qui y travaillent et qu'il ya peu de changements potentiels dans la vie quotidienne qui sont capables de transformer cette réalité afin de minimiser son impact subjectif. Le seul horizon entrevu pour la transformation de cet environnement malsain de la souffrance est son extinction et ce travail vise à contribuer à la construction d'arguments en cette faveur.

Mots-clés : travail, subjectivité, gardiens de prison, système pénitentiaire

Lista de siglas

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPPN – Complexo Penitenciário de Ponte Nova

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execuções Penais

ONU – Organização das Nações Unidas

SEDS – Secretaria de Defesa Social

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUAPI – Superintendência de Administração Prisional

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

Sumário

Apresentação	10
Parte I	17
Capítulo 1. Referencial Teórico- Metodológico	18
Capítulo 2. Sobre o sistema prisional e o trabalho dos agentes de segurança penitenciária	29
Parte II	39
Capítulo 3. O início das contradições – a arrastada negociação junto à SEDS e o rápido retorno do grupo de agentes.....	40
Capítulo 4. Complexo Penitenciário de Ponte Nova (CPPN).....	51
Parte III	59
Capítulo 5. Contratados ou concursados? O regime de trabalho dos agentes de segurança penitenciária.....	60
Capítulo 6. Confiar, desconfiando.....	70
Capítulo 7. O bater das grades - Como é lidar com o preso?.....	78
Capítulo 8. Igual ou diferente?.....	87
Parte IV	94
Capítulo 9. Os suicídios de agentes e as cartas e declarações deixadas.....	95
Capítulo 10. A imutabilidade do sistema.....	103
Capítulo 11. Considerações finais.....	110

Referências.....	112
------------------	-----

Apresentação

Fazer pesquisa no campo das ciências humanas envolve, inevitavelmente, uma implicação pessoal, ainda que o pesquisador não tenha clareza disso, ou finja que não é verdade. Portanto, antes de narrar a pesquisa, faz-se necessário me apresentar aos leitores, a pesquisadora por trás do trabalho, ou melhor, junto dele.

Desde meados da faculdade de psicologia, cursada logo após o ensino médio, me identifiquei com a temática da psicologia do trabalho, mais precisamente no sexto período do curso feito na Universidade Federal de Minas Gerais, pois foi quando tive o primeiro contato direto com o tema desse estudo. Ao conhecer melhor a disciplina, ministrada pela professora Maria Elizabeth Antunes Lima, comecei a compreender, ou melhor, a me perguntar sobre como seria a relação entre trabalho e psicologia, ou seja, qual a relação entre trabalho e subjetividade?

Ao longo da disciplina fui apresentada aos textos marxianos que me ajudaram a entender melhor o real sentido de trabalho, no sentido de perceber o salto da condição biológica humana para uma condição social.

Os aprofundamentos nesta análise trazidos por Gyorg Lukács com os conceitos de teleologia e causalidade ajudando a compreender a autoprodução humana através desta atividade e, complementando a estas teorias entender a função psicológica do trabalho apresentada por Yves Clot. Como, através do trabalho, o ser humano se insere dentro da humanidade, que é através da produção que ele traz para o mundo que ele se percebe como uma parte de uma engrenagem muito maior que si, que é a humanidade. Além de conhecer estes conceitos que ajudam a compreender a função transhistórica do trabalho, foi possível entender o trabalho dentro de nosso momento histórico atual, se tornando mercadoria dentro do capitalismo e esvaziando, em parte, a atividade de autoconstrução humana, ao conhecer melhor os conceitos de mais-valia, alienação, estranhamento e reificação. Em seguida me deparei com as formas de resistência do trabalhador diante da exploração imposta por uma lógica produtiva, que demonstram que os seres humanos não são completamente refém das condições impostas por aqueles que compram sua força de trabalho e que, ainda, o que parecia mais surpreendente, ele se envolve e dedica ao que faz. Que a função psicológica do trabalho ainda é preservada e pode ser percebida nos engajamentos que o sujeito faz durante o exercício de sua atividade laboral.

Em seguida foi o momento de estudar melhor a dimensão patológica do trabalho, na disciplina de saúde mental e trabalho, ministrada pela mesma professora. Nesta foi possível aproximar um pouco mais do estudo da relação entre subjetividade e trabalho. Nesta disciplina começaram a aparecer melhor às consequências trazidas pela exploração da mão de obra humana, da venda da força de trabalho que tinha que se sujeitar, ainda que não completamente, às regras impostas por outrem. Estas regras foram logo se configurando ao que hoje chamo de condições de trabalho e que, para minha surpresa na época, ia muito além de condições físicas. Um dos aprendizados mais importantes neste momento foi que esta relação entre condições de trabalho e saúde mental não é determinista e que é necessário conhecer e ser capaz de estabelecer primazias se buscamos compreender o adoecimento individual. Para compreender o psiquismo, o que é particular e individual de cada um, é necessário analisar o sujeito dentro de suas condições materiais de existência e procurar concatenar objetividade e subjetividade, tomando cuidado para não autonomizar nenhuma das duas. Este é, em meu entendimento, o maior desafio da psicologia e para o qual esta ciência é sempre solicitada pelas demais. Estudar saúde mental e trabalho trouxe a dimensão social da saúde humana. A partir daí um percurso autoral dentro do curso de psicologia foi sendo traçado, até a chegada ao curso de mestrado em psicologia na mesma universidade.

Em seguida à graduação, ingressei no curso de mestrado em psicologia na mesma universidade com a proposta de estudar a relação entre saúde mental e trabalho analisando a atividade dos motoristas de ônibus coletivos urbanos. Durante esta etapa outras tantas disciplinas foram cursadas sobre o tema e ficou claro que não apenas a psicologia procura e deve estudar o trabalho, outros campos do conhecimento também se debruçam trazendo importantes contribuições sobre o tema, como a educação, filosofia, sociologia e até mesmo a engenharia. Ainda assim, permanecia a impressão de que a psicologia deve trazer a sua contribuição para este campo que é a análise da relação entre a subjetividade e o trabalho.

Ao longo da pesquisa e do curso de mestrado foi possível compreender ainda melhor a relação entre condições precárias de trabalho e o adoecimento mental de seus trabalhadores. Ficou também muito claro o movimento da empresa que nos procurou acreditando que nosso estudo demonstraria que o alto índice de adoecimento apresentado por seus trabalhadores estava ligado às condições individuais destes e que os gestores não

tinham nenhuma responsabilidade diante do significativo índice de adoecimento apresentado, fato contrariado com a conclusão da investigação.

Em seguida no mestrado, foi o momento de ingressar na docência do ensino superior. Além do convite para lecionar em cursos de graduação, recebi um importante convite para ministrar aulas em um curso de especialização sobre Segurança Pública e Complexidade. A proposta fora a disciplina saúde mental e trabalho aos profissionais de segurança pública, apresentar à eles o que era trabalho e como este pode adoecer as pessoas. Iniciou-se aí meu contato mais direto com o campo da segurança pública. No breve curso da disciplina foi possível ouvir os alunos, profissionais da área em sua maioria, trazendo experiências adoecedoras em sua prática profissional, experiências próprias e de colegas. Mais uma vez, foi possível detectar pessoalmente a relação entre as condições de trabalho dentro da segurança pública e o adoecimento de seus profissionais, a mesma que estava lecionando, baseada em estudos feitos por outras pessoas.

No ano seguinte, 2010, lecionei em outro curso, desta vez na formação sobre direitos humanos oferecidos aos agentes de segurança penitenciária e de segurança socioeducativa do estado de Minas Gerais, financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O objetivo deste era formar o que eles chamaram de multiplicadores de direitos humanos. Na impossibilidade de levar uma formação em direitos humanos a todos os agentes do estado, esse curso era oferecido a alguns agentes, selecionados pelos diretores das unidades prisionais e socioeducativas, que fariam a formação e ficariam com o compromisso de repassá-la aos colegas de trabalho.

Mesmo não tendo participado da concepção do curso era possível perceber que foi criado para atender uma demanda da sociedade, no trato dos agentes com as pessoas em situação de privação de liberdade. Os agentes, que já foram conhecidos como carcereiros guardam, não atoa, o estereótipo de torturadores, são vistos sempre como pessoas agressivas. Tal função, ainda que um dia tivesse sido valorizada pela sociedade como um todo e solicitada pelo estado, não poderia mais se perpetuar em pleno século XXI, quando não param de surgir relatórios e denúncias de maus-tratos aos sujeitos encarcerados.

Ao conhecerem a disciplina de saúde mental e trabalho, que lecionava, os alunos ficaram surpresos ao longo do curso todo, como disseram durante nossas aulas, pois não

imaginavam que direitos humanos também lhes contemplassem. Pensavam que iriam fazer uma formação inteira falando dos direitos dos detentos e como deveriam prosseguir a partir de então e não que iriam aprender um pouco sobre si, sobre como também, por vezes, tinham seus direitos violados.

Durante as aulas foi possível ouvir depoimentos destes profissionais que denunciavam suas condições precárias de trabalho. Muitos se queixavam de que não eram preparados para este trabalho pelo estado, que a formação que recebiam não era suficiente para que pudessem aprender a lidar a realidade de uma unidade prisional (ainda que seja chamada de socioeducativa). Traziam relatos de acidentes de trabalho que, em sua apuração, o agente foi o único responsabilizado pelo ocorrido, e não houve, em nenhum momento, uma análise das precárias condições de trabalho e alguma proposta de sua transformação.

Durante estes cursos também chamava muito a atenção a forma como todos estes profissionais se referem aos grupos da população, sempre com pré-julgamentos, determinísticos que são usados como referência para definir o tipo de atitude o profissional terá com o sujeito que busca algum auxílio. Por exemplo, se a pessoa já for julgada como marginal pelo policial, pela sua raça, forma de vestir, aparência ou algo do tipo, sua reivindicação, desde fazer uma queixa de um assalto ou denunciar um crime, não será bem atendida, pois este já não está certo, por ser “marginal” e qualquer tipo de solicitação que tenha é entendida de forma distorcida e desvalorizada.

Além disso, ficou claro a partir deste contato mais intenso com a área, que não há uma reflexão sobre a sociedade como um todo, ou melhor, até há, mas eles não se incluem nela. Há uma compreensão compartilhada que eles são os detentores da verdade, os responsáveis que irão solucionar os problemas que a sociedade apresenta e que estão ali para salvá-la. Não percebem que a sociedade é uma só e que eles fazem parte dela. A partir destes momentos pude perceber no discurso destes profissionais uma ideologia muito simplista, construída pelo senso comum e não desconstruída pela formação profissional, de psicologização, de culpabilização do sujeito pura e simples, esses contatos me chamaram a atenção para isso, falou-se de extremos: do bom e do mau; do bandido e do mocinho; do herói e do marginal. Claro que não é difícil perceber que este é o discurso do senso comum, alimentado pela mídia o tempo todo. E isso levado ao sistema penal, casa com essa compreensão simplista do ser humano que, em última instância, figurativamente e literalmente, vai determinar quem é bom e quem é mau.

Ao final deste ano de 2010 resolvi me candidatar a uma vaga de doutorado em Psicologia Social e do Trabalho na Universidade de São Paulo. Ao longo das minhas atuações profissionais, o trabalho dentro do setor de segurança pública começou a aparecer e me chamar atenção. Destacava-se não apenas o seu contexto aparentemente adoeecedor de trabalho e do psiquismo mas, também, o contexto de formação de sujeitos com uma subjetividade muito uniformizada, percebida bastante em seu discurso pasteurizado. Durante as experiências pedagógicas junto a estes profissionais muitas questões surgiram sobre seu exercício laboral.

Inicialmente, o projeto de pesquisa propunha um estudo sobre um tipo de transtorno mental específico, o Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), que parecia ser muito presente neste meio profissional, do qual já havia iniciado durante a graduação e o mestrado em psicologia, além do fato de ter ido trabalhar com profissionais de segurança pública; tudo isso contribuiu para a condução dessa proposta de estudo para o doutorado.

Contudo, depois de ingressar no programa de pós-graduação e começar as reuniões de orientação e discussão do projeto ficou claro que estudar TEPT e trabalho, em quatro anos, seria inviável, pela falta de diagnóstico dentro das instituições, pelo pouco trânsito junto à maioria das forças da segurança pública e pela dúvida se haveria mesmo tantos casos, uma vez que não há uma epidemiologia feita. Pareceu então, mais factível partir para o estudo de uma categoria destes profissionais, tal qual no mestrado, ou seja estudar as condições de trabalho e os desdobramentos que estas têm em na saúde mental dos agentes de segurança pública.

A escolha desta categoria foi feita com a influência de vários fatores. Um deles era o fato de já ter dado aulas a alguns deles e perceber que haveria sim um campo de estudos para psicologia do trabalho sobre este ofício. Além disso, o contato pessoal com as responsáveis pelo curso de multiplicadores de direitos humanos que, por sua vez, tinham um trânsito junto à Secretaria de Defesa Social (SEDS), responsável pela administração das unidades prisionais e socioeducativas, pareceu uma boa oportunidade de conseguir uma boa oportunidade para conseguir uma autorização institucional que garantiria o acesso a esta realidade de trabalho.

Ao longo dos quatro anos do doutorado foram feitos contatos e uma lenta inserção nesta realidade tão distinta de tudo o que já havia trabalhado. Foram realizadas entrevistas

com agentes, idas à um complexo penitenciário, participação em eventos que procuram discutir a realidade das prisões no Brasil, discussão com colegas que trabalham dentro deste contexto, todos estes ajudaram a compreender melhor como é o trabalho dentro do ambiente de encarceramento e já, de início, parece importante destacar que não é nada fácil. O contexto prisional é muito adoeceador e seus efeitos, contados pelos agentes, também puderam ser sentidos por mim durante a pesquisa e serão apresentados ao longo do trabalho.

Além da dificuldade em lidar com esta dura realidade, outras dificuldades se apresentaram no caminho. Uma importante, que merece destaque, é a dificuldade em focar o olhar nos agentes, que se reflete, inclusive, na escassez de oferta de trabalhos sobre esta categoria profissional, especialmente quando comparados ao número de estudos sobre as condições dos presos. Claro que não há alguma intenção em fazer juízos de valor e tentar estabelecer uma competição de importância entre estes dois objetos de estudo, mas é sintomático a discrepância entre eles e as consequências são sentidas por todos, inclusive os presos.

O ambiente prisional é tão desumanizador e cruel com os presos que o olhar acaba sendo conduzido para suas condições e distraído da realidade dos agentes. São duas realidades intimamente articuladas, mas foi necessário um olhar para a condução do trabalho e o foco escolhido, não por acaso, como já foi dito, era o trabalho dos agentes de segurança penitenciária. Ainda assim, com toda a clareza sobre a importância deste estudo era difícil não haver interesse nas pessoas presas. Porém, durante o processo, foi também possível perceber que todos ali estão presos e sujeitos a péssimas condições de sobrevivência, ainda que alguns estejam ali voluntariamente.

Enfim, toda esta experiência vivenciada ao longo dos últimos quatro anos será aqui apresentada em primeira pessoa, a fim de permitir um discurso de caráter pessoal. O trabalho está dividido em quatro partes, cada uma subdividida em capítulos, sendo que na primeira está a introdução do leitor, tanto no referencial, como no tema específico. Primeiro trago um pouco de reflexão sobre o referencial teórico metodológico que conduziu e foi sendo reconstruído ao longo do caminho, afinal, foi a inserção no campo da psicologia do trabalho que me levou a chegar até aqui. Depois já passo para a inserção no campo tema propriamente dito. Para ajudar o leitor a se localizar um pouco melhor dentro do assunto trago algumas referências sobre o sistema prisional e contexto carcerário brasileiro.

Na segunda parte narro minha experiência de campo propriamente dita, primeiro falando sobre as primeiras tentativas de contato com estes profissionais e conto um pouco sobre o complexo Penitenciário de Ponte Nova, unidade prisional onde se deu boa parte do trabalho. O que leva a terceira parte do trabalho em que trago as questões levantadas pelos agentes e por mim durante este tempo, as quais parecem ter mais impacto no cotidiano de trabalho destes profissionais e possivelmente em sua construção de subjetividade, o que me chamou a atenção e pareceu ser objeto do trabalho das ciências do trabalho, em especial da psicologia.

Já na quarta parte do trabalho, é feita a discussão que procura articular o que foi visto e experienciado com análises teóricas, a articulação da prática com a teoria que foi por mim feita e ajudou a compreender um pouco melhor o trabalho dos agentes de segurança penitenciária e, por consequência, estes trabalhadores que ali estão. Fazendo uma amarração final deste momento de pesquisa.

Parte I

Capítulo 1. Referencial Teórico- Metodológico

O propósito desta pesquisa foi compreender qual a relação entre as condições reais de trabalho e a construção de subjetividade por parte dos profissionais de segurança pública, especificamente os agentes de segurança penitenciária do estado de Minas Gerais.

As bases teóricas que conduziram a construção e a execução desta proposta de investigação partem da teoria marxiana de compreensão do trabalho e sua centralidade na vida humana. Karl Marx (2003) nos ensina o caráter de autoconstrução do ser humano constituído no trabalho, demonstrando que o mesmo é uma categoria insuperável, uma vez que representa a produção do homem pelo homem. O trabalho é uma categoria estruturante e central na vida do ser humano porque quanto mais o homem se coloca no mundo, através do seu trabalho, mais ele se apropria da natureza e transforma a si mesmo no processo laboral. Marx (2003) nos aponta a importância da vida genérica que é trazida pelo trabalho, através da atividade produtiva, de criação.

É a vida criando a vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; **e a atividade livre e consciente, constitui o caráter genérico do homem.** (MARX, 2003, p. 116, grifos nossos)

Neste sentido Karl Marx se refere ao trabalho enquanto uma categoria eterna, insuperável em todos os modos de produção já existentes e que ainda virão. Ainda que possamos também falar do trabalho nas suas formas históricas, referindo a formas específicas de o homem trabalhar, reproduzir-se e garantir sua subsistência.

Falar que o trabalho possui um caráter genérico e central significa se referir ao momento de autoconstrução humana, a produção do homem pelo homem, pois o ser humano é o único ser que cria a si próprio, que se auto-constrói, sendo o trabalho uma categoria central nesse processo (MARX, 2013).

George Lukács, avançando nos estudos marxianos, nos aponta como no trabalho está o instante inicial da nossa sociabilidade, a gênese da prática social a partir do “complexo do trabalho”, pois ele forma a base sobre a qual tem lugar o processo de autoconstrução do ser social. Para Lukács (citado por FORTES, 2001), o trabalho é um complexo que instaura a diferença entre a esfera do ser social e a esfera do ser natural, e mais do que isto, o trabalho é um complexo que estabelece a estrutura e a dinâmica das formas superiores da prática social, razão pela qual é definido como o modelo mais geral

de toda e qualquer prática social humana. É através do trabalho que transformamos nossa subjetividade em objetividade e somos transformados neste processo, é o trabalho que nos permite dar o salto de uma condição de existência meramente biológica para uma condição de ser social. Para Lukács o trabalho “é, acima de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo” (FORTES, 2001, p. 15).

Seguindo esta compreensão, Alexis Leontiev (1978) nos mostra como através do trabalho vamos nos transformando ao longo da história da humanidade, ao longo do desenvolvimento de nossa espécie, e chegamos a este momento onde temos um desenvolvimento biológico completo que permite um desenvolvimento histórico-cultural ilimitado. Aos poucos os seres humanos se libertam da dependência das mudanças biológicas hereditárias e conseguimos avançar de seres meramente biológicos para seres sociais. Leontiev (1978) mostra como através da apropriação dos seres humanos dos legados históricos de outras gerações vamos nos transformando, inclusive, cognitivamente, “a apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação das faculdades motoras superiores” (p.287). O mesmo acontece com o desenvolvimento das funções cognitivas superiores, tais como linguagem, afetos e desejos, que só são possíveis a medida que o ser humano se desenvolve como ser social, depois que o salto de uma condição meramente biológica para uma condição social foi dado. Tudo isto só é possível através de nossa transformação pelo trabalho que nos permite avançarmos como seres sociais.

Neste momento vale destacar que não há a intenção de afirmar que não estamos mais sujeitos às leis biológicas e que prescindimos deste funcionamento, isso seria uma negação de nossas primazias ontológicas. Apenas podemos afirmar que nos libertamos da dependência da hereditariedade graças à vida social ainda que continuemos sujeitos as leis biológicas.

Para Lukács o trabalho ocupa nisso tudo uma posição privilegiada, uma vez que aparece como “o mediador do intercâmbio da sociedade com a natureza” (FORTES, p.13), a protoforma do ser social. Ele ainda aponta que, somente no ser social já constituído é possível a manifestação de outras formas de sociabilidade, tais como a linguagem e a política.

A cultura é, então, fruto das respostas do homem às questões sociais emergentes. É através desta que se fixam e transmitem as aquisições humanas, materiais e intelectuais (LEONTIEV, 1978). Estas aquisições são conseguidas através da atividade criadora e produtiva que é o trabalho. Para esclarecer este ponto precisamos apontar o trabalho como pôr teleológico.

Teleologia é a dimensão prévia, ideação do que se deseja realizar, uma operação da consciência. Sem consciência não há o elemento central que caracteriza o trabalho humano, que é a articulação ideal na cabeça daquele que vai realizar o trabalho: ele imagina, idealiza o que vai fazer, antes de fazer (LUKÀCS, 2013). Portanto, a consciência tem uma importância absolutamente decisiva na compreensão do trabalho. O ser humano não efetua apenas uma transformação da forma da matéria, pois isto o animal também o faz. Ele realiza a sua subjetividade na materialidade objetiva. A subjetividade é realizada na objetividade. Portanto, no trabalho fica evidente o interfluxo entre objetividade e subjetividade.

Ou seja, nossa subjetividade não pode ser pensada longe da objetividade, para compreendermos as ações humanas no mundo precisamos antes compreender o mundo em que estamos colocados. Mais uma vez, não vamos igualar a subjetividade à objetividade, se assim o fosse sociologia e psicologia seriam uma ciência só, mas precisamos aproximá-las para que possamos compreendê-las. Nos valem então, mais uma vez, dos conceitos de Leontiev que nos mostra o papel da cultura em nosso desenvolvimento “cada geração começa num mundo criado pelas gerações anteriores, mesmo a linguagem só é possível se complexificar baseada no acúmulo geracional assim como do pensamento ou da aquisição do saber” (LEONTIEV, 1978, p.284).

Junto ao conceito de teleologia é necessário aliar a compreensão da causalidade. Ainda que pensemos antecipadamente no que iremos realizar e como o faremos, as ideias não são a pura execução, para isso devemos nos deparar com a causalidade, reconhecida na matéria prima (LUKÀCS, 1979). São os nexos próprios do objeto sobre o qual se trabalha, por isso a subjetividade é transformada na objetividade. A ideação não é suficiente para o desempenho de uma atividade, o ser humano concebe em sua consciência o que deseja realizar, para atender as suas mais diversas necessidades, contudo, se depara com a materialidade do mundo, a causalidade dos objetos e deve a eles se adequar pois suas ideias não são possíveis de superá-las. Assim somos

transformados por nosso trabalho e é isso que o torna um predicado exclusivo humano, como nos aponta Marx,

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2013, p. 255-256)

Sendo assim é impossível propor como forma de emancipação humana uma sociedade sem trabalho pois o mesmo não pode se extinguir sem levar consigo toda a humanidade. Jaz aí o sentido genérico do trabalho, este sentido que acompanha o ser humano desde seus primórdios e através do qual foi possível darmos o salto de uma condição meramente biológica para nos tornarmos seres sociais. Como nos mostra Sônia Viegas,

O trabalho é a forma humana de fazer jus à vida, é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de criar significações, (...) que se desdobram indefinidamente (VIEGAS, 1989, p. 6)

A partir desta análise é possível conceber o papel das condições materiais na constituição da subjetividade. É a partir das condições materiais de existência que transformamos e somos transformados. Como aponta Maria Luísa Magalhães Nogueira (2013),

É preciso sublinhar, no entanto, que o imaginário não existe desvinculado de alguma materialidade, constituída pelo trabalho de agir e de se pôr no mundo, produzindo, a todo tempo, a organização psíquica. (NOGUEIRA, M. L. M, 2013, p.20)

Desta maneira a psicologia, que se propõe a estudar as questões subjetivas, precisa também ser uma ciência social e humana para não cair no campo da especulação e autonomização da instância psíquica. Este questionamento do papel da psicologia, assim como uma proposta de construção de suas bases teóricas, nos foi apresentado primeiramente por Georges Politzer (1998) quando publicou: “*Crítica dos fundamentos da Psicologia*” no início do século XX, quando a psicologia começava a se firmar como ciência. Neste texto o autor propõe uma reflexão sobre uma “*psicologia concreta ou materialista*”, em oposição a psicologia “*abstrata e idealista*” de sua época, segundo seu entender. Esta psicologia, por ele proposta, é aquela que considera o fato psicológico na

sua efetividade, dentro da realidade material, e propõe uma abordagem concreta, ao mesmo tempo, do indivíduo e dos acontecimentos humanos. Politzer aponta para a necessidade de se concatenar objetividade e subjetividade, sem autonomizar nenhuma dessas duas instâncias, um estudo dos “*atos de forma verdadeiramente objetiva*” (POLITZER, 1998, p. 35).

Politzer é, portanto, um dos primeiros teóricos a apontar o caminho que pretendemos percorrer, pois demonstra a importância para a psicologia na busca pela compreensão da constituição psíquica humana, o caminho para a compreensão da nossa subjetividade. Ainda que Politzer não tenha proposto um método mais estruturado de investigação, ele procura demonstrar que a psicologia precisa se debruçar sobre toda a complexidade da vida humana para compreender a vida psíquica pois, a última não é fruto de condições abstratas, alheias à realidade e sim, de alguma forma, fruto de nossa condição material-sócio-histórica-cultural de existência. Ele denuncia que apenas diante de uma busca pela compreensão desta relação poderemos caminhar para a construção de que ele chamou de um Psicologia Concreta e Materialista.

Tais afirmações nos levam ao nosso próximo autor tomado como referencial teórico e prático. Louis Le Guillant que constrói, dentro da psicopatologia social, uma prática que busca aproximar a ciência que investiga a construção do psiquismo humano à compreensão do papel das condições materiais de existência neste processo, sendo um dos primeiros a trazer para a prática a compreensão já apontada por Politzer da análise do papel do trabalho apresentada primeiramente por Marx.

Le Guillant (2006) ao apresentar o que chamava de “*psicopatologia social*”, tentou explicitar o papel do meio no surgimento e no desaparecimento dos distúrbios mentais. Esta proposta entende a gênese da loucura, antes de tudo, como uma questão social, dando continuidade à compreensão do papel do meio na constituição de nossa subjetividade. Ele não nega a importância, e/ou a presença, dos fatores orgânicos e psíquicos nesses distúrbios, mas entendeu que o meio tem uma primazia ontológica na gênese da doença mental. Procurou esclarecer que não pretendia expor exatamente uma concepção sócio-genética dos distúrbios mentais, mas sim mostrar que essa perspectiva pode ampliar sua compreensão. Le Guillant entende que o único método que avança na compreensão do sujeito dentro de toda sua história é o materialismo dialético, permitindo uma apreensão de toda complexidade da relação entre o indivíduo e seu meio, para entender o psiquismo. Em suas palavras:

A unidade indissolúvel do indivíduo com o meio – unidade histórica, evidentemente, dialética – é a lei fundamental, à qual não pode escapar o psiquismo normal ou doente, nem o próprio paciente inteiro.

Nesta concepção, além disso, o psiquismo é reflexo da realidade – sem dúvida, reflexo imperfeito – realizado na forma aproximada, mas composto unicamente pelos elementos da realidade. (LE GUILLANT, 2006, p. 41, grifos do autor)

Em sua proposta, aponta para a importância do *ir e vir* constante entre dados estatísticos e casos individuais tentando assim construir e compreender melhor a realidade do fato estudado, sem se limitar a um viés interpretativo do mesmo, compreendendo-o em sua abrangência e, podendo, inclusive, assim propor mudanças efetivas na realidade, a fim de amenizar os seus impactos nos sujeitos: -“Que importância tem pra mim uma predisposição quando posso evitar acontecimentos ou modificar as situações que, por si só, provocam doenças?” (Le Guillant, 2006, p.40). Sendo assim, partilhamos da análise de Dominique Lhuillier quando afirma que Le Guillant propõe uma “clínica das situações de trabalho” (2011, p.40).

Trazendo esta proposta de abordagem dos fatos concretos e da compreensão do papel das condições reais de trabalho na construção da subjetividade, avançando nos estudos da psicopatologia social, são construídas as clínicas do trabalho, como denominou Lhuillier que procuram compreender melhor a relação entre subjetividade e trabalho. Como aponta Yves Clot, importante teórico de uma das clínicas do trabalho,

A análise psicológica do trabalho é sempre análise de um sujeito, de um grupo ou de vários, numa situação ou num meio. **Ela concerne àquilo que os homens fazem com as provocações pelas quais passam e das soluções que eles encontram, ou não encontram, a fim de enfrentá-las.** É esse o motivo pelo qual, considerando que seu objeto são as condições da vida habitual num ‘meio natural’, a psicologia do trabalho tem de enfrentar habilidades anônimas, representações do senso comum, análises da razão prática e subjetiva daqueles que trabalham. (...) Porque o problema reside precisamente nisso: o analista do trabalho é precedido no ‘campo’ por aqueles que nele vivem. Ele encontra nesse campo sujeitos que já puderam compreender e interpretar seu meio de trabalho para lhe dar e por vezes conservar um sentido custe o que custar. (CLOT, 2006, p. 127, grifos nossos).

Assim sendo, segundo o autor, a melhor forma de compreender estas questões é procurando estudar a atividade do sujeito e o trabalho é uma atividade privilegiada humana, pois contem, também, uma função psicológica, permite a construção de nossa subjetividade, pois não só é uma atividade, como é uma atividade dirigida. Para Clot esta possui uma estrutura dinâmica que abrange várias dimensões pessoais, pois é realizada por um sujeito, interpessoais, por ser dirigida aos outros, transpessoais, pois é atravessada pela história coletiva do trabalho e nela deixa sua marca e impessoais, pois dela também

faz parte uma prescrição que não foi construída pelo trabalhador, sendo assim um momento privilegiado de desenvolvimento da subjetividade. Baseado em uma psicologia sócio-histórica-cultural Vygotskyana aponta que “o desenvolvimento de um sujeito não é, além disso, uma corrida rumo a uma meta conhecida de antemão, (...) sempre entendemos por desenvolvimento a história do desenvolvimento” (CLOT, 2006, p.13)

Todas estas clínicas do trabalho, por sua vez, foram buscar formação teórica e prática nas análises da antropologia social que sempre tiveram como princípio o respeito as condições reais, materiais de existência e a compreensão dos sujeitos dentro destas, sem a criação de julgamentos através de valores prévios construídos em diferente contexto histórico.

Dentro da antropologia social as pesquisas etnográficas têm papel de destaque nesta proposta de conhecimento de uma realidade específica. Esta proposta de trabalho foi apresentada pela primeira vez por Bronislaw Malinowski no livro, “Argonautas do Pacífico Ocidental”, em que o autor não só procura apresentar a cultura do povo local, como também traz os pilares de um trabalho de campo, uma pesquisa sobre outras culturas.

Malinowski descreve a importância de se compreender a cultura de um povo dentro de seus próprios valores e a forma de se observar e descrever os hábitos e costumes. Este livro, importante marco da etnografia, também é referência para as clínicas do trabalho e por vezes citado como precursor da postura necessária de se ter no estudo das dimensões da atividade laboral. A proposta do etnógrafo fora desenvolvida inicialmente para compreender culturas distintas, contudo, o respeito ao diferente que ele traz é de suma importância para as mais diversas ciências que se propõe a analisar e apresentar dimensões humanas, próximas ou distantes da realidade do pesquisador.

Dentro da psicologia social esta proposta é trazida especialmente nas pesquisas no cotidiano. Este termo se refere a uma perspectiva de pesquisa social que dá destaque a importância do olhar do pesquisador ao dia-a-dia das pessoas, pois no mesmo encontram-se todas as questões sobre as quais as ciências sociais se debruçam, tais como a alienação, poder, dominação. Este tipo de investigação busca compreender a vida a partir do cotidiano com suas contradições que nos são colocadas, como lidamos com as mesmas e os sentidos que tiramos desta vivência. Além disto, como a maioria das ciências sociais,

esta compreensão teórica aponta que é a partir desta vivência cotidiana que conseguimos nos organizar em busca de uma emancipação social.

Falar de pesquisa no cotidiano é inevitavelmente abordar a questão prática do fazer pesquisa, cujo principal mote desta compreensão é a forma como se propõe a aproximação entre pesquisador e objeto de pesquisa como nos mostra Mary Jane Spink (2007):

se pesquisarmos no cotidiano, seremos partícipes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. Fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartimos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações. (SPINK, 2007, p. 7)

Os métodos de investigação aqui propostos por muito tempo foram, e de certa forma ainda o são, questionados por aqueles que seguem uma cartilha mais positivista de pesquisa, uma vez que seu maior valor é a aproximação entre pesquisador e objeto de pesquisa e, a partir desta proximidade, é que se é possível encontrar até mesmo o que deverá ser pesquisado. Nesta busca por um rigor metodológico inquestionável e inabalável muitos pesquisadores sociais acabam por negligenciar o que está ali em sua frente, lhes convocando a ser questionado. Na tentativa de não quebrar um roteiro previamente estabelecido que garantiria à pesquisa sua confiabilidade tais pontos são ignorados. Sobre esta questão Peter Spink indaga “são os procedimentos corretos que produzem o conhecimento ou são as conversas orientadas para tentar acertar?” (2008, p.76).

Este distanciamento tomado entre pesquisador e pesquisado é cada vez mais questionado dentro do campo da psicologia social. Spink (2008) nos aponta como a psicologia social, através desta aproximação à vivência diária das pessoas, pode trazer o social verdadeiramente de volta a sua prática. Mas como este trabalho com o cotidiano deve ser desenvolvido?

O método de trabalho de pesquisa no cotidiano é claramente de inspiração etnográfica que parte da antropologia social. A etnografia, como mostram Leny Sato e Marilene Souza (2001), “é definida como uma pesquisa sobre e nas instituições baseada na observação participante e/ou em registros permanentes da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece” (p. 30). Ou seja, é um método que propõe ao pesquisador que se aproxime de sua questão de pesquisa verdadeiramente, que frequente a rotina da fábrica, ou acompanhe a vida do assentamento, ou o dia-a-dia da

escola. Pode parecer uma metodologia um tanto simplória de início, mas ela se mostra bastante rica em seu desenrolar e acaba sendo um convite a muitos pesquisadores, especialmente aos que estudam o trabalho, a retornar a seu objeto de estudo, a dele se aproximar e procurar compreendê-lo dentro de sua lógica. Para isso é necessário que o pesquisador adote uma postura de abertura para compreender o que se passa a sua frente e não a julgar e avaliar o que presencia como se a verdade fosse sua e o campo estivesse ali apenas para confirmar sua sabedoria.

O trabalho de campo, desta forma, vai acontecendo aos poucos. De início já é necessário compreender que tanto o pesquisador que sai da academia para àquele lugar chegar quanto os que lá estão são pesquisadores. A partir de sua convivência diária ambos se avaliam, analisam, interpretam e criam “teorias” um sobre o outro (SATO & SOUZA, 2001).

Isto compreendido, faz-se necessário dar espaço para a familiarização do pesquisador com seu campo. Por mais que se tenha estudado sobre o tema é necessário chegar ao campo com cuidado, procurar entender suas regras de comportamento, de vestuário, possíveis perigos, ainda que não estejamos nos mudando para lá, ou nos tornando os profissionais que iremos estudar. Há regras de conduta e segurança que dizem respeito a todos que neste lugar se propõe a ingressar (idem, 2001). Vale observar, também, que desde já é possível perceber que algumas pessoas irão apresentar uma boa compreensão do que esta sendo realizado e, no intuito de colaborar com o trabalho, se tornam co-pesquisadores “dando dicas sobre o que realmente acontece, que não é dado ao público de imediato” (SATO & SOUZA, 2001, p. 36).

Com o desenrolar do trabalho o pesquisador vai conquistando seu espaço e compreendendo cada vez melhor o que se propôs. Sobre isso destaca Spink (2007)

Consideramos que, ao pesquisar no cotidiano, nos posicionamos como membros da comunidade - e, como tal, capazes de interpretar as ações que se desenrolam nos espaços e lugares em que se dará a pesquisa – porque somos parte desta comunidade e compartilhamos normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada. (SPINK, 2007, p. 13)

Esta abordagem se mostra pertinente especialmente por permitir que o pesquisador, ao se avizinhar-se da vida diária das pessoas passa, procurando se inserir verdadeiramente em seu local de estudos, se despidendo de pré-conceitos e arrogâncias, pode compreender como as pessoas lidam com seus constrangimentos diários, podendo ir além da análise apenas de verbalizações.

Há métodos criados cotidianamente pelas pessoas para lidarem com situações e problemas diversos, onde regras tácitas são construídas, recriadas e reproduzidas pelas pessoas, muito embora, a sua existência não asceda ao simbólico e não sejam objetos de verbalização. (SATO & SOUZA, 2001)

Estes métodos podem passar despercebidos ao pesquisador que apenas visita esporadicamente seu objeto de estudo e não procuram se inserir em seu cotidiano. Há muito mais na linguagem cotidiana (não necessariamente falada) que o que se pode inferir a distância, pois a relação social é sempre uma construção, há um interacionismo simbólico como mostra Souza:

Não há apenas negociação e interpretação de significados, mas também critérios para seu uso. A sociologia de Erving Goffman justamente demonstra que as relações sociais estão permeadas por uma dramática atividade de simulação e teatralização para que, afinal, o significado produzido e reconhecido na interação não acarrete o descrédito para o sujeito. Isto quer dizer que o ator não se dirige imediata e diretamente ao outro para com ele interagir. A interação é precedida pela simulação, pelo exercício que o sujeito faz de experimentar-se como outro, numa relação de exterioridade consigo mesmo, nos segundos que constituem o preâmbulo do seu relacionamento. Uma imensa construção imaginária define a circunstância da relação social. (SOUZA, 1998, p.4)

Sendo assim, é possível se propor a estudar a subjetividade sem considerá-la como parte de uma relação social maior que esta, e ainda, relacionando com a compreensão de seu contexto material que as antecede. Ao se aproximar de seu objeto de estudo e procurar compreender seu cotidiano o pesquisador está abandonando o distanciamento entre indivíduo e sociedade, pois compreende que para entender o sujeito é necessário compreender suas condições materiais de existência. Desta forma, abandona também o distanciamento entre subjetivo e objetivo evitando uma psicologização ou sociologização das análises que se propõe a fazer.

Assim sendo, a proposta de pesquisa trazida pretende contribuir para o avanço da ciência psicológica que se debruça sobre a subjetividade humana, buscando compreendê-la dentro de sua condição material de existência, com o cuidado de não permitir nenhum tipo de determinismo ou autonomização da mesma. Ou seja, não permitir que caiamos em uma sociologização da condição humana, onde seríamos sempre determinados pelas condições materiais-histórico-culturais nas quais vivemos. E, ao mesmo tempo, não permitir que cair na psicologização da compreensão dos sujeitos, onde a subjetividade seria simplesmente automatizada e determinada por relações não esclarecidas, mas puramente individuais, quase que sobrenaturalmente dadas.

Todos estes teóricos, de diferentes afiliações, aqui citados denunciam este problema da tentativa da compreensão unilateral da condição humana e avançam trazendo teorias e propostas metodológicas que se complementam e nos permitem ir além desta compreensão determinística do sujeito, seja sociologizante ou psicologizante, ainda que não esgotem esta discussão. São estas as bases teórico-metodológicas deste trabalho de pesquisa.

Capítulo 2. Sobre o sistema prisional e o trabalho dos agentes de segurança penitenciária

O presente trabalho procurou estudar um pouco melhor a realidade do sistema prisional no Brasil, contudo, a proposta não era apenas de conhecer melhor a situação do sistema prisional, mas de entender os profissionais, mais especificamente os agentes de segurança penitenciária, que nele atuam. A principal proposta fora compreender como se dá a construção de subjetividade dos trabalhadores que exercem esta profissão tão pouco estudada no país e muito carregada de estigmas.

Ainda assim, não é possível compreender os sujeitos dentro de seu ambiente de trabalho sem entender o significado sócio-histórico da instituição onde exercem um ofício. Portanto, inicio a apresentação do campo-tema de trabalho fazendo um breve resgate sobre a história das prisões e contextualizando este cenário dentro da realidade brasileira atual.

Quando fazemos o que nós chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos “indo” ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema. O que nós buscamos é nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontem e, ao se confrontar, se tornam mais reconhecíveis. Para fazer isso, não há métodos bons ou ruins; há simplesmente maneiras de estar no campo-tema, incluindo a poltrona da biblioteca. (SPINK, 2003, p.37)

O sistema prisional brasileiro, assim como em outros países, abriga uma dimensão convenientemente negligenciada pela sociedade que o cria e o sustenta, quer dizer, é um espaço de nossa sociedade do qual não sabemos muita coisa a respeito, isso quando não desconhecemos completamente sua realidade. Tal explicação se faz necessária para que possamos compreender como se dará a construção deste texto científico, dada a singularidade do espaço estudado e de todo o contexto que o acompanha. Ao aproximar da realidade prisional brasileira é possível perceber que são ambientes físicos rígidos e, em princípio, muito bem estruturados, representam muito mais do que as grades que os circulam, trazem consigo uma dimensão política da desigualdade social importante para que possamos compreender tudo que ali se passa. Ainda assim, antes que me perca nas análises do que este sistema representa e sustenta dentro de nossa sociedade, parece necessário apresenta-lo melhor aos leitores que, possivelmente, assim como eu mesma, muito pouco compreendia sobre esta realidade.

O cientista social Erving Goffman estudou durante a década de 1950, dentro de uma perspectiva etnográfica, a realidade de pacientes internados em hospitais psiquiátricos dos Estados Unidos. Depois de se aproximar desta realidade o sociólogo foi capaz de perceber que em nossa sociedade criamos alguns tipos de instituição total que procuram apartar alguns indivíduos do convívio ampliado público e pode perceber que estas instituições não são apenas exclusivas do campo da saúde, como os hospitais de custódia, estão, na verdade, convenientemente incluídas em vários círculos sociais que temos.

A prisão é uma destas instituições totais, com características próprias como o autor apresentou em seu livro, fruto deste trabalho, “Manicômios, prisões e conventos” (1974/1961), “um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração” (1974, p. 17).

Como Goffman (1974) destaca, mesmo não tendo realizado uma pesquisa dentro dos mais diversos tipos de instituições totais, não é difícil compreender o papel de cada uma delas em nossa sociedade com distintos graus de fechamento, que são barreiras à relação social com o mundo externo a estes espaços, no mínimo simbolicamente. No caso das prisões, simbólica e fisicamente. Ainda que estes espaços estejam dentro da cidade, mas não seria pouco dizer que são quase desconhecidos ou ignorados pela maioria da população.

Dentre estas características logo destaca que os internados e os que são responsáveis por sua supervisão participam de grupamentos distintos, ainda que estejam ambos dentro dos mesmos espaços das instituições e tão logo adianta que “cada grupamento tende a perceber o outro através de estereótipos limitados e hostis” (GOFFMAN, 1974, p.19).

Michel Foucault (1977/ 1975) aprofunda ainda mais a tentativa de compreensão sobre este tipo de instituição e analisa as prisões denunciando-as como importantes mecanismos de controle social e como demonstração das relações de poder construídas na atualidade. Tal controle, inclusive, é apontado por Loïc Wacquant (2001) dentro de seu viés perverso que criminaliza apenas alguns grupos sociais, tendo importante papel na manutenção das desigualdades sociais.

Foucault regressa ao final do século XVIII, momento de criação dos espaços prisionais, para denunciar como, desde sua concepção, estes espaços são fruto da sociedade disciplinar que se instaurava e tem como propósito ser mais uma das formas de se organizar o espaço, controlar os corpos e o tempo, mantendo um registro totalitário do indivíduo e sua conduta. Assim sendo, esta instituição surge e se mantém como mais um espaço de expressão de poder,

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças do corpo (em termos políticos de obediências). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo. (FOUCAULT, 1977, p. 126)

E, desde seu início, cabe aos agentes de segurança penitenciária, ou carcereiros como antes referidos, o papel de garantir a fabricação destes corpos dóceis, vigiando-os e direcionando-os para o cumprimento das regras e papéis que cabe estas pessoas que ali são encarceradas, não quaisquer como Wacquant aponta, dentro de nossa sociedade desigual.

Estas condições simbólicas ainda se complementam à precariedade da infraestrutura dos presídios brasileiros, desde a manutenção predial, passando pela qualidade da alimentação (não são raras as denúncias de comida estragada sendo servida aos detentos, vale lembrar que a mesma é servida aos agentes), superlotação e até mesmo falta de materiais como coletes a prova de bala e armamento.

Como já apresentado, o sistema prisional brasileiro está superlotado. Há mais pessoas presas e com mandatos de prisão a serem executados que vagas disponíveis para tal. O crescimento da população carcerária tem sido muito maior do que o da população brasileira nos últimos anos. Enquanto a população nacional cresceu 9% entre os anos de 1995 e 2000, a carcerária cresceu alarmantes 76% (MORAES, 2005). No estado de Minas Gerais, no período de 2003 a 2009, a população carcerária passou de 5.383 para 23.199 pessoas em situação de privação de liberdade, no mesmo período, o número de agentes penitenciários do estado cresceu de 650 para 10.461 (LOURENÇO, 2010).

O estudo Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil também revela que existem 373.991 mandatos de prisão abertos. Se eles fossem cumpridos, o número de presos poderia chegar a 1.089.646 e o déficit de vagas a 732.427. A situação “mostra como nós temos uma racionalidade punitiva muito grande”, segundo a vice-procuradora-

geral da República, Ela Wiecko. À Agência Brasil, ela disse que há hoje uma governança da população pelo crime e pela punição.¹

O último concurso público para agentes de segurança penitenciária do estado de Minas contou com 84.096 inscritos e teve uma média de 24,66 candidatos por vaga, esta média é maior que a relação de candidatos por vaga para o vestibular da UFMG do ano de 2013 em quase todos os cursos, a exceção de dois. É visível o crescimento da procura por esta profissão, contudo, muito pouco ainda é estudado sobre a mesma, especialmente dentro do contexto brasileiro.

A profissão de agente de segurança penitenciária, apesar de ser um ofício muito antigo, foi apenas recentemente regulamentado pelo estado de Minas Gerais². Em junho de 2003 o estado estabeleceu a carreira de agente de segurança penitenciário, através da lei nº 14.695 que diz,

Art. 5º: Fica criada, no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Defesa Social, com lotação na Subsecretaria de Administração Penitenciária, a carreira de Agente de Segurança Penitenciário, composta por cinco mil e quatro cargos efetivos de Agente de Segurança Penitenciário.

Apesar da regulamentação da profissão destes agentes ser recente, não se justifica a ausência de estudos aprofundados a seu respeito, pois os ofícios já existem há algum tempo, mesmo que regulamentados de outra forma. Não por acaso análises sobre este trabalho são escassas, pois estes profissionais são extremamente estigmatizados dentro da nossa sociedade, ora tratados como torturadores cruéis, ora como criminosos tais quais pressupomos ser os que estão encarcerados. Essa relação dos agentes com os detentos é um tanto ambivalente, como apontam Lhuillier e Aymard,

Os agentes parecem, em princípio, estarem em oposição aos apenados, contudo, suas atividades mais se complementam do que se opõe, é uma relação mais complexa do que as aparências sugerem. (LHUILIER & AYMARD, 1997, p. 14, tradução nossa)

E ainda acrescentam

O trabalho do agente é co-construído junto aos apenados é agregado, encrustado à instituição penitenciária e às outras organizações que a dão forma. (op. cit, p. 14)

¹ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/populacao-carceraria-passa-de-700-mil-e-deixa-brasil-em-3deg-no>

² A definição da profissão de agente penitenciário é responsabilidade dos estados brasileiros, ainda que um órgão da União apresente, em linhas gerais, a descrição de suas atividades. Há uma proposta de emenda constitucional (PEC 308/2004) tramitando no congresso nacional que propõe um estatuto unificado da profissão, mas até o momento, o estabelecimento desta carreira é responsabilidade de cada estado.

Denunciando, mais uma vez, que não é possível analisar o trabalho dentro das prisões sem desvinculá-lo a uma análise da sociedade que as produz e sustenta. E apontam a necessidade de se estudar melhor esta realidade que insistimos em negligenciar, apontando como essa negligência e ignorância sobre o tema pode afetar aqueles que lá trabalham. É possível perceber que este desconhecimento sobre a realidade prisional, a realidade do encarceramento humano acaba alimentando os estereótipos que temos destes profissionais, que, por sua vez, passam a apresentar uma demanda de reconhecimento social, uma recuperação até mesmo da própria imagem e da imagem da profissão (LHUILIER & AYMARD, 1997). Moraes (2005) ainda vai além, falando sobre a realidade nacional, aponta que os poucos estudos, reportagens ou artigos sobre estes profissionais não tem uma maior preocupação com a aproximação desta realidade e acabam contribuindo para reforçar estes estereótipos, destacando, mais uma vez, a necessidade de trabalhos mais comprometidos com a investigação séria deste universo.

No caso do trabalho dos agentes, esta lacuna teórica contribui, ainda mais, para a criação de estereótipos destes profissionais, como mostra Pedro Rodolfo Bodê de Moraes,

Em verdade, considerando-se como são representados nos filmes, na literatura e na imprensa, os agentes penitenciários sentem-se como os ‘homens maus’ da história. Tudo se passaria como se, no interior do sistema penitenciários, houvesse uma inversão de valores e os bandidos e ‘maus’ passassem para o lugar de vítimas, perseguidas, agora, pelos agentes penitenciários, seus satanizados algozes. (MORAES, 2005, p. 54)

Não é difícil imaginar como estes estereótipos dificultam, inclusive, a inserção social destes profissionais, pois, muitas vezes são vistos por seus pares com desconfiança e preconceito. Não é raro a reclamação de alguns dizendo que o trabalho lhes trouxe uma melhor condição financeira mas, ao mesmo tempo, não podem desta desfrutar, pois não são aceitos nos círculos sociais aos quais agora, melhor remunerados, tem acesso. É como se os profissionais fossem confundidos, de certo modo, com o seu objeto de trabalho, os detentos e vistos socialmente como parte de um mesmo todo. Este preconceito gera uma discriminação que, muitas vezes, pode vir da própria família, especialmente se tiverem uma maior escolaridade (MORAES, 2005). E, como a sociedade sustenta a lógica prisional justamente para não precisar lidar com as questões sociais que são denunciadas por seus detentos, tampouco se procura saber, conhecer ou sequer se aproximar do trabalho de seus agentes.

O Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo. Nos últimos vinte anos, esta população cresceu mais de 400%, nos colocando no topo da lista dos

países que mais encarcera pessoas e não por acaso. No senso comum, construído em nosso cotidiano, circula a ideia de que o encarceramento é sinônimo de mais segurança, um dos maiores problemas apontados pela população brasileira e sempre importante foco durante as disputas eleitorais municipais, estaduais e federal.

Segundo dados do último relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), temos uma população de 567.655 mil pessoas presas que ocupam, e transbordam, todas as 357.219 mil vagas disponíveis nesse sistema, além dos presos que são mantidos em situação irregular em carceragens da polícia civil, aumentando o déficit de vagas do sistema prisional. Se forem somados o número de presos em prisão domiciliar de 148 mil pessoas, alcançamos o triste número de 715.655 pessoas presas, o que aumenta nossa colocação, deixando o país como terceiro maior encarcerador de pessoas do mundo e com um importante déficit de vagas para garantir condições mínimas de custódia e do cumprimento de pena que respeite os direitos humanos e cumpra o pactuado na Lei de Execuções Penais do país (LEP).

Todos estes dados acima foram levantados pelo Novo Diagnóstico de Pessoas Presas, realizado pelo CNJ e são facilmente encontrados em rápidas buscas pela internet. Contudo, dentre os diversos números levantados e divulgados há uma especial dificuldade de encontrar o levantamento sobre o número de agentes de segurança penitenciária que trabalham no sistema nos 26 estados e no distrito federal. Os dados encontrados, ao contrário dos que relatam o número de pessoas presas que datam do ano de 2013, no que se referem ao número de agentes penitenciários são do ano de 2008, fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e com números faltantes de alguns estados, indicando que não foram fornecidos pelos órgãos responsáveis em encaminhá-los. Ainda assim, com as informações alcançadas, podemos dizer que há um total de 55.692 cargos de agentes penitenciários dos quais 16.603 ainda precisam ser ocupados.

Ou seja, se há um déficit de vagas para as pessoas que cumprem pena, há também um déficit de profissionais responsáveis em garantir um cumprimento digno, dentro da lei e respeitando os direitos humanos, aos quais os apenados tem direito e o estado tem obrigação de cumprir.

Além disso, diante desses dados, ou de sua escassez, é possível perceber que quando falamos de sistema prisional há uma desproporção no cuidado e na investigação em relação aos apenados e os funcionários do sistema. Quer dizer, quando pensamos em

sistema prisional, analisamos e conhecemos a realidade dos encarcerados (ainda que isso não signifique mudanças ou maiores transformações na mesma) e desconhecemos a realidade dos trabalhadores que atuam na manutenção e funcionamento deste sistema – pois vale lembrar que os detentos também são trabalhadores e muitos seguem exercendo atividades profissionais dentro das unidades prisionais. Não seria exagero apontar que há uma negligência em relação aos estudos que buscam compreender a realidade de trabalho destes profissionais e se estas trazem desdobramentos em suas vidas, quais impactos específicos desta atividade podem ser observados.

Além disso, se considerarmos a importância e preocupação dos estudos que buscam conhecer a realidade vivida pelos que cumprem pena dentro de sistemas prisionais fechados a falta de informações sobre a realidade dos agentes também se mostra sintomática, pois estes fazem parte da realidade e qualidade do cumprimento de pena dos presos e presas mas não parecem ser vistos como objeto de preocupação por estes estudos.

O trabalho dos agentes de segurança penitenciária, antigamente referidos como carcereiros, existe desde o início do uso de espaços para o aprisionamento de pessoas no Brasil, aproximadamente no ano de 1821 (SANTOS, 2010). Dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a profissão está dentro da família das ocupações da área de segurança da qual fazem parte os vigilantes e agentes de segurança em geral e assim são definidas as atividades a serem realizadas por estes profissionais,

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, sem data)

Ou seja, não é difícil perceber que do trabalho destes agentes depende o funcionamento do sistema prisional, ainda que, obviamente, não apenas deste. Mas, a maioria das atividades realizadas dentro dos estabelecimentos ou mesmo os deslocamentos para fora destes é conduzida pelos agentes de segurança penitenciária. Contudo, esta atividade ainda é muito desconhecida.

Este trabalho buscou diminuir um pouco esta lacuna de desconhecimento sobre tal atividade profissional, se aproximando da realidade cotidiana dentro de uma unidade

prisional e de diversos agentes de segurança penitenciária do estado de Minas Gerais. Acreditou-se que um maior conhecimento desta realidade de trabalho poderia contribuir, não apenas para as ciências do trabalho, descortinando uma atividade profissional, mas, também, para apresentar melhor uma atividade de trabalho que, por vezes, é mal interpretada e seus profissionais avaliados por estereótipos que foram construídos por nossa sociedade ao longo dos anos, e que a estes trazem sofrimento, como o de torturadores de presos ou mesmo o antigo nome usado para referir à sua profissão – carcereiros.

Desde o início de todas as atividades que foram desenvolvidas, e serão devidamente apresentadas mais à frente, um desafio se colocou e perdurou – a dificuldade, dentro de um contexto precário e desumanizante que são as prisões, de se olhar para os agentes de segurança penitenciária e não apenas se deixar envolver pela realidade dos presos e presas. Dentro de uma unidade prisional, desde uma pequena carceragem aos fundos de uma delegacia até um grande complexo penitenciário, o olhar de quem se propõe conhecer tal realidade e compreender melhor o que ali se passa é conduzido para a direção das pessoas privadas de liberdade, como percebemos na discrepância entre os dados disponíveis sobre presos e agentes. Como nos aponta Dominique Lhuillier,

Este processo [de conhecimento do trabalho dos agentes] é ainda mais importante porque se trata de profissões não reconhecidas, até estigmatizadas, pois trabalham com um objeto impensado e ocultado pela sociedade (2006)

Parece importante afirmar que não há aqui uma proposta de sugerir a escolha entre os temas por parte dos que se dispõe a estudá-los, quer dizer, ao fazer tais afirmações não se espera que diminuam os estudos sobre a realidade dos presos e sim que haja um aumento no número de estudos que busquem compreender a realidade dos agentes e que tragam mais dados sobre sua atividade de trabalho e aqui um rápido resgate histórico parece ser importante.

Ao final da segunda guerra mundial, no ano de 1946, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que visava garantir que atrocidades cometidas contra a humanidade, tais como acontecidas durante o período de guerra, não fossem mais permitidas pelas nações signatárias da organização, com o intuito de preservação da integridade humana. No ano de 1948 foi apresentado pela organização a Declaração Universal dos Direitos Humanos que trazia os direitos fundamentais que precisavam ser

respeitados e garantidos pelos estados nacionais. Ou seja, procurando garantir a dignidade humana, foi necessário a criação de um estatuto que esclarece quais eram os direitos que não podem ser negados à nenhum ser humano.

No Brasil, ao final do período ditatorial, na década de 1980, começaram a surgir movimentos da sociedade civil organizados e reconhecidos pela sua busca da preservação dos direitos humanos, cujo propósito lutar contra esse regime político de governo. Estes movimentos eram a consolidação de anos de luta contra a privação de direitos individuais, imposta principalmente pela ditadura, e dos anos de aprendizado em busca dos direitos fundamentais que eram desrespeitados. Na década de 90 estes movimentos começaram a denunciar mais pronunciadamente as situações precárias enfrentadas pelas pessoas privadas de liberdade dentro das prisões brasileiras e tal precariedade e tamanho desrespeito tornou-se de mais amplo conhecimento com o acontecimento do reconhecido *Massacre do Carandiru*³.

É seguro dizer que, com uma tragédia de repercussão internacional acontecida no sistema prisional de São Paulo, as atenções para as condições de aprisionamento de pessoas no país passaram a ser mais observadas, analisadas e denunciadas. As denúncias de maus tratos, agressões e até mesmo torturas dentro do das unidades começam a chamar à atenção e a vigorar nos relatórios produzidos sobre esta realidade, inclusive internacionais. Em muitos destes a violência contra os presos é realizada pelos agentes de segurança penitenciária que começam a serem visto como torturadores. Sem dúvidas tais ações contribuíram e contribuem, pois sabemos que ainda acontecem, para a criação e manutenção do estigma que estes profissionais carregam. A partir desta realidade descortinada os olhares começaram a se voltar ainda mais para os presos e menos para os agentes, chegando ao quadro que temos hoje, já apresentado.

Dito de outra forma, há uma razão concreta para o estereótipo carregado pelos profissionais do sistema penitenciário, contudo, o desconhecimento de sua realidade de

³ O Massacre do Carandiru é como ficou conhecida a maior tragédia dentro do sistema prisional brasileiro. No ano de 1992, houve um princípio de rebelião dentro de do pavilhão 9 da maior casa de detenção da América Latina, o Carandiru. Para controlar esta rebelião foi chamada a polícia militar do estado que invadiu o pavilhão e assassinou a maioria dos detentos deste como justificativa de acalmar a rebelião que se iniciava. A ação foi conduzida pelo coronel Ubiratan Guimarães e resultou na morte de 111 pessoas, foi classificada pela promotoria do estado como "desastrosa e mal preparada" e mais de 10 anos depois o coronel responsável julgado culpado e condenado, ainda assim, depois de se eleger deputado pelo estado de São Paulo, seu recurso foi analisado pelos desembargadores do estado que entenderam ter havido um erro no julgamento o isentando das responsabilidades no caso. Em setembro de 2006 o coronel da polícia militar do estado foi assassinado com um tiro no abdômen. Os demais policiais que participaram da ação foram condenados em agosto de 2013 pelos assassinatos cometidos durante a ação.

trabalho, condições técnicas, físicas e emocionais, apenas contribui para sua perpetuação e em nada contribuem para sua extinção.

Esta condução do olhar para a realidade dos presos traz como consequência uma negligência na compreensão da realidade dos agentes. Esta é, inclusive, uma importante queixa trazida por estes profissionais e, ao mesmo tempo, um desafio a ser transposto ao longo do trabalho dentro de unidades prisionais. Desde os primeiros contatos estabelecidos, os agentes trazem a queixa de que as pesquisas que são realizadas dentro de prisões só se preocupam com os presos e que “direitos humanos só serve para os bandidos” (trecho de entrevista individual). Este trabalho procura contribuir para a redução desta lacuna teórica e descortinar um pouco esta realidade de trabalho que já adiante, é precária para os agentes tanto como para os presos.

Parte II

Capítulo 3. O início das contradições – a arrastada negociação junto à SEDS e o rápido retorno do grupo de agentes

Diante da escolha do tema de pesquisa, o primeiro passo fora buscar possibilidades de se iniciar as investigações a respeito do trabalho dos agentes no próprio ambiente de trabalho que estes profissionais ocupam e procurando conhecer sua realidade laboral a partir do olhar destes, como propõe a psicossociologia do trabalho, a ergonomia da atividade, a clínica do trabalho e a etnografia, todas importantes referências teórico-metodológicas.

Inicialmente, solicitei a uma das coordenadoras do curso de direitos humanos, que conhecia e trabalhava com o diretor de avaliação e qualidade da SEDS, que tentasse marcar uma reunião para me apresentar à ele e levar a proposta de pesquisa a seu conhecimento. Conhecendo um pouco de sua trajetória profissional e de seu histórico de trabalho dentro da SEDS, este diretor pareceu um profissional indicado para permitir o ingresso formalizado dentro do universo penitenciário do estado, ele fora um dos idealizadores e organizadores do curso de direitos humanos para os agentes de segurança penitenciária, sendo assim, poderia reconhecer mérito em nossa proposta de trabalho uma vez que a mesma buscava investigar o adoecimento entre os profissionais do sistema prisional, suas causas e pensar mudanças que permitissem a diminuição deste.

Em outras pesquisas que conduzi e participei, não investiguei diretamente nenhum trabalho e condição de trabalho dentro de uma estrutura estatal, esta foi a primeira vez que me aproximava desta realidade enquanto pesquisadora e com a particularidade de chegar com uma demanda própria, em princípio, diferente, também de outros momentos de atuação profissional. Mesmo tendo o e-mail e telefones de trabalho do diretor e de seus secretários, devido a uma agenda muito cheia de compromissos de sua parte, foi muito difícil conseguir marcar uma primeira reunião de apresentação.

Foram 10 encontros, ao longo de oito meses junto ao diretor para tentar viabilizar uma pesquisa dentro do sistema penitenciário, voltada para os agentes de segurança. Desde a primeira reunião de apresentação, na verdade reapresentação de minha parte, pois já o conhecia das reuniões de planejamento do curso anos atrás, o diretor demonstrou-se bastante interessado em desenvolver uma investigação sobre as condições de trabalho dos agentes. Como já trabalhava com estes profissionais há anos, contava que as condições de trabalho não eram as melhores e sempre destacava durante as reuniões que estes

profissionais mal recebiam alguma orientação sobre o trabalho nas prisões e tão logo ingressavam em suas atividades dentro de presídios e casas de custódia, ambientes laborais muito distante da realidade da maioria das pessoas.

Ao longo dos quatro primeiros meses o contato foi feito através de e-mails, telefonemas e algumas reuniões, neste período procurei compreender melhor quais as possibilidades de pesquisa dentro do sistema e apresentar minha proposta de trabalho que fundamentalmente seria realizada dentro das unidades prisionais, acompanhando o trabalho dos profissionais em seu cotidiano. Durante este período foi acontecendo uma alinhamento de expectativas pelos dois lados, eu passei a compreender um pouco melhor sobre o funcionamento do sistema prisional e, a partir daí, pensar em uma pesquisa que coubesse neste espaço e o diretor de qualidade também pode conhecer melhor o trabalho que propunha e pensar em seus possíveis alcances dentro da secretaria de desenvolvimento social. Além das adequações individuais, burocraticamente alguns passos também precisaram ser dados, a SEDS exigiu que providenciasse uma declaração da Universidade de São Paulo afirmando que estava matriculada no doutorado de psicologia social e que a instituição tinha conhecimento de minha proposta de pesquisa. Após oito meses de negociação junto ao diretor de qualidade e o ajustamento de uma proposta de trabalho adequada às partes, foi marcada uma reunião com o secretário de Defesa Social do estado de Minas Gerais para oficialmente apresentar a proposta de trabalho e caminhar para a viabilização da pesquisa, reunião intermediada pelo diretor de qualidade. Depois de algumas tentativas frustradas de viabilizar a reunião que por três vezes foi desmarcada horas antes pela secretária do gestor, houve o encontro e o principal responsável pelo sistema prisional do estado de Minas demonstrou interesse pela proposta apresentada. Assim como seu subordinado, o diretor de qualidade, reconheceu que a categoria carecia de mais estudos sobre sua condição de trabalho e que o estado também precisava conhecer melhor esta realidade, uma vez que lidava constantemente com denúncias de violações de direitos humanos por parte destes profissionais dentro de seu exercício profissional. Esta, inclusive, era uma das principais motivações do diretor de projetos e qualidade, militante da causa dos direitos humanos e um dos responsáveis por acompanhar as investigações destas denúncias, alvo de sua preocupação.

Saio da reunião com a impressão que o interesse do diretor é maior que o do superintendente na realização deste projeto. Como o diretor já tem um histórico de militância junto a causa dos direitos humanos ele compreende que as denúncias e casos de maus-tratos dos agentes com os detentos não estão apenas relacionados com características individuais dos agentes e que há uma questão das condições de

trabalho envolvida também. Já o superintendente pareceu-me apenas preocupado em achar uma explicação e dar uma satisfação para os casos de agressões e torturas, dando a entender que o problema eram os agentes que no sistema atuavam, que não sabem se controlar. Ainda assim, fica a impressão de que o projeto vai acontecer porque, independente dos motivos, responsáveis pelo sistema demonstraram bastante empolgação com a proposta e autorizaram a sua realização. Pediram, apenas que eu seguisse os procedimentos técnicos necessários para formalizar minha entrada nas unidades. (trecho do diário de campo)

Depois desta última reunião junto ao superintendente da SEDS deu-se início à parte mais burocrática para a formalização do pedido de realização da pesquisa. Em seguida ao consentimento por parte dos principais responsáveis pelo sistema, fez-se necessário o envio do projeto por escrito, por e-mail, assim como documentos comprovando minha vinculação com a USP e a realização do doutorado, além da ciência da instituição sobre a proposta de pesquisa. Depois de providenciados os documentos necessários, que também exigiram algumas formalidades dentro da USP, todo o material foi encaminhado aos endereços de e-mail repassados e segui aguardando o desenrolar das autorizações.

Paralelamente a toda a negociação formal junto ao estado, procurei estabelecer também um contato mais direto com alguns agentes de segurança penitenciária, pois, ainda que houvesse uma autorização formal para a realização da pesquisa, apenas os trabalhadores podem autorizar realmente o seu acontecimento, pois as informações partem deles, como princípio norteador desta proposta de pesquisa. Além disso, a negociação com o estado, ainda que apontasse para um futuro promissor, se mostrou muito demorada e burocrática, criando um certo temor de que não pudesse ser viabilizada, mesmo sendo iniciada ao final do primeiro ano do curso de doutorado, garantindo tempo hábil para a sua execução.

Junto aos agentes a aproximação se deu por um grupo de e-mails, também por intermédio da mesma coordenadora do curso de direitos humanos. Durante o curso de 2009 os agentes decidiram criar um grupo de e-mails que contava com a participação da maioria dos alunos da turma para a troca de informações, o grupo de e-mail se tornou, também, um importante caminho de denúncias feitas por eles em relação às perseguições sofridas dentro das unidades, tantos perseguições e ameaças que recebiam dos presos, como retaliações que recebiam por parte das diretorias das unidades. As turmas do curso, foram realizados 3, salvo engano, eram compostas de agentes de todo o estado, oriundos de várias unidades e o grupo de e-mails era uma forma de que mantivessem contato após o termino das atividades que eram realizadas em Belo Horizonte. Sendo assim, a melhor

forma de manter um canal de comunicação efetivo entre os agentes que moram e trabalham em locais tão distantes fora o meio digital e o caminho o grupo de e-mails do qual passei a fazer parte, depois de pedir autorização aos integrantes para poder participar deste espaço.

Antes de entrar nas minúcias das negociações junto aos agentes, julgo interessante trazer alguns pontos que me chamaram a atenção ainda quando professora deste curso de direitos humanos para os agentes. Tão logo se iniciaram as aulas, os agentes foram surpreendidos com o conteúdo do curso, não com o tema geral – direitos humanos, mas com o fato de que este tema dizia respeito às suas questões, também, que eles eram, ou deveriam ser, alvo das premissas dos direitos humanos e que eles também eram desrespeitados em sua condição. Quase todos os alunos tinham a visão do nosso senso comum de que “direitos humanos servem para defender bandidos”. A medida que foram se familiarizando melhor com o tema, puderam compreender que também eram contemplados pelo mesmo e que, assim como os detentos, por vezes eram vítimas de abusos, neste caso cometidos pelo estado em relação a estes profissionais. As condições precárias de trabalho eram umas das principais queixas trazidas por eles, dentre elas a falta de formação para o trabalho, ou melhor, a escassez de formação para o trabalho. Raros eram os profissionais que recebiam alguma formação para atuar dentro das unidades e, quando a recebiam, queixavam de sua insuficiência para lidar com o cotidiano de trabalho, expondo-os a situações de risco de morte, inclusive.

O grupo de e-mails, portanto, foi uma forma encontrada por eles de manter o contato e fazerem denúncias de problemas por eles enfrentados, pois dele também participavam as coordenadoras do curso e o diretor de projetos e qualidade do sistema, o que permitia que as denúncias chegassem diretamente aos responsáveis pela gestão do sistema prisional, sem ter que obrigatoriamente passar pelo crivo de diretores de unidades, como antes precisava acontecer.

Em um e-mail me apresentei rapidamente aos participantes e pedi para integrar a lista de correio eletrônico, fui prontamente atendida pelos agentes que se mostraram empolgados com a proposta e com o fato de “finalmente alguém vai olhar pra gente dentro desse sistema e não só para os presos” (trecho de um e-mail em resposta ao pedido de participação).

Diretamente com os agentes a proposta de contato foi outra diferente da apresentada ao estado, aos poucos fui convidando-os e convidando-as para realizar entrevistas a respeito de seu trabalho. Lentamente os participantes foram aceitando e pude conversar individualmente com alguns deles, por mais de uma vez. Ao total foram entrevistados oito profissionais, dentre eles, inclusive, ex-agentes, que já haviam se afastado do exercício profissional por diferentes motivos, mas ainda participavam do grupo de e-mails e se sentiram interessados em poder contribuir com o trabalho proposto. Destes oito profissionais nenhum trabalhava mais dentro de unidades penitenciárias, mas já haviam trabalhado por alguns anos, como já disse, alguns estavam afastados desta profissão e outros ocupavam cargos dentro da parte administrativa da segurança pública do estado de Minas, em setores diferentes.

Lembrando que os e-mails trocados no grupo eram muitos e referentes a diversas questões, inclusive à minha proposta. Era um grupo que me parecia bastante atuante e interessado em mudar a realidade de sua categoria profissional. E, vale destacar, que dele fazem parte tanto agentes de segurança penitenciária, ASPs como muitos se referem, e agentes de segurança socioeducativa, que não estão no sistema prisional e sim no sistema de medidas sócio educativas, voltado para os adolescentes apreendidos em atos infracionais. As duas categorias profissionais puderam participar do curso juntas e mantinham uma discussão coletiva sobre a profissão que entendiam ser muito similar, ainda que com designações diferenciadas dentro do estado e da secretaria de defesa social. Alguns agentes de segurança sócio educativa, inclusive, manifestaram o interesse em ceder entrevistas e conversar sobre seu trabalho. As entrevistas foram realizadas mas não são parte deste estudo justamente por trazerem uma realidade diferente do sistema prisional, ainda que com muita semelhança entre elas.

Enquanto as primeiras entrevistas começavam a acontecer, as negociações burocráticas com o estado seguiam por e-mail. Um mês depois do envio dos documentos solicitados ao endereço orientado recebi um primeiro e-mail de resposta que assim se iniciou: “Senhora Júlia, recebemos a sua solicitação para visita e realização de pesquisa no Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz.” (Trecho do diário de campo). O referido hospital trata-se do antigo manicômio judiciário Barbacena, na região do campo das vertentes no estado de Minas Gerais. Tal anúncio já trouxe uma desconfiança a respeito da compreensão da proposta de trabalho a ser realizada. Após tantos meses de negociação procurando deixar clara a proposta de trabalhar junto aos agentes do sistema

prisional, de acompanhar suas atividades profissionais no cotidiano, receber um e-mail associando o trabalho de uma psicóloga ao Hospital Psiquiátrico Judiciário já denunciava que a interlocutora dos e-mails não estava compreendendo em absoluto o que era proposto e que já tinha, inclusive, sido informalmente autorizado pelos responsáveis pelo sistema.

A este e-mail seguiram-se outros tantos procurando esclarecer, novamente, a proposta de trabalho, reenviando o projeto, assim como a documentação exigida, procurando viabilizar o quanto antes o início das atividades de pesquisa dentro das unidades prisionais. Por fim, um dos últimos e-mails recebidos do setor responsável pela autorização oficial fora:

Prezada Júlia,

ao analisar sua proposta de trabalho constatamos ser inviável a execução da mesma na forma como propõe, visto que a demanda interferiria diretamente nas questões de segurança da unidade.

Propomos que realize uma pesquisa direta com os servidores das unidades prisionais através de questionários, pois não será permitida o acompanhamento diário das atividades dos servidores nas unidades.

Aguardamos seu retorno

A realização de pesquisa através de questionários não teria nenhuma relação com toda a proposta de pesquisa qualitativa que fora apresentada por tantas vezes em reuniões e projetos escritos ao setor. Dada a incompatibilidade entre o proposto e o que pareceria ter sido autorizado outros e-mails foram trocados, assim como telefonemas, procurando esclarecer a importância da manutenção da metodologia proposta para garantir a investigação. Apesar de todo o esforço despendido, a pesquisa não foi autorizada nos termos originais e, então, o contato direto com a administração estadual foi encerrado.

Algum tempo depois do que se passou, conversando com funcionários do setor, descobri que é uma estratégia da SEDS agir desta forma como acontecera, para garantir uma boa imagem junto aos pesquisadores. Dito de outra forma, o procedimento indicado aos diretores de unidades prisionais e socioeducativas é concordar com a realização de pesquisas pessoalmente e encaminhar os projetos a serem avaliados para outro setor, este setor específico se encarregará de negar os pedidos.

A partir deste momento, o contato direto com os agentes, através de e-mails, foi intensificado e começaram as entrevistas individuais, que terão seu conteúdo apresentado mais à frente.

Como o propósito deste item é trazer as tentativas e diversas formas de aproximação ao universo prisional e aos profissionais que neles trabalham, dou aqui um salto cronológico para chegar em outro momento do campo tema que foram as idas ao complexo penitenciário de Ponte Nova, mas ainda trazendo a experiência de aproximação à realidade de trabalho dos agentes, um contato inicial, por assim dizer.

No decorrer das entrevistas, das trocas de e-mails no grupo e em conversas com outras pesquisadoras da área, aos poucos foi ficando evidente a necessidade de aproximação de uma unidade prisional para realmente poder compreender de qual realidade os profissionais falavam. E não apenas isso, foi ficando claro que o melhor caminho para conseguir este acesso seria diretamente com os diretores de unidades, pois, apesar do aparelhamento do estado para negar a aproximação, como tinha sido percebido, os agentes e demais pesquisadoras insistiam que alguns diretores de unidades eram muito abertos à realização de trabalho dentro das unidades, inclusive por suprir uma falha do estado em relação a estes espaços e que individualmente, os diretores mais antigos e com mais experiência, autorizavam a realização de pesquisas em suas unidades.

O caminho escolhido, portanto, para buscar acesso a uma unidade prisional fora através de um contato pessoal em Ponte Nova. Uma pesquisadora da UFMG, natural da cidade, contemporânea de curso de graduação, fizera sua pesquisa de mestrado em psicologia do trabalho no complexo penitenciário da cidade e obtivera autorização para acompanhar o cotidiano dos agentes dentro da unidade. O trabalho foi muito bem recebido tanto pela diretoria quanto pelos agentes de segurança penitenciária do local e este contato pareceu um bom caminho para conseguir viabilizar as visitas e acompanhamentos das atividades de trabalho dentro de uma unidade prisional. Mais uma vez os contatos pessoais se mostraram importantes para abrir os caminhos da pesquisa.

Toda a negociação junto ao diretor do Complexo Penitenciário de Ponte Nova foi intermediada pela pesquisadora Aline Silva, que realizou seu trabalho de mestrado na unidade. Em princípio Aline me repassou os contatos telefônicos do diretor e, sem sucesso, tentei localizá-lo para marcar uma apresentação. Como ela já sabia do meu interesse em trabalhar com os agentes e disposição para fazê-lo na cidade de Ponte Nova, um dia, ao encontrar o diretor em um evento da cidade, mencionou a minha intenção de trabalho, informalmente mesmo e ele disse que era para ela nos colocar em contato, pois a proposta lhe parecia interessante. Ela chegou a comentar que eu já tinha ligado para ele, mas ele respondeu que não devia ter conseguido falar porque ele não se encontra com

frequência em sua sala na unidade, está sempre resolvendo outras questões fora do complexo, ou mesmo fora de seu gabinete, não sendo possível o localizar por telefone.

À medida que fui me inteirando da realidade de um complexo penitenciário foi possível perceber que um diretor é extremamente solicitado em seu trabalho e as dificuldades de encontro eram circunstanciais, ainda que frequentes e não uma forma de se esquivar (desconfiança levantada pela experiência anterior junto à secretaria estadual).

Aline viabilizou o contato com o diretor da unidade, e uma reunião foi agendada para duas semanas a frente, onde seria apresentada a proposta de pesquisa e tão logo se iniciariam as atividades dentro da unidade. Como Ponte Nova é uma cidade que está localizada a 185 quilômetros de Belo Horizonte e as visitas à unidade implicavam em viagens e hospedagem na casa de outras pessoas, as idas à cidade precisavam ser aproveitadas ao máximo.

Na noite anterior à primeira reunião cheguei à cidade para tão logo no início da manhã me dirigir à unidade, pois mesmo acordada, a reunião não tinha horário definido, fora marcada com um tom informal “claro que pode fazer o trabalho aqui, venha na terça feira, daqui a duas semanas para conversarmos a respeito” (trecho do diário de campo, conversa ao telefone com o diretor do CPPN).

A primeira reunião foi realizada entre mim, Aline e um dos diretores da unidade. O diretor geral precisou ir à Belo Horizonte no dia e na sua ausência o diretor segurança respondia pelo complexo, mas este estava de licença do trabalho, o outro responsável foi quem nos recebeu. Os três diretores já trabalhavam juntos há seis anos e mesmo sem saber exatamente do que tratava a proposta, pois não havia conversado com o diretor geral a respeito, sabia que este concordaria com a realização de mais uma atividade junto aos agentes da unidade se prontificou em me receber e iniciar as negociações. Era a primeira vez que ia há uma ‘prisão’ e alguns pontos logo se destacaram no trajeto, como descrito no diário de campo:

Já no caminho é impossível não perceber que o CPPN fica bem afastado do centro da cidade. Ponte Nova não é uma cidade grande, mas, mesmo no interior, é fácil ver onde é o centro e onde é a região de maior movimento da cidade e o CPPN não fica por ali. No caminho da casa da Aline até lá passamos pela delegacia, que ela me aponta e diz ter uma parte do complexo ali, também. Depois da delegacia já estamos quase em uma estrada e no trevo para Viçosa, ao invés de seguirmos para outra cidade entramos à esquerda, em direção à uma reserva florestal estadual. O complexo está dentro desta reserva e no caminho só tem uma discreta placa indicando sua direção.

A estrada que leva à penitenciária chama atenção pela precariedade de sua conservação, ou pela sua destruição mesmo, não parece ter um termo melhor para definir. O caminho é feito dentro da área da reserva em uma estrada esburacada, subindo o morro, pois a prisão está bem ao topo do lugar. As duas pistas, cada uma em um sentido, se tornam praticamente uma, pois é necessário costurar o traçado para evitar passar nos buracos, largos e mais aprofundados, sem estragar o carro. Aline, que dirige o carro já conhece bem o caminho e suas surpresas, mas um condutor desavisado e apressado deve ter muita dor de cabeça por lá. (Trecho do diário de campo)

Na reunião, que o diretor fez questão de manter o tempo todo em um tom bastante informal e de abertura, foi apresentado o projeto que logo teve a anuência do diretor e seguimos para que eu fosse apresentada aos espaços da unidade e a alguns profissionais. Em alguns momentos fomos acompanhadas do diretor e ele fez questão de demonstrar que a unidade estava sempre aberta a realização de parcerias com a comunidade, como seria o caso da pesquisa que propunha. Mostrou que muitas das atividades de trabalho realizadas pelos apenados dentro da unidade eram fruto de parceria com instituições da cidade e que estas garantiam um maior número de frente de trabalho para os que estavam ali cumprindo pena. Segundo o mesmo “quanto mais possibilidades de trabalho a gente arruma para os presos melhor, eles precisam disso e nós também conseguimos trabalhar melhor aqui dentro” (trecho do diário de campo). Depois de conhecer as dependências e alguns agentes fomos embora, com o compromisso de voltar no dia seguinte para poder conversar com o diretor geral, que já estaria de volta de Belo Horizonte, para oficializar o início dos trabalhos.

No dia seguinte, sem a pesquisadora que já era conhecida pelos agentes, a entrada na unidade foi muito diferente, os agentes pareciam frios, foi necessário fazer um cadastro e até mesmo passar pela revista da bolsa, algo que não acontecera no dia anterior. Depois de aguardar um pouco, pois o diretor atendia familiares de um dos detentos da unidade que seria transferido no dia para Belo Horizonte, razão pela qual ele precisou se ausentar da unidade no dia anterior, iniciamos a reunião onde ficou acordado que a pesquisa aconteceria e que era necessário apenas um pedido que ele mesmo entregaria ao secretário da SEDS, pedindo autorização para a minha permanência na unidade. Esclareci que não tivera uma experiência muito frutífera junto ao secretário e ele rapidamente respondeu,

“não se preocupe com isso, é apenas uma formalidade, se eu falei que lhe autorizo, ele não irá discordar, aqui as coisas funcionam assim. Devo ir a Belo Horizonte essa semana de novo e eu mesmo peço para ele assinar, pode ficar tranquila.” (trecho do diário de campo, fala do diretor da unidade)

Retornei mais tarde para lhe entregar o pedido formalizado e ficou acordado que assim que tivesse a assinatura entraria em contato comigo para poder começar as atividades propriamente ditas, que eram grupos de discussão sobre o trabalho e acompanhamento das atividades dos agentes durante o expediente dos mesmos. Ambos diretores procuraram deixar claro que aprovavam o trabalho e concordavam com a sua realização, mas que todo o trâmite de convocar os agentes, marcar reuniões e demais negociações com os profissionais deveriam ser mediadas pelas funcionárias do setor de recursos humanos, pois não dispunham de tempo para organizar isto e estas funcionárias que montavam as escalas e tinham contato direto com os coordenadores das equipes de plantão (os regimes de escala de trabalho serão apresentados mais a frente). Portanto, a próxima ida ao CPPN só se daria após a autorização da SEDS e de acordo com a possibilidade do setor de RH em ajudar nos primeiros passos do trabalho.

A assinatura do pedido para ingressar no complexo demorou 11 dias a mais do que o previsto, por desencontros entre o diretor e o secretário. Assim que a autorização foi liberada começaram as negociações junto ao setor de RH, mesmo tendo ouvido do diretor que a pesquisa seria autorizada fiquei reticente de começar as negociações com o RH e depois ter o pedido negado novamente, ficando apenas com a frustração de mais uma tentativa.

O contato com o RH também não foi fácil. Já havia sido apresentada às duas integrantes do setor no primeiro dia que estive no complexo e rapidamente adiantei o que propunha, mas depois da autorização foi difícil conseguir conversar com a gerente. Por telefone nunca era possível encontra-la na sala e os e-mails demoravam muito para serem respondidos. A solução encontrada foi ir à Ponte Nova e tentar conversar pessoalmente para resolver a logística do trabalho, tal ação sempre se mostrou profícua em outras pesquisas, pois as pessoas nem sempre tem disposição para responder um e-mail longo, mas pessoalmente é mais fácil e rápido conversar e tomar decisões.

Na segunda-feira da semana seguinte a confirmação da autorização viajei para Ponte Nova à noite esperando conseguir encontrar alguma das funcionárias do RH no dia seguinte pela manhã. Bem cedo telefonei para o setor, sem sucesso, só consegui conversar com uma das funcionárias próximo do horário do almoço, a quem adiantei o que pretendia e ela me respondeu que a única pessoa que me ajudaria seria a gerente de RH, mesmo. No período da tarde mais ligações foram feitas até que recebi um telefonema da responsável que se desculpava mas dizia que não poderia me atender nos próximos dias

pois estavam resolvendo assuntos mais importantes junto à gerência da secretaria e não poderiam me receber em nenhum momento nos próximos dias, talvez semanas. Mais uma vez as particularidades deste ambiente laboral se apresentavam e me surpreendiam,

“Mais uma vez fica claro as prisões estão distantes dos contextos com os quais estou acostumada a trabalhar. Lá não é um lugar em que é possível dar uma passadinha para uma conversa rápida, até pra isso é necessário marcar e ter autorização pra entrar.” (trecho do diário de campo)

Por sugestão da Aline, que me explicou que era necessária paciência para iniciar os trabalhos, mesmo, procurei entrar em contato com o diretor de segurança da unidade que fora de muita ajuda quando ela realizou sua pesquisa no local. Ele estava de licença do cargo para cuidar da mãe doente, mas logo retornaria as atividades. Assim o fiz⁴.

Quase seis meses depois do primeiro contato junto à direção da unidade foi possível, então, com a ajuda do diretor de segurança, iniciar as visitas ao CPPN e os grupos junto com os agentes de segurança penitenciária.

⁴ O diretor de segurança retornou as atividades em junho de 2013 e logo me telefonou pra começarmos a conversar melhor e ele se inteirar da proposta de trabalho. Contudo, neste período ocorreu a copa das confederações no Brasil e Belo Horizonte foi uma das cidades sede e durante o evento ocorreram muitas manifestações nas ruas da cidade, reivindicando melhorias em setores públicos, questionando a necessidade do evento da copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte, estradas foram fechadas e mais uma vez o contato precisou ser adiado para o mês seguinte, quando acreditamos que as dificuldades de deslocamento já estariam superadas.

Capítulo 4. Complexo Penitenciário de Ponte Nova (CPPN)

O complexo Penitenciário de Ponte Nova foi um dos locais onde fora realizada a pesquisa de campo sobre o trabalho dos agentes de segurança penitenciária, como já dito. E, apesar de não ter sido o único local de trabalho estudado, seu papel foi fundamental para uma melhor compreensão desta realidade laboral e as idas às suas unidades levaram a um melhor entendimento do muito que fora dito durante as entrevistas individuais. Além disso, a maioria dos episódios vivenciados e trazidos no diário de campo dizem deste cotidiano laboral, por isso, julgo necessário um espaço específico neste texto para sua apresentação mais detalha afim de ajudar os leitores, inclusive, a delinear melhor o cenário de uma unidade prisional, tão desconhecido da população em geral.

Ponte Nova é uma cidade no interior do estado de Minas Gerais a 186 quilômetros da capital do estado, com uma população de aproximadamente 65.000 habitantes. A cidade abriga um complexo penitenciário estadual que foi inaugurado em dezembro do ano de 2009 com capacidade para 594 presos. A obra desta unidade, a centésima unidade prisional administrada pelo estado foi realizada no período de 1 ano e 10 meses e sua celeridade em ficar pronta já é um importante fator para compreender a história de abrigamento de detentos na cidade.

Em agosto de 2007 um incêndio na carceragem da polícia civil da cidade onde morreram 25 detentos. O episódio é conhecido como a segunda maior tragédia penitenciária do Brasil, depois do episódio ocorrido no pavilhão 9 do complexo do Carandiru, em São Paulo.

Na madrugada do dia 23 de agosto de 2007, um colchonete foi queimado na entrada de uma das celas da carceragem e como o fogo estava intenso não foi possível retirar os detentos de dentro do lugar. Vinte e cinco detentos morreram carbonizados e a fumaça também atingiu outras celas, intoxicando outros presos e aumentando as proporções do desastre. A nota no jornal Estado de São Paulo narra o ocorrido,

Cerca de 25 presos morreram carbonizados, hoje de madrugada, na Cadeia Pública de Ponte Nova, em Minas Gerais. De acordo com as primeiras informações, fornecidas pela Polícia Militar, por volta de 1h30 houve um incêndio após uma briga entre detentos rivais. Um grupo cercou o outro numa cela e colocou fogo em colchões. Como a cidade não possui Corpo de Bombeiros, um caminhão-pipa foi para o local para o combate às chamas. Ao mesmo tempo, foram utilizadas bombas de efeito moral para conter o tumulto. A direção da cadeia assegura que não houve fugas. O presídio tem capacidade para 87 presos, mas, no momento da briga, abrigava 173 homens. Uma equipe de legistas de Belo Horizonte deve estar ainda

hoje em Ponte Nova. Os técnicos vão realizar exames de DNA e da arcada dentária para tentar identificar os corpos. Engenheiros também devem fazer uma vistoria para verificar se o prédio corre risco de desabamento. Ao longo do dia, a Secretaria Estadual de Defesa Social deve divulgar nota oficial sobre o caso.⁵

Este episódio marcou a história da cidade e os relatos dos moradores são sempre sobre o sofrimento durante a madrugada para os que tinham parentes ou conhecidos presos na unidade. O incêndio começou no início da madrugada e rapidamente as pessoas da cidade ficaram sabendo, muitos se dirigiram à porta da delegacia para saber o que estava ocorrendo dentro da unidade mas não conseguiram estas informações. Aos que estavam do lado de fora nada era informado, sequer em qual cela se iniciou o incêndio. Como reportagem deixa claro, especula-se que o incêndio não fora acidental, que havia uma disputa entre criminosos da cidade que estavam presos na mesma unidade e que a cela que pegou fogo tinha apenas detentos que faziam parte de uma das 'facções' da cidade. Com esta suspeita, levantou-se também a dúvida sobre um possível favorecimento dos carcereiros da polícia civil e de uma conivência com a ação, demorando, inclusive, para abrir a cela e retirar os presos de lá de dentro.

Depois deste incêndio, que foi notícia em todos os jornais, o estado precisou agir rápido e acelerar a proposta de construção de um complexo penitenciário na cidade. Segundo o diretor da unidade, a urgência trazida pela tragédia na carceragem fez com que conseguissem uma autorização para a construção da unidade prisional dentro de uma reserva florestal, o que seria impensável em outras circunstâncias e a obra foi ao toque de caixa, pois precisava ficar pronta o mais rápido possível. Enquanto isso a carceragem foi reformada e logo já foi assumida pela SUAPI, pois na época do acidente já estava no período de transição das administrações prisionais para a própria superintendência e não mais como responsabilidade da polícia civil.

Nestas circunstâncias que o complexo penitenciário da cidade foi construído. A unidade está em um terreno de 50 mil metros quadrados, dos quais nove mil e seiscentos são de área construída. Logo da entrada da portaria principal é possível avistar o prédio que abriga em seu andar térreo a portaria onde são recebidos e vistoriados os que visitam a unidade, assim como o material que é entregue para cada um dos presos e no segundo andar os escritórios das diretorias da unidade e setores administrativos. Atrás desta construção estão o refeitório e a lavanderia da unidade. Mais à frente, adentrado o espaço

⁵ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-em-prisao-de-ponte-nova-mg-mata-25-presos,39713>

é possível ver onde estão as salas de atendimento individual, médico, psicológico, assistencial ou jurídico e logo após estas salas há um grande portão que separa os pavilhões onde estão os presos da unidade.

São quatro pavilhões, cada um com duas alas de presos, com número variado de celas, diante destas alas há um pátio onde os detentos tomam banho de sol três vezes por semana, em dias alternados. Destes pavilhões, um é exclusivo para as presas mulheres, os demais abrigam os presos do sexo masculino. Este espaço, por sua vez, é circundado pela muralha, mais alta que as celas, onde ficam agentes vigiando a movimentação das alas.

Além dos pavilhões e das salas, há também na unidade uma horta e um pomar, uma fábrica de gaiolas, abrigada em uma pequena casa, uma fábrica de lonas e uma escola, que está sendo construída. Nesses locais, incluindo o canteiro de obras da construção da escola, trabalham presos e presas da unidade. Há também um canil, onde ficam os cães usados pelo GIR, um grupamento especial de agentes que atua na escolta de presos para fora da unidade e também intervém nos momentos de maior repressão dentro dela, como, por exemplo, na vistoria das celas ou mesmo na tentativa de controlar uma possível rebelião dos presos.

Todo este complexo penitenciário e o anexo (antiga carceragem da polícia civil) são administrados pela Superintendência de Administração Prisional (SUAPI), que faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), do governo de Minas Gerais. O CPPN é gerido por um corpo diretor composto por um diretor geral, um diretor de segurança, um diretor de atendimento e ressocialização e um diretor administrativo. Nele trabalham 225 agentes de segurança penitenciária, a maioria homens, além de uma advogada, uma psicóloga, dois enfermeiros e dois assistentes sociais que atendem os presos. Há também funcionários e funcionárias nos setores administrativos como tesouraria, recursos humanos, secretaria da direção e faxina. Todos os agentes e funcionários administrativos da unidade são contratados pelo estado e não concursados. O refeitório da unidade é terceirizado e nele trabalham uma nutricionista, um cozinheiro, contratados pela empresa responsável, além de detentos. A unidade também é atendida por um dentista, que não faz parte de seu quadro funcional, prestando serviço para o estado. O dentista vai esporadicamente à unidade para atender aos presos.

A localização do presídio merece uma apresentação mais detalhada. Como já foi dito, devido a urgência da construção de um novo espaço dada pelas circunstâncias, segundo o diretor da unidade, foi conseguido uma autorização para que o complexo fosse feito dentro de uma reserva florestal da cidade. A reserva está em uma área bastante distante do centro da cidade, quase na divisa entre municípios, mas o complexo não se encontra apenas na periferia da cidade, ele está em uma área de muito difícil acesso e quase nenhuma ligação com o município.

Para chegar à entrada da unidade, saindo do centro da cidade, é necessário seguir no sentido do município vizinho, em direção ao trevo de Viçosa, contudo, ao chegar em um determinado ponto do caminho para a cidade vizinha, o motorista deve sair da via principal e se deslocar para a esquerda, seguindo para dentro da reserva. Falo motorista porque o acesso é muito ruim e a unidade ainda está longe da via principal o que, praticamente, impossibilita a chegada ao presídio a pé ou mesmo de bicicleta, para acessar a unidade é preciso um carro, moto ou ônibus. Ao seguir para a estrada que conduz até a portaria principal já é possível perceber uma mudança na pavimentação do caminho, antes asfaltado. Por um curtíssimo trecho há uma pavimentação de asfalto, mas a maior parte do trajeto é feito em uma estrada que já fora asfaltada, mas atualmente encontra-se completamente esburacada, o que dificulta ainda mais a chegada. Carros de passeio precisam reduzir bastante a velocidade para que não sejam danificados ao passar pelos enormes buracos da estrada. Depois de uma longa subida adentrando a reserva, no topo do trajeto, encontra-se o CPPN. Este trajeto, aparentemente, liga a cidade de Ponte Nova a uma cidade da zona rural da cidade, e o presídio se encontra no meio deste caminho, mas por ele não há nenhuma movimentação frequente, apenas das pessoas que se dirigem à unidade prisional.

Como não há movimentação na estrada, não há, também, transporte público que passe pelo caminho. Assim sendo, a condução dos funcionários da unidade é feita por ônibus fretado pelo estado, que circulam em horários específicos dentro da cidade, mais especificamente no início da manhã e no final da tarde. Alguns trabalhadores vão com seus veículos próprios, carros ou motos que ficam estacionados do lado de fora da unidade.

Os funcionários dos setores administrativos trabalham durante o dia, no período das 08:00 horas da manhã até as 17:00 horas da tarde. Alguns agentes de segurança penitenciária também estão sob este regime de horário mas, a maioria deles trabalha em

plantões de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, com a marcação das jornadas as 07:00 horas da manhã e às 19:00 da tarde. Estes agentes estão divididos em quatro equipes de plantão, equipe A, B, C e D, duas trabalham durante o dia e duas trabalham à noite, em dias alternados, as equipes da noite têm menos integrantes que as equipes diurnas. Há ainda os agentes que trabalham no GIR, grupamento especial da unidade, que também estão divididos em equipes de plantão.

Aos agentes cabem diversas funções relacionadas à guarda, condução dos detentos e segurança. As funções de vistoria dos *pertences*, revista dos visitantes, censura das correspondências são exercidas pelos poucos que trabalham todos os dias da semana, das 08:00 às 17:00. Já as equipes de plantão detêm a maior parte das funções tais como, controle das portarias, vigília das muralhas, acompanhamento dos presos durante as atividades de trabalho destes, trânsito interno e gaiola. Já os agentes do GIR são responsáveis pela escolta dos detentos para fora da unidade, o cuidado com o canil e as intervenções de vistoria dentro das celas, além das repressões a movimentações consideradas perigosas por parte dos presos.

Pertences é como são chamados os produtos que são levados por parentes às pessoas que estão presas. O estado provém aos detentos um kit, chamado por eles de *jumbo* com materiais de higiene pessoal, além da alimentação que é feita na unidade, contudo, nem sempre este material é suficiente, de qualidade, ou mesmo entregue prontamente. Há, então, a possibilidade de complementação deste material e da alimentação pelos familiares dos presos que é entregue dentro das unidades, normalmente, shampoo, condicionador, sabonetes, escovas de dente e pasta, absorventes, chinelos, biscoitos, achocolatado e até mesmo alimentos preparados. Estes *pertences* são levados à unidade durante a semana e vistoriados pelos agentes. A unidade também armazena os mesmos e entrega aos poucos o que foi recebido para os presos, não repassando tudo de uma única vez. Os agentes que são responsáveis por esta vistoria também são responsáveis por fazer a revista nos visitantes da unidade durante a semana. Há um setor também responsável por ler e controlar a entrada e saída de correspondência para os presos, chamado de censura. A função destes é ler as cartas e garantir que nenhum tipo de informação possa ser trocada que esteja relacionada a crimes, como possíveis tentativas de organizar fugas, gestão do tráfico fora das unidades ou algo que o valha. São estas as funções exercidas pelos agentes que trabalham todos os dias da semana.

As funções das equipes de plantão já estão mais diretamente ligadas aos presos dentro das unidades. Cabe às equipes o cuidado nas portarias da unidade, o cadastramento e controle de todos que entram e saem do CPPN, inclusive funcionários. Na unidade há duas portarias, as quais eles se referem como P1 e P2. A primeira é a entrada da unidade, o primeiro lugar onde qualquer pessoa tem que passar para ingressar no presídio, cabe aos agentes que ali trabalham guardar os portões de entrada da unidade. Nela há uma guarita onde está o computador com o acesso ao sistema de informática contendo todos os dados de presos e funcionários e onde é feito o cadastro dos novos visitantes, os agentes deste posto também são responsáveis por fazer o controle de saída e retorno dos presos que trabalham durante o dia fora da unidade e dos que saem com livramento condicional ou indultos que permitem ficar fora das unidades por determinados períodos de tempo, além de cadastrar os que ingressam detidos na unidade e os que saem dela. A P2 fica no andar térreo do prédio administrativo, segundo lugar onde passam os carregamentos de produtos fornecidos para o funcionamento da prisão, assim como por onde saem escoltados os presos que são conduzidos para audiências, outras unidades ou mesmo consultas médicas fora do presídio.

Os agentes que trabalham nas muralhas são responsáveis por vigiar a movimentação dentro dos pátios dos pavilhões, assim como a movimentação na estrada de acesso a unidade. A muralha, que circunda os pavilhões, é muito mais alta que os mesmos, justamente para garantir a visibilidade plena destes espaços. Já a sua altura em relação à portaria 1 é mais aproximada, porque a portaria de entrada no complexo está em um ponto mais alto do terreno e o resto do espaço construído segue no declive deste ponto. Ainda assim quem está na muralha tem uma visão privilegiada da estrada que leva à unidade. Os presos têm direito ao banho de sol, que significa sair da cela e circular pelo pátio, e este acontece às segundas, quartas e sextas feiras, obedecendo uma escala entre as alas que não podem se misturar nestes momentos. Estes três dias da semana, segundo os agentes, são os mais movimentados em volume de trabalho, devido o empenho necessário para acompanhar os momentos de banho de sol e não apenas para os agentes que trabalham na muralha.

Outra função exercida pelos agentes é o que eles chamam de trânsito interno, responsável pela circulação dos detentos dentro da unidade. Os agentes que exercem esta função circulam todo o tempo dentro do complexo, escoltando presos pelas dependências. Quando um preso, por exemplo, solicita atendimento junto à assistente social ele precisa

ser retirado da cela e conduzido à sala onde acontecem as consultas, ele então é algemado na porta do pavilhão e conduzido por dois agentes até o local, por vezes estes agentes também tem que aguardar os atendimentos de prontidão na porta das salas que podem ficar entreabertas ou mesmo abertas durante o atendimento. Esta função, por circular por toda a unidade, acaba sendo um treinamento para os novatos que acompanham os agentes no trânsito interno durante as primeiras semanas de trabalho.

Nas entradas das alas há um posto de agente, chamado de gaiola. Os que aí trabalham são responsáveis por vigiar as celas daquele espaço e os presos que ali estão. Eles devem fazer a conferência dos presos no início do dia e ao final do plantão, uma espécie de chamada, onde o agente fala o nome do preso e este responde o seu número de INFOPEN, o cadastro que recebe quando ingressa no sistema penitenciário. Esta função também é responsável por manter a comunicação entre os detentos e os demais espaços do presídio, especialmente através dos *catus*. Estes são pequenos formulários que em número limitado são entregues aos presos e nos quais eles podem fazer perguntas sobre o andamento de suas penas, solicitar atendimentos especializados, procurar informação sobre seus familiares, solicitar conversas até mesmo com o diretor da unidade. Os “gaiolas” repassam estes papéis aos detentos que estão nas celas que os preenchem e devolvem. O agente que está na gaiola, então, repassa o papel ao agente que faz o trânsito interno para este encaminhar ao devido destino. O agente que está na gaiola, contudo, não sai de seu posto, atravessando o pátio da ala e se dirigindo a entrada da cela para fazê-lo. Há em cada ala um detento que trabalha com a limpeza, chamado por eles de “faxina”, este detento que faz o trânsito dos *catus* dentro do pavilhão, pois ele circula no pátio das alas durante o dia para executar seu trabalho. O agente sai de seu posto de trabalho para entregar os remédios que os detentos tomam, normalmente ao final do dia, para “pagar remédio” como costuma-se referir dentro das prisões. Podem ser remédios de uso contínuo como remédios para pressão, diabetes ou mesmo remédios de recomendação psiquiátrica como ansiolíticos e antidepressivos, muito comum de serem consumidos pelos detentos para, inclusive, garantir que consigam dormir à noite.

Por último há os agentes que acompanham as atividades laborais dos presos, supervisionando os postos de trabalhos. Eles ficam nas fábricas que estão dentro da unidade ou mesmo nos postos de trabalho fora dela, acompanhando as atividades dos presos.

Estas equipes de plantão são geridas por um agente, um coordenador que define a função a ser exercida por cada um da equipe e gere as eventuais ausências. Este coordenador, por hábito, é um agente com mais experiência na profissão, no caso do CPPN, agentes que estão trabalhando desde a inauguração da unidade e que conhecem bem o cotidiano de trabalho dentro do sistema prisional. Apesar de ocupar um cargo de coordenação, não há uma remuneração diferenciada para este agente, que também trabalha no mesmo regime de plantão do resto da equipe.

Parte III

Capítulo 5. Contratados ou concursados? O regime de trabalho dos agentes de segurança penitenciária

Tão logo começaram as entrevistas com os agentes do grupo de e-mails e as reuniões de grupos do complexo penitenciário de Ponte Nova um dos primeiros pontos trazidos por estes profissionais foi a questão da diferença do regime de trabalho e seus desdobramentos.

As unidades prisionais são de responsabilidade do estado e o cargo de agente de segurança penitenciária é um cargo público, para o qual é necessário fazer concurso⁶. Contudo, muitos destes profissionais não são concursados e sim contratados pelo estado, através de contratos temporários, como eles mesmos contam. Esta realidade se estende em todas as unidades do estado e particularmente no caso de Ponte Nova todos os agentes são contratados e não apenas estes profissionais, todos os funcionários de cargos técnicos também estão sob esse regime de trabalho temporário.

“qualquer unidade penitenciária hoje tem falta de agente. Porque o agente sai, entra, sai, afasta, tem muito quadro de afastamento por causa de problema de saúde, principalmente psicológico, por pressão do preso, por pressão da direção, são diversos fatores que interferem na pessoa, ali. Então a pessoa tem que vir blindada, a pessoa pra começar a trabalhar no sistema ela tem que vir com uma certa blindagem para aguentar as pressões.” (entrevista individual)

O tema foi abordado por todos agentes com quem conversei, e a maioria deles percebem esta duplicidade de regimes de trabalho como um problema dentro das unidades e do sistema como um todo.

Antes mesmo de começar a apresentar a realidade dos dois regimes de trabalho, parece-me importante analisar o número de funcionários do sistema prisional. O sistema como um todo parece funcionar com uma quantidade de trabalhadores abaixo do necessário.

Logo nas primeiras tentativas de iniciar o trabalho em Ponte Nova ficou claro que não havia um número suficiente de trabalhadores na unidade, como um todo. A dificuldade de encontrar algum profissional que pudesse me auxiliar no início da pesquisa

⁶ Em janeiro de 2013 foi inaugurada a primeira penitenciária em regime de parceria público privada do País, em Minas Gerais, nesta unidade prisional a responsabilidade de contratação dos funcionários fica a cargo da concessionária e não mais através de concursos públicos (<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/01/inaugurada-em-minas-gerais-primeira-penitenciaria-privada-do-pais>). As unidades prisionais privadas são um tema que merece ser discutido e que traz muitas controvérsias tanto para os apenados como para os agentes que lá trabalham, mas não serão objeto deste estudo.

foi um indicador desta escassez. Ao aproximar mais da realidade do complexo foi possível perceber que os trabalhos não se iniciavam não por uma estratégia de esquiva, como tinha acontecido junto à SEDS, na verdade não havia uma pessoa com disponibilidade maior de tempo para auxiliar o trabalho.

Os funcionários do setor administrativo demonstravam estar sobrecarregados de funções e no setor de RH a carência de mão de obra era tão evidente que, em agosto, quatro meses depois dos primeiros contatos com as funcionárias do setor, foi contratada mais uma funcionária para poder trabalhar, tamanho o volume de tarefas que era dividido por apenas duas, como descrito no diário de campo,

Ao menos, a viagem serviu para perceber que a indisponibilidade de Luciana [diretora de RH] era real e, não apenas, uma má vontade comigo e uma falta de interesse em me auxiliar. Assim que entendi melhor o que se passou me peguei pensando que não era apenas os agentes que estavam em número reduzido no complexo, mas todos os setores tinham menos funcionários do que parecia necessário, pois antes de ir a Ponte Nova, em alguns dias não era possível encontrar uma pessoa para atender o telefone na sala do RH. (trecho do diário de campo)

O diretor de segurança e o geral destacaram a falta de agentes desde o início, quando fui apresentada a unidade e pude conhecer as atividades de trabalho oferecidas para os detentos, uma das primeiras falas ouvidas foi que só não eram oferecidas mais vagas nas frentes de trabalho para os apenados porque não havia mais agentes para acompanhá-los nos postos. Como são presos que estão em regime de progressão de pena, semiaberto, eles podem trabalhar, mas precisam de agentes acompanhando suas atividades, dentro ou fora da unidade prisional. O diretor geral se queixava que conseguia diversas parcerias que abriam frentes de trabalho, mas não tinha um efetivo suficientemente grande para poder ofertar o trabalho aos detentos. Ele tinha pessoas que já tinham recebido autorização para trabalhar mas não conseguiam, porque não havia vagas disponíveis.

Em um dos dias no CPPN pude ver um agente que estava chegando para iniciar seu contrato de trabalho, ele havia deixado seu currículo com um dos agentes que trabalha na unidade, que encaminhou para o RH e assim que as funcionárias tiveram autorização o chamaram para começar a trabalhar pois, como uma delas destacou “aqui tem trabalho para mais uns 50 agentes, estamos sempre pedindo a liberação de mais contratações para Belo Horizonte” (diário de campo).

A unidade fica no alto de um morro, como já dito, então, assim que o novo agente surgiu na estrada que leva à portaria principal, foi avistado pelos que fazem a guarda na muralha e foi avisado no rádio para todos os agentes (procedimento comum quando alguém se aproxima da unidade, um alerta é dado). Quando ele estacionou a moto e chegou ao portão se apresentando como um novo funcionário, eu estava na sala do RH. No momento, sua chegada foi comemorada por todos, inclusive um dos coordenadores de equipe de plantão que estava na sala. O rapaz chegou na sala do setor de recursos humanos para se apresentar e foi surpreendido pela informação de que iria começar a trabalhar na mesma hora. Deixou sua mochila e demais objetos que portava guardados na sala e foi acompanhado pelo coordenador da equipe A, do plantão, para conhecer as atividades. Nesse momento, o coordenador afirma que irá ensinar a ele os procedimentos de algemação e como segurar a tonfa, dali saem para as dependências da unidade.

Os recém chegados ao trabalho em Ponte Nova trabalham 15 dias direto, para aprender os procedimentos, segundo a coordenadora do RH, e para que eles possam conhecer como é trabalhar na prisão, “ver se vão ficar, né?! Tem gente que não volta no segundo dia” (trecho do diário de campo).

Um dos problemas apontados pelos agentes é a falta de treinamento para os contratados que logo começam a trabalhar, sem nunca ter visto uma algema ou mesmo ter entrado em uma prisão, como pude perceber em Ponte Nova. Como as contratações são sempre emergenciais e feitas aos poucos, não é possível formar uma turma de novos funcionários para que recebam um treinamento adequado antes de iniciarem suas atividades. Durante os grupos de discussão sobre o trabalho este tema foi frequentemente trazido como queixa, assim como em entrevistas individuais:

A gente chega aqui e já já entregam uma algema na nossa mão, um cacetete e mandam a gente ver como que o outro faz. Tem que se virar para aprender. Dá um medo... (grupo de discussão)

Os colegas antigos, né, que vão mostrando como que faz o serviço, assim, eles falam com calma porque sabem como é chegar numa prisão e ter que trabalhar de cara, mas nem eles aprenderam tudo direito (grupo de discussão)

Na verdade, sabe, nada prepara a gente pr’aquilo lá, não [penitenciária]. Nada prepara pra gente ver gente presa, mas ainda assim, de repente ter que segurar uma arma e *bota* um colete podia ensinar ao menos como que segura (entrevista individual)

Eu, né, já sabia manusear arma porque fiz um curso, sou segurança particular, sabe?! Aí eu aprendi a mexer com arma, lá fora, mas aqui ninguém me falou nada, não. Tem até uns colegas que querem juntar uma turma pra fazer o curso, porque tem gente aqui que nunca deu um tiro na vida e tá aí com arma na cintura. (grupo de discussão)

Alguns dos agentes contratados assumiram unidades no início de seu funcionamento, como fora o caso de alguns do CPPN que estão na unidade desde sua inauguração, e de um dos entrevistados, que foi contratado para começar a trabalhar em uma unidade que estava sendo repassada da custódia da polícia civil para a SEDS. Estes tiveram a oportunidade de receber uma preparação antes de iniciarem as atividades laborais propriamente ditas, mas ainda assim se queixam que a preparação é rápida e insuficiente.

No início, né, vieram uns caras, lá de beagá, pra ensinar a gente como que faz. Eles mostraram como que conduz um preso, como que é a algemação, a gente até veio pra cá [unidade prisional] antes de ter preso aqui. Eles mostraram como que segura uma arma e deu até pra dar uns tiro e sentir o tranco, mas foi só. Falaram que iam ficar aqui uma semana, até começarem a chegar os presos, mas depois de dois dias foram tudo embora. E nós tivemos que se virar. (grupo de discussão)

A precariedade da preparação para o trabalho também é queixa dos poucos concursados que foram entrevistados, contudo, eles mesmos reconhecem que a duração é muito maior, cerca de duas semanas em um espaço próprio em Belo Horizonte, com aulas teóricas e práticas simuladas. Ainda assim, todos são unânimes em dizer “ver gente presa é outra coisa. Nada deixa a gente pronto pra esse impacto, a coisa é forte” (entrevista individual, concursado).

Outro ponto percebido como problemático em relação aos agentes contratados temporariamente é a sensação de insegurança que eles têm em relação ao trabalho. Como os contratos podem ser suspensos a qualquer momento, em princípio, o medo da demissão é presente. Os agentes que foram entrevistados e trabalham nas unidades de Belo Horizonte contam que os contratados são constantemente chantageados por alguns diretores que tentam convencê-los a realizar atividades das quais discordam ou relatam não estarem confortáveis em fazer, como escoltas ou mesmo estenderem um horário de plantão para cobrir um colega que não foi trabalhar.

Daí o diretor olha pra você e fala ‘tá achando ruim? Seu contrato tá aqui na gaveta, eu posso rasgar ele, então’. E faz questão de mostrar que tem uma pilha de currículo de gente querendo trabalhar lá. (entrevista individual)

Para muitos destes agentes adoecer no trabalho é sinônimo de desamparo, conforme denúncia de um dos agentes entrevistados. Pelo fato dos contratos serem temporários os agentes que se afastam do trabalho simplesmente não têm seu contrato renovado ao final da vigência, independentemente de sua condição de saúde e isto é mais uma fonte de insegurança para estes profissionais.

Ainda durante o curso de direitos humanos ministrado aos agentes ouvi o relato de um episódio de acidente laboral em que o agente simplesmente foi demitido ao final do contrato, fato que deixou seus colegas preocupados ao perceberem o valor que o estado tem dado ao seu trabalho. O episódio aconteceu em uma das unidades prisionais do interior do estado. Um dos agentes contratados, com pouco mais de três meses de trabalho, foi realizar a escolta de um preso da cela até um atendimento, dentro da própria unidade prisional; durante a condução do preso o agente foi desarmado pelo detento que atirou, atingindo o agente nas costas. O agente foi imediatamente hospitalizado, porém como consequência do tiro, ele perdeu o movimento das pernas, pois a bala atingiu a coluna, incapacitando-o permanentemente.

Foi aberto um inquérito de apuração de responsabilidades nas unidades e a conclusão do mesmo foi que o agente agiu de forma errada durante a condução, sendo negligente com o manuseio da arma e, consequentemente, sendo responsabilizado individualmente pelo ocorrido, o que acarretou a não renovação do contrato do agente, ao final de sua vigência e assim o estado não teve que se responsabilizar por ele, que, no entendimento dos colegas, foi vítima de um acidente de trabalho.

De acordo com informações passadas pelos colegas, pelo fato do contrato não ter sido renovado, o agente, que estava afastado do trabalho, perdeu o direito de usufruir do plano de saúde dos funcionários públicos estaduais, que é estendido aos trabalhadores contratados; o salário, que era pago pelo INSS mediante o recolhimento do estado, o seguro social e o direito de receber uma licença de saúde, ficando sem nenhuma fonte de renda, tendo que arcar com os custos do tratamento de saúde.

Diante disso, os agentes resolveram contribuir com alguma quantia para ajudar o colega acidentado, que estava no meio de um tratamento de saúde e não poderia voltar a trabalhar até sua total recuperação.

Os alunos do curso viam neste episódio várias situações de negligência do estado em relação aos agentes de segurança penitenciária, especialmente os contratados. Em primeiro lugar a evidência da fragilidade do vínculo empregatício que foi logo suspenso, sem a necessidade de implicação do estado e, para a surpresa dos demais colegas que acreditavam que o contrato deste agente seria renovado como uma demonstração de solidariedade a um funcionário que não teria condições de trabalhar em um curto espaço de tempo.

Além disso, segundo os participantes do curso, o agente foi condenado por ação incorreta durante um procedimento técnico, mas o estado tinha sua responsabilidade porque a condução de presos deve ser feita por dois profissionais e devido o número reduzidos de agentes na unidade em que trabalhava, todos os agentes os conduziam individualmente, do contrário, não conseguiriam executar suas atividades durante o dia de trabalho. Este fato não foi levado em consideração na hora de avaliar as responsabilidades pelo ocorrido, demonstrando mais uma vez o descaso do estado com estes profissionais e a fragilidade da condição de trabalho de um regime contratual temporário.

Este episódio representa bem a sensação de não reconhecimento e insegurança que os agentes contratados tem em relação ao estado, à medida que se percebem “peças descartáveis” como eles mesmos falam, passam a olhar com outros olhos para o perigo da função que exercem e para o fato de que, caso algo aconteça, não poderão contar com o contratante para fornecer o cuidado necessário a si e aos seus.

O desenrolar deste caso, ou de qualquer outro de adoecimento no trabalho, como foi narrado pelos agentes, vai, aos poucos trazendo a eles a contradição entre o discurso de contratação e a breve formação que recebem e a realidade de trabalho. Sejam agentes contratados ou concursados, o ingresso nas unidades é sempre valorizado.

Durante o treinamento e o início das atividades profissionais é exaltado pelos coordenadores o papel importante de um agente de segurança penitenciária, alguém que irá ajudar a manter a ordem na sociedade, um papel de polícia, como é visto por muitos, aquele que irá ajudar a organizar e demonstrar às pessoas de condutas desviantes como devem se portar em sociedade. Esta função foi mencionada por muitos agentes e alguns deles parecem se identificar muito com esta possibilidade de ocupar um lugar social que tem destaque, o lugar do guardião da ordem. Contudo, todo este encantamento ideológico vai se desfazendo à medida que a realidade laboral se apresenta, sem nenhum glamour e com muito pouco reconhecimento e valorização, especialmente pelo estado que os contrata.

Toda esta fragilidade percebida pelos funcionários contratados do sistema prisional também os coloca, como foi possível observar, em uma posição de desvantagem em negociações de condições de trabalho mínimas. Um dos exemplos trazido durante as visitas à unidade de Ponte Nova, é que os agentes que tem que comprar o seu uniforme

de trabalho, completo, incluindo o coturno e o a estrutura do colete a prova de balas (o enchimento do colete é colocado nas unidades, no horário de trabalho).

Os profissionais recebem um auxílio uniforme, que é pago parcelado ao longo do ano, junto com o salário, todavia, uma vez oficializada sua contratação, o uniforme é comprado em lojas autorizadas e o pagamento é a vista, ou dividido em poucas parcelas. Além disso, segundo eles, o valor pago no auxílio é inferior ao custo total do uniforme que, muitas vezes, não resiste a um ano de trabalho e precisa ser substituído. Eles gostariam de receber este auxílio de outra forma e com um valor maior, mas todos falam que não podem reclamar porque são contratados e “eles acham que a gente tem que agradecer de tá trabalhando aqui” (trecho do diário de campo).

O mesmo acontece em relação ao auxílio transporte nesta unidade. Como a unidade prisional fica afastada da cidade de Ponte Nova e não é trajeto para nenhum outro lugar não há transporte público que passe nas proximidades, o que é oferecido aos funcionários da unidade são ônibus fretados pagos pelo estado que fazem trajetos fixos em horários determinados dentro da cidade de Ponte Nova.

Alguns agentes moram em cidades próximas e os ônibus, contudo, não circulam fora da cidade de Ponte Nova. Estes acabam tendo que arcar com os custos para se deslocar até Ponte Nova individualmente o que leva muitos a optarem por ir de moto, pois pegar algum ônibus intermunicipal na região implicaria em ter que acordar pelo menos duas horas mais cedo e aguardar por uma hora na rodoviária da cidade até que o transporte oficial passe. A escolha da maioria destes é se deslocar de moto ou de carro até a unidade, porém, como o auxílio oferecido pelo estado já é o ônibus fretado eles não conseguem receber nenhum tipo de abono financeiro que possa minimizar o impacto dos custos do combustível em suas despesas. Tal questão também foi apontada como um problema por um dos entrevistados que morava em Belo Horizonte e trabalhava em uma unidade da região metropolitana. Todo o custo da gasolina era arcado por ele próprio, o que representava um percentual importante do seu salário.

A este respeito os agentes, assim como as funcionárias do RH, reclamam que por serem contratados não é possível reivindicar outras formas de compensação financeira pelos custos do deslocamento. A diretora do RH conta que quando questiona com superiores se seria possível outra forma de compensação, pois os agentes nem sempre

moram na cidade, tem como resposta que ela procure contratar apenas os moradores de Ponte Nova, “como se isso fosse possível e justo” ela afirma (trecho do diário de campo).

Estas questões fazem com que haja uma certa rivalidade entre contratados e concursados, tanto em unidades onde ambos trabalham, como nas unidades que tem a promessa de receber os agentes concursados em um breve período de tempo. Os contratados veem nos colegas uma ameaça aos seus empregos, mesmo sabendo que estes nunca foram assegurados por muito tempo, contudo, em algumas unidades há agentes que trabalham a mais de dez anos com contratos renovados de tempos em tempos. Ainda assim, sobre o cotidiano de trabalho os agentes não contaram nenhum tipo de experiência de boicote ou retaliação entre colegas pela diferenciação do regime de trabalho.

A este respeito, inclusive, houve um relato de uma experiência de negociação coletiva, trazida por um dos entrevistados que trabalha em uma das unidades de Belo Horizonte. Segundo ele, quando começou a trabalhar no sistema prisional foi através de um concurso público e assim que sua turma iniciou as atividades, eram vistos como rivais pelos que lá já trabalhavam como contratados, havia uma separação nas atividades realizadas por cada um deles e não havia tanto diálogo entre os diferentes profissionais, entretanto não recusavam em trabalhar uns com os outros, apenas uma preferência. Depois de algumas semanas aconteceu um episódio de desacordo com a direção, como consequência de uma “bagunça” que alguns detentos fizeram durante um plantão. O agente contou que no final do plantão do dia, os detentos ficaram mais agitados, começaram a fazer barulho nas celas, fazendo algumas reivindicações em relação as suas condições. No dia em especial, foram motivados pela qualidade da alimentação que incomodou a todos.

O procedimento comumente adotado na unidade era que não haveria troca de plantão enquanto as celas não estivessem controladas, sem nenhuma gritaria por parte dos presos, ainda que isso levasse o tempo de mais um plantão. Os que estavam no posto de trabalho não saíam, os que chegaram para assumir o plantão não podiam entrar e ficavam parados na entrada da unidade. Porém, o estado não paga hora-extra e não tem um posicionamento claro sobre como proceder nestas horas, segundo o agente. Neste dia o que aconteceu foi que os agentes concursados disseram ao diretor que não tinham obrigação alguma de se manterem no local e que poderiam ir embora, passando o plantão

para os colegas que esperavam lá fora e procuraram deixar claro que este acordo valia para todos os agentes, independente do regime de contratação⁷.

Segundo o agente, a partir deste momento houve uma importante redução na hostilidade dos contratados em relação aos concursados da unidade, os concursados, em sua compreensão, mostraram que não tinham nada contra os contratados e que queriam que as condições melhorassem para todos.

Os agentes que ingressaram no sistema através de concurso trazem menos queixas sobre o seu trabalho, especialmente no que tange o assunto estabilidade e poder de negociação mas, ainda assim, tem importantes observações a fazer sobre suas condições laborais.

Alguns agentes que trabalham em Ponte Nova, por exemplo, estão contratados mas participaram do último concurso que começou ao final de 2012 e se estendia por quase um ano, na época de minhas visitas à unidade. Estes profissionais estavam certos de que seriam aprovados e acreditavam que conseguiriam se manter trabalhando na mesma unidade, todavia reclamavam que o concurso era muito demorado, pois já levava mais de um ano e ainda não tinham definido a lista para a última etapa do processo. O que acontecia é que muitos dos participantes entravam com recursos a cada etapa que se realizava e o processo não caminhava como esperado. Eles tinham medo das provas prescreverem antes mesmo de sair o resultado final.

A finalização do concurso, quando acontecesse, não era também uma garantia do aumento do número de profissionais nas unidades. A diretora do RH apontou que o usual é iniciarem as convocações do concurso e à medida que os profissionais dizem que irão assumir, os contratados são demitidos, mantendo portanto, o déficit de agentes na maioria das unidades.

Toda esta situação me remete ao programa “Choque de Gestão” do governo do PSDB em Minas, que foi iniciado no governo Aécio Neves e se estende ao governo Anastasia, sendo um dos principais motes da campanha política deste partido no estado. É uma proposta de aplicação das ferramentas de gestão, criadas para empresas do mercado privado, no serviço público, visando reduzir ao máximo os

⁷ Normalmente, em situações como estas, em outras unidades o hábito é que não seja feita a troca do plantão até que a situação se normalize. A compreensão dos agentes é que os que estavam atuando tem melhor poder de negociação com os detentos por saberem o que se passou durante o dia. Neste caso específico era uma vontade de todos os agentes que houvesse a troca do plantão para esta unidade, isso já havia tentado ser negociado em outros momentos com a direção.

custos do estado. É um programa que sempre me incomodou, a começar pela premissa de que a iniciativa privada é um excelente exemplo de administração bem sucedida e que deve ser seguido por todos. Trabalhando com saúde mental e trabalho há algum tempo é possível dizer que não bem assim o caso. Além disso, a compreensão de que o estado deve funcionar como uma empresa e apenas se preocupar com as finanças, esvaziando o sentido e as responsabilidades que o estado tem em relação à população, qual o seu papel. Dentro desta lógica o que temos visto no governo estadual é uma onda de terceirizações de serviços além da extinção de secretarias e subsecretarias que são responsáveis por programas sociais. (trecho do diário de campo)

Diante desses fatos, era inevitável não pensar se tudo isso não se tratava de uma das estratégias do “choque de gestão”, política de administração pública implementada pelo governo estadual desde 2002 que promete um funcionamento econômico do estado mais eficiente, enxugando as despesas, apoiado na compreensão de que o estado é muito oneroso e deveria funcionar próximo da eficiência presumida de uma empresa privada.

Tais medidas gestionárias, de longe, no papel, sempre parecem necessárias e aos olhos dos que desconhecem a realidade do trabalho parecem até mesmo chegar atrasadas. Contudo, a impressão que ficou, ao observar a escassez de agentes de segurança penitenciária, é que os cortes, se é que esta escassez está ligada a um corte orçamentário, são muito arbitrários e não parecem considerar a real atividade por eles desenvolvida.

Mesmo diante de um quadro enxuto de agentes em todas as unidades e, por vezes com profissionais com regimes contratuais diferentes trabalhando juntos, os agentes sempre fizeram questão de destacar a importância do trabalho em equipe dentro das unidades prisionais.

Capítulo 6. Confiar, desconfiando

“Aqui a gente trabalha em cadeia” (grupo de discussão)

A frase acima foi dita por um dos agentes durante um grupo de discussão e corroborada pelos demais participantes, assim como por outros grupos e entrevistados. O trocadilho entre a palavra cadeia, no sentido de prisão, de lugar de encarceramento e cadeia que indica a interdependência das atividades exercidas por todos dentro do sistema é uma forma de tentar demonstrar como deve ser o trabalho dentro do sistema prisional.

Todos os profissionais com quem trabalhei ao longo da pesquisa sempre fizeram questão de destacar a importância do trabalho em equipe e da confiança necessária nas ações do colega, para se conseguir trabalhar dentro das prisões. Dentro de uma prisão os agentes podem ocupar diferentes postos de trabalho, desde a vigília da entrada do pavilhão, onde estão localizadas as celas, passando pela retirada dos presos das celas para serem conduzidos a atendimentos por outros profissionais dentro das unidades, ou na vigília das muralhas, que cercam os pavilhões, e de onde é possível observar tudo que se passa nos pátios dos pavilhões (espaço diante das celas, comum a todas do mesmo pavilhão), supervisionando os presos do regime semi-aberto em suas atividades de trabalho dentro das unidades ou fora delas, controlando o recebimento de pertences⁸, na censura das correspondências que são enviadas pelos e para os presos (procurando encontrar algum tipo de informação que não poderia ser repassada), nas portarias, controlando o acesso às unidades e na escolta, conduzindo presos para outros lugares fora da prisão.

O trabalho dos agentes é vigiar as pessoas que estão presas e garantir que continuem presas, na compreensão do senso comum. Na verdade, a atividade deles consiste em garantir a segurança de todos, inclusive dos apenados, ou seja, eles também devem cuidar dos presos, mas essa não é a principal função que lhes é passada. Na verdade, o que se compreende é que, o tempo todo, os agentes têm que garantir que os presos continuem presos. Para tal, uma das primeiras premissas que os agentes parecem aprender é que o seu trabalho depende da supremacia de força, eles precisam deixar claro que tem mais poder ofensivo sobre os detentos do que o contrário, seja na imposição de

⁸ ‘Pertences’ é a forma como se referem ao material que é levado aos detentos pelos seus familiares. Normalmente são entregues comida, material de higiene pessoal, chinelos para tentar garantir condições um pouco melhores de cumprimento de pena.

armas de fogo, algo que os presos não portam, seja no número superior na hora de conduzir um preso, para cada preso a ser conduzido são necessários dois agentes durante o procedimento. Frequentemente os agentes deixam claro que, para eles, estão em constante disputa com os detentos, afinal, são eles que garantem que os condenados fiquem do outro lado das grades, ainda que não tenham sido eles que os tenham colocado lá, não foram eles que proferiram a sentença de condenação, mas os agentes que tem que garantir que os presos assim permaneçam. A impressão que tenho ao ouvir os agentes falando é que eles estão em uma luta constante contra os presos, mesmo que não seja uma luta física, é uma luta psíquica, uma perene desconfiança do outro e a certeza de que estão em lados opostos do “combate”. Todos parecem o tempo todo partir do pressuposto que os que estão ali dentro presos querem fugir e é uma presunção razoável. Uma vez dentro de uma unidade prisional, não foi difícil ter essa compreensão, apenas baseando em impressões pessoais diante da sensação que o ambiente me causara, o enclausuramento das prisões não é algo confortável e a vontade é de se libertar dali, talvez por sentirem a mesma coisa os que ali trabalham tenham tanta certeza de que os presos farão de tudo para fugir das prisões. Sendo assim, os agentes, para garantir que os presos fiquem do outro lado das grades, sem se rebelar, precisam trabalhar com a lógica de que são superiores em força do que os detentos. Como os presos estão em número muito maior que os agentes, a supremacia só é possível através dos armamentos que os agentes carregam e eles parecem ter a certeza de que é isso que garante a ordem dentro destas unidades quando vigiam os presos dentro das celas e em seus locais de trabalho. Quando a imposição de armas não parece ser suficiente para demonstrar uma supremacia de poder, é necessária uma supremacia em número, mas isso se dá apenas em alguns momentos, pois há sempre muito menos agentes do que presos nas unidades.

Já quando a função é de condução do preso, é necessário que os agentes estejam em número superior, quer dizer, dois agentes conduzem um preso e esta é a forma segura de fazer esta atividade de trabalho, pelo menos na prescrição da tarefa. A premissa por trás é que no momento de retirar um preso da cela, de fazer a algemação para a condução dentro da unidade o agente se expõe muito fisicamente ao preso, passa a ter contato direto com ele e isto o coloca em risco de ser agredido ou feito refém pelo preso que deveria conduzir, sempre partindo da compreensão de que os que ali estão tem a intenção permanente de fugir.

Neste momento, da condução do preso, por exemplo, fica muito evidente a lógica do trabalho em cadeia que tanto falam, é mister a necessidade do encadeamento de ações entre colegas para garantir um trabalho dentro do protocolo esperado que resulta na segurança de todos. Cada uma das atividades desempenhadas é dependente das demais de uma certa maneira, como os agentes apontam. Para se retirar um preso de dentro de uma cela, para leva-lo ao médico, é preciso que o agente que está na porta do pavilhão, na função de guarita saiba que tudo corre bem dentro do espaço e autorize a entrada, com segurança dos agentes que irão conduzir o preso. A dupla que irá retirar o preso precisa, ao mesmo tempo, observar os companheiros de cela do que saíra e, algemar o preso a ser conduzido, enquanto isso o agente que está na guarita observa as demais celas, pois há mais de uma cela por pavilhão. Para retirar um preso da cela é necessário que um agente se aproxime e chame o apenado, neste momento em que o agente se aproxima da cela, de maneira mais vulnerável, é preciso que outro esteja lhe dando guarda, quer dizer, que outro esteja vigiando todos os presos da cela e, além disso, que este represente uma ameaça a qualquer tentativa de movimentação dos presos. Isto significa que o agente que não se aproxima da cela deve portar seu armamento, olhar firme para todos os presos que ali estão, buscar neste olhar transmitir segurança sobre o que faz e uma capacidade de reagir a qualquer movimento inesperado por parte dos presos. Ou seja, para que um agente consiga se aproximar, retirar e conduzir um preso para fora da cela, é preciso que seu colega lhe garanta segurança, um trabalho está encadeado no outro e não apenas no sentido de uma sequência de atividades, mas no sentido de uma amarração de ações que tem por principal motivo garantir a segurança e a sobrevivência imediata daquele que está mais à mercê dos presos, no momento. Além disso, nesse momento, o agente que está na muralha também ajuda a observar a movimentação dentro do pavilhão, atento a qualquer movimentação fora do esperado, também procurando intimidar os presos e dar garantia aos agentes que fazem a condução – trânsito interno.

Esta necessidade de se trabalhar em cadeia pressupõe uma confiança no colega de trabalho e, em se tratando da própria vida, é razoável pensar que é necessário uma confiança plena, do contrário o trabalhador não iria se expor. Contudo, não é o que os agentes trazem, eles apontam que lhes é ensinado a confiar desconfiando o tempo todo,

Falam que trabalhar com segurança é isso, tem que confiar desconfiando, tem que confiar que o colega vai fazer um bom trabalho, senão a adrenalina seria muito alta o tempo todo do plantão mas, ao mesmo tempo, tem que desconfiar, porque nunca se sabe ao certo quem é o colega, mesmo que o conheça de longa data. (trecho do diário de campo)

Se há algo que a prisão parece ensinar aos que ali trabalham é que qualquer um pode ser preso e que todos são alvo de suspeita. Um agente de segurança pode estar aliado a um preso e facilitar para este a entrada de um armamento que irá colocar a todos em risco dentro e fora da unidade e a prisão lhes ensina isto porque há agentes presos, porque quando os agentes fazem “batidas” – conferências alheatórias nas celas, descobrem que os presos tem celulares, drogas e armas cortantes, como facas que não tem sua entrada autorizada, indicando que houve uma corrupção de um destes profissionais para permitir esta entrada, ou uma falha no sistema, que, basicamente, depende do trabalho dos profissionais.

“porque aqui [no CPPN] tem um colega nosso preso. Ele tava passando celular pra preso já tinha um tempo, parece, e um dia pegaram ele. Agora ele tá lá do outro lado. Ninguém sabe direito quem é cada um, a gente nem imaginava que ele fazia isso e olha aí, sabe?!” (grupo de discussão)

O agente que faz a algemação precisa confiar no colega que vigia os companheiros de cela do preso, para poder prestar atenção apenas no procedimento de prender corretamente a algema e garantir que o preso esteja sob seu controle, e o contrário também é verdadeiro. Para poder vigiar vários presos que se colocam ao fundo de uma cela quando um dos demais se encaminha para a grade de entrada a ser conduzido é preciso confiar que o colega que algema o preso age corretamente e não está colocando sua vida em risco, permitindo, ainda que acidentalmente, que o preso tente escapar e faça um dos dois de refém, em uma situação hipotética. A confiança na execução adequada dos procedimentos pelos colegas de trabalho parece ser fundamental para os agentes de segurança penitenciária, como um deles aponta, “Se a gente não confia no colega não consegue relaxar e trabalhar direito. Aí ninguém aguenta trabalhar aqui dentro.” (grupo de discussão).

Há aí uma contradição que é vivida cotidianamente pelos agentes, ao mesmo tempo que precisam confiar no colega, que este realiza um bom trabalho, para poderem executar sua tarefa, aprendem que ninguém é digno de uma plena confiança. Ainda assim, os agentes apontam que, caso não confiem no colega, se sentem muito ameaçados durante o trabalho e isso gera, inclusive, uma descarga de adrenalina, segundo eles, que lhes impediria de trabalhar, ou pelo menos tornaria o trabalho absurdamente exaustivo. E nisso não estão incorretos, a sensação que temos e a atribuímos a uma descarga de adrenalina é a sensação desencadeada pelo medo e necessidade de fuga. Há um aumento dos

batimentos cardíacos, uma concentração na circulação de membros inferiores que deve servir para um momento específico e não para se viver permanentemente com ela.

Ainda assim, mesmo sendo necessário confiar no colega e acreditar que este fará um bom trabalho, eles dizem que é necessário desconfiar de todos dentro de uma prisão. Mais uma vez essa desconfiança se justifica, segundo eles, pelo fato de todos poderem estar envolvidos com criminosos e de alguma forma facilitar uma fuga, ou a entrega de um material não autorizado dentro da unidade, como uma arma, que colocaria em risco a todos. Para eles isso é

“confiar desconfiando, entende?! Não dá pra confiar totalmente no cara que tá aqui do meu lado, eu não sei se ele recebeu um dinheiro pra deixar um fugir?! Num sei se ele é amigo de bandido e se vai facilitar as coisas pra ele, né?! Se tem uma coisa que a cadeia ensina pra gente é que todo mundo pode tá do lado de lá.” (grupo de discussão)

Quer dizer, mesmo sendo importante a confiança no trabalho do colega para que se possa realizar a sua atividade, uma dose de desconfiança parece ser necessária para mantê-los atento a tudo que acontece ao redor. Ao mesmo tempo que exige um grau de relaxamento e confiança para garantir uma boa execução, também exige uma desconfiança permanente para evitar surpresas. E, neste ambiente de trabalho as surpresas comumente esperadas são sempre conflitos entre agentes e detentos, ainda que apenas verbais. Os agentes parecem estar o tempo todo sob tensão dentro das unidades prisionais, quando estão trabalhando e, ao mesmo tempo, falam que é necessário ficar relaxado para aguentarem trabalhar.

Os grupos de discussão eram realizados com os agentes dos plantões que estavam de folga durante as manhãs, estes iam à unidade para poder participar da atividade proposta e, durante esta, eram muito mais descontraídos do que no quando os encontrava no horário de trabalho. O último grupo realizado, quando já não mais acompanhava o trabalho dentro da unidade, foi com agentes de uma equipe que tiveram interesse em manter a atividade em uma sala na delegacia de polícia civil, durante esta reunião, o comportamento, o semblante de todos era muito diferente do que via quando fardados. Trabalhando no plantão sempre pareciam tensos e com a fisionomia mais fechada, séria, quase aparentando uma braveza.

Confiar desconfiando certamente traz desdobramentos para o cotidiano destes profissionais e parece também estar diretamente relacionado com o exercício laboral de lidar com pessoas presas. O sistema prisional traz que todos podem ocupar uma cela um

dia em sua vida, ainda que, se analisarmos melhor a realidade dos que estão presos, rapidamente percebemos que a possibilidade não é a mesma para todas as camadas sociais ou mesmo para todas as raças. Ainda assim, há uma possibilidade e o que a experiência destes profissionais parece trazer é que ninguém está acima de qualquer suspeita. Esta é uma desconfiança, inclusive, de toda sociedade contemporânea, que vive sob a égide do medo do outro, um desconforto perene produzido especialmente pelos noticiários policiais que contribuem para aumentar a sensação de medo e insegurança que nos cerca.

Se, fora do ambiente prisional as pessoas já estão sob um medo constante de serem vítimas de toda a forma de violência, ainda que não haja estatísticas tão claras sobre estas possibilidades, este medo se torna muito maior quando se ingressa em uma unidade prisional que, mais uma vez, carrega o preconceito social de ser o lugar que tenta conter as piores pessoas que circulavam dentro da sociedade. À compreensão de que as prisões abrigam apenas criminosos se soma a formação dada na prática dentro das unidades prisionais que ensina a desconfiar de todos, reforçando o imaginário de que sempre haverá alguém querendo tomar vantagem dentro de nossa sociedade. Ainda que estas análises sejam baseadas em impressões e não necessariamente em dados concretos, os agentes sabem que são mal remunerado, atualmente um agente de segurança penitenciária recebe pouco mais de dois mil e quinhentos reais, e sabem que este valor pode ser facilmente superado em uma tentativa de suborno por parte de alguns detentos que estão dentro da unidade, assim, falam sobre as tentativas de suborno que recebem,

é fácil ser seduzido por eles [presos] pra fazer coisa errada, as vezes nem precisa fazer muito, só uma vista grossa e eles já oferecem um dinheiro pra ficar quieto. Se a pessoa não for muito forte, vai cair na tentação, né?! Porque eles oferecem dinheiro e eles mesmos riem do tanto que a gente ganha mal. Se tiver mais precisado financeiramente, vai acabar aceitando. (grupo de discussão)

E assim, como a maioria conta que já foi alvo de uma tentativa de suborno, sabem que há esta possibilidade e que os colegas podem aceitar o dinheiro, isto coloca todos em um estado grande de alerta e dúvida em relação aos demais profissionais com quem trabalham, afinal, o que seria um impeditivo para aceitar um convite para favorecer os presos seriam os valores individuais e, sobre estes, não se é possível ter certeza. Claro, isso porque eles sabem a fragilidade financeira que passam, asseverada, inclusive, pela insegurança sobre a manutenção do emprego, uma vez que a maioria é contratado e pode deixar de sê-lo a qualquer momento.

O formato de construção das unidades prisionais também favorece e alimenta este desconforto em relação aos colegas. As unidades são construídas e as funções entre os agentes são divididas de forma a garantir que uns vigiem os outros, além de vigiarem aos presos. Da portaria 1 é possível ver a movimentação da muralha e vice-versa. Os agentes que trabalham no trânsito interno circulam o tempo todo dentro da unidade e podem ajudar na vigilância dos colegas, como isto também os torna um alvo de vigília por parte dos que estão em postos fixos de trabalho, ainda que não precisem ou devam ser o foco desta vigília. É a percepção e o desconforto de saber que todos podem estar sendo observados o tempo todo e que poderão responder por tudo que fizerem fora da norma.

Este é o funcionamento do dispositivo disciplinar do panóptico que foi estudado por Michael Foucault. O teórico aponta que o panoptismo, desdobramento do mecanismo do panóptico, tem o propósito de ajudar a interiorizar o controle social, sua função é

Induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento autoritário do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente nos seus efeitos. (FOUCAULT, M. 1977, p.178)

Como é possível perceber, o dispositivo disciplinar foi desenvolvido para ser aplicado junto aos detentos, contudo, acaba afetando a todos que estão inseridos na lógica das prisões, pois é amplamente divulgado que todos vigiam a todos dentro deste ambiente, em especial e que os agentes de hoje podem ser os presos de amanhã, portanto todos são alvo de alguma desconfiança. Assim sendo, todos aprendem que dentro das unidades prisionais tem que se confiar desconfiando uns dos outros.

Esse mecanismo é explicitado em diversos procedimentos pelos quais os agentes precisam se submeter, como a entrega dos celulares em sua entrada nas unidades, pois nenhum agente pode portar o seu aparelho, uma vez que podem repassá-lo para um preso. Assim também os agentes precisam ter sua entrada e saída da unidade controlada, como os presos, quando estes saem para trabalhar durante o dia. Estes são alguns dos mecanismos de controle que reafirmam aos agentes que eles também são alvo de desconfiança e, portanto, precisam estar sempre alertas com seus colegas.

Estas relações, confusas e angustiantes de trabalho, que tornam todos vigiadores e vigiados, não há dúvida, tem impacto na subjetividade destes profissionais e traz um desconforto diário, quanto mais eles conseguem perceber o que realmente acontece. Talvez por isso os agentes também sejam unânimes em afirmar que há uma “data de validade” dentro desta profissão. Talvez eles consigam perceber o custo que esta condição

e outras traga para sua vida e que não é um desgaste como o de outra profissão que, em princípio, pode ser recuperado ao final de um dia de trabalho, ou uma semana, permitindo uma recomposição para reiniciar a jornada laboral, isto para eles parece ser claro.

Capítulo 7. O bater das grades - Como é lidar com o preso?

O trabalho dos agentes de segurança penitenciária, como já foi dito, é garantir que os presos fiquem presos. É interessante, portanto, pensar como que algo que consome o dia de trabalho destes profissionais pode ser um item tão relevante para a análise, pois, era de se esperar que o convívio caísse no trivial e não fosse uma fonte de desgaste específica para os profissionais da segurança.

Ao longo dos anos houve uma transformação das formas de se punir socialmente as condutas julgadas incorretas dentro de uma sociedade, mas estas, ainda que transformadas, não perderam a perspectiva de pena, de imputar algum tipo de sofrimento ao infrator. A privação de liberdade é uma destas formas de punição, por si só, privar do convívio com o resto da sociedade é uma tentativa de gerar sofrimento no apenado. Não bastasse esta privação, há todas as outras as outras formas de sofrimento que as prisões trazem para os detentos, sempre com uma exaltação da sociedade contemporânea que espera ver o sofrimento das pessoas presas, mas este sofrimento e esta pena não podem mais ser tão declaradamente ofensiva, como mostra Michael Foucault,

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal. (...) Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada ao seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco à ela que ela é capaz de tolerar e muito lhe custa a ter que impor. (FOUCAULT, M. 1977, P.15)

Esse papel “útil” à justiça, contudo, continua a ser exercido por alguém, que não ela mesma, no caso o sistema prisional. Em última instância cabem aos agentes ser a cara deste lado violento da justiça, o cumprimento da pena. Assim sendo, logo imediatamente é possível compreender que a relação entre presos e agentes é bastante tumultuada, uma vez que os agentes ainda que só cumprindo ordens, são as pessoas que irão dar face ao sofrimento que a sociedade espera que o detento tenha. Claro, que de início muitos se orgulham deste papel e da expectativa social a ele relacionada, mas nem por isso a relação se torna mais harmoniosa ou menos fonte de sofrimento para os agentes, uma vez que à medida que a realidade prisional vai se descortinando aos profissionais ela se mostra muito mais dura do que como fora vendida, inclusive a eles e não apenas para os presos.

Logo nas primeiras entrevistas realizadas com agentes que já estavam em cargos administrativos e não mais dentro de unidades prisionais, fui avisada que “agente tem prazo de validade” (entrevista individual), frase que me foi repetida por vários

profissionais com quem conversei ao longo do trabalho. Muitos destacam que o ofício de agente de segurança penitenciária, exercido dentro das unidades prisionais é muito desgastante e com o tempo os agentes que não são promovidos para trabalhos administrativos acabam trocando de profissão, ou até mesmo adoecendo e eles atribuem a isso o convívio cotidiano com os detentos.

“Esses preso deixa a gente tudo doido, ninguém guenta isso muito tempo, não.”
(entrevista individual)

Um dos primeiros impactos que os agentes descrevem sobre os primeiros dias de trabalho é o barulho das galerias e dos pavilhões. Segundo eles os presos “batem as celas” o dia inteiro como forma de chamar a atenção deles para diversas questões, como pedidos de consultas, perguntas sobre andamento da pena, reclamações sobre as condições do local, etc. Este barulho das galerias é relatado como algo muito incômodo e que retumba nos ouvidos, mesmo fora do ambiente de trabalho, ouvir pedidos o dia inteiro, de outras pessoas não causa uma sensação de conforto, ao contrário.

Nos primeiros dias de trabalho, como uma forma de aprendizado do ofício de agente, todos os novatos passam pelas mais diversas funções e a primeira delas é acompanhar os que fazem o trânsito interno, conduzindo presos das celas para os atendimentos. Este trabalho envolve entrar nas galerias que levam aos pavilhões e entrar nos pátios para retirar os presos das celas. Isso implica em circular no espaço onde os presos estão e ao entrar nas galerias, como contam, já é possível ouvir o barulho dos pavilhões, “é uma falação sem fim, a gente fica até zonzinho com tanto barulho” (entrevista individual). E é sobre este barulho, o qual não estão acostumados a ouvir e impressiona muito aos que ingressam no trabalho, que todos os agentes, independentemente do tempo de experiência, reclamam, dizendo que “fica na nossa cabeça, até em casa”.

O barulho do qual se queixam parece ser o barulho de uma grande aglomeração de pessoas, em um pequeno espaço, todo fechado que provavelmente ecoa pelas paredes das galerias e pavilhões. Todo o ruído que é produzido dentro das celas circula pelos pavilhões, até como uma estratégia para facilitar a vigília e o controle dos presos. Contudo, ouvir todo este barulho durante a jornada se mostra muito cansativo e ao final de um dia de trabalho, especialmente nos primeiros dias, é mais um fator que contribui para um cansaço, quase exaustão física que muitos trazem ser difícil de recuperar com apenas uma noite de sono.

Mas não é apenas o ruído em si que cansa os trabalhadores, o conteúdo das falas também é desgastante para eles,

“eles [os detentos] falam o dia inteirinho, chamam a gente o tempo todo, ‘ô sô agente, ô sô agente, faz isso pra mim. Você sabe se a minha família ligou? Você sabe isso? Sabe daquilo?’ é o dia inteiro chamando a gente. Ninguém aguenta, você chega em casa e ainda ouve eles chamando.” (grupo de discussão)

Os agentes são os principais representantes do poder público aos quais os detentos tem acesso diário, ao que parece. Por estarem confinados dentro de um sistema que não tem o seu funcionamento muito claro para a maioria da sociedade, eu inclusive, os presos estão sempre cheios de questionamentos e reclamações a respeito de suas condições, querem entender melhor as leis que os colocaram ali dentro, exigem seus direitos a atendimentos com psicólogos, assistentes sociais, advogados e defensores, solicitam reuniões para falar com o diretor e fazer denúncias, pedem para telefonar para casa e saber sobre um parente doente, questionam porque não receberam ainda os ‘pertences’ que os familiares disseram já ter entregue antes mesmo da última visita, ou até mesmo pedem para tomar um remédio, ir na enfermaria para “dar uma voltinha e sair um pouco daquele lugar fechado” (grupos de discussão).

São muitos pedidos feitos por muitas pessoas ao longo de um dia inteiro, não há dúvidas de que o barulho produzido dentro do espaço dos pavilhões é extremamente desconfortável. Além de todo o desconforto físico, também fica claro que toda esta demanda trazida pelos presos é consequência direta de sua condição de isolamento social e mesmo de restrição física de movimentos, uma vez que eles ficam a maior parte do tempo dentro das celas.

Os agentes percebem que os presos, por vezes, solicitam um atendimento para terem a oportunidade de sair do seu espaço de confinamento. Ao ouvir a desconfiança dos agentes que muitos solicitam atendimento ou remédio para poderem dar uma voltinha imediatamente me remeti aos meus tempos de ensino fundamental, onde fazia a mesma coisa durante as aulas,

Quando era estudante e, vez ou outra, pedia para ir à enfermaria dizendo que estava com dor de cabeça e na verdade não sentia nada, era apenas um pretexto para sair de sala de aula. Mesmo não sendo uma aluna que detestava estudar, ao contrário, ficar dentro de sala de aula por tantas horas, seguidas, vários dias por semana, acabava ficando chato e as saídas para ir à enfermaria, ou ao banheiro eram uma saída para refrescar um pouco a cabeça, distrair. Essa estratégia era usada por quase todos os alunos e desconfio que os professores até soubessem dela, mas deveriam ver valor neste movimento e por isso não dificultavam tanto nossas escapulidas. Contudo,

diferente dos presídios, no colégio ninguém precisava me acompanhar para isto, não importunava nenhum agente nestas horas. (diário de campo)

Todas estas requisições, que são direitos dos detentos e muitas vezes o estado não consegue atender, são feitas aos agentes, no dia a dia de trabalho e como já apontado, o número de detentos é muito superior ao de agentes, se considerarmos, então, os que circulam nos pavilhões, a desigualdade é ainda maior; são os que escutam todas as reclamações e solicitações dos presos, e precisam encontrar uma solução para o que é solicitado, do contrário os detentos seguirão repetindo o pedido até serem atendidos.

Nem sempre os agentes sabem muito bem do que se trata o questionamento dos presos e contam que se não prestarem muita atenção poderão ser “enrolados” pelos presos com pedidos que não são cabíveis, fazendo-os deslocar de maneira desnecessária, ou apenas para serem testados pelos detentos quanto ao seu conhecimento sobre o universo prisional.

Quando os agentes assumem seu posto de trabalho, especialmente os contratados, não conhecem nada sobre o código penal brasileiro, assim como quase toda a população. Os detentos, à medida que se veem sujeitos a Lei de Execuções Penais (LEP), vão aprendendo como esta funciona, chegam a estudá-la, uma vez que a lei é um dos materiais de leitura ao qual tem direito de acesso. Para não serem passados para trás, ou mesmo responderem mais rapidamente aos questionamentos dos presos, os agentes passam a estudar a LEP em suas casas, para saberem melhor sobre o funcionamento do sistema prisional, direitos e deveres de todos ali envolvidos.

Quando eles entendem melhor a lei os próprios agentes conseguem responder aos presos algumas questões ou mesmo perceber que as reclamações que eles fazem não tem procedência e não serão atendidas. Um dos agentes no grupo de hoje disse que no início ele lia as respostas dos *catus*, mesmo sabendo que não podia, mas assim ele aprendia um pouco e conseguia responder ao preso caso ele insistisse em fazer o mesmo pedido duas vezes pois, como ele diz, ‘eles não tem mais nada para fazer ali, além de esperar o tempo passar’. (diário de campo)

Os *catus* são a forma como os presos se comunicam com os funcionários da prisão, diretores ou assistentes sociais; são pedaços de papel, que ficam com os agentes que estão nas entradas dos pavilhões (gaiola), e podem ser preenchidos pelos presos, quando solicitados. O preso que trabalha fazendo faxina do pavilhão faz a transferência do papel e lápis das mãos do agente que trabalha na gaiola para os presos que estão dentro das celas. Cada preso tem direito a um número limitado de *catus* por semana, no CPPN, pois,

segundo os agentes, “se deixar, eles mandam recadinhas o dia todo, tem que ver. Por isso que tem limite” (diário de campo).

O mais comum, segundo os agentes são perguntas sobre o andamento das penas imputadas aos presos, muitos querem saber se já foram julgados, pois cumprem prisão antes mesmo da condenação, ou se o julgamento de outro crime que cometeram já terminou, se o pedido de progressão de regime, do fechado para o semiaberto, por exemplo, foi autorizado, por vezes acham que foi autorizado e querem saber porque não começaram a trabalhar ainda.

Como a maioria das pessoas presas não tem condições financeiras para pagar um advogado elas contam com a prestação de serviço de defensores públicos e a consultoria jurídica dos advogados que trabalham na penitenciária, estes são os principais responsáveis para responder as questões sobre as penas. Mas, mais uma vez, há um número muito inferior, no CPPN são dois advogados que trabalham das 08h às 17h na unidade e auxiliam mais de 800 detentos, total de presos do complexo. Os agentes fazem questão de apontar que, para eles, os presos solicitam tanto vários tipos de atendimento e dúvidas porque não tem nada a fazer dentro das celas ou dos pavilhões,

“eles não tem nada pra fazer, só ficar ali pensando no que pode tá acontecendo lá fora, sabe?! Ninguém aguenta isso, a cadeia pesa, pesa pra todo mundo. Imagina ficar trancado, olhando pra parede e pra cara de um marmanjo o dia inteiro?! Nó, deve ser ruim demais, tem que arrumar o que fazer, aí eles pensam o tempo todo se já mudou a pena, se pode sair dali e é com a gente que eles falam.” (grupo de discussão)

Uma das expressões mais ouvidas ao longo do trabalho foi “a cadeia pesa”. Ela é repetida por todos que trabalham dentro do sistema prisional, sejam os agentes, os diretores, as funcionárias do setor administrativo, os pesquisadores que ingressam nesta realidade e, especialmente, os detentos. É uma expressão que tenta demonstrar que o segundo dia em uma prisão não tem apenas um fator cumulativo, de mais um dia preso, mas tem um peso subjetivo que me parece difícil de explicar, mas assim que comecei a frequentar o ambiente prisional foi muito fácil de compreender. Ficar muitas horas seguidas em uma prisão é muito desgastante, é diferente de fazer pesquisa em outros campos, com os quais estava acostumada, além de toda a informação absorvida, uma vez que é um universo completamente desconhecido e negligenciado, até que se entre no mesmo, houve um desgaste, de minha parte e acredito de mais pessoas, de se encontrar dentro de um espaço de encarceramento, a exaustão ao final de um dia é imensa e, realizando dois dias na semana, ao final do segundo dia a vontade de ir embora para casa

era muito grande, e pouco depois do horário do almoço a sensação que ficava é que não adiantava fazer mais nada, pois até o raciocínio estava lento.

Depois de dois dias e seis grupos já estou exausta, ao final do último grupo rapidamente fecho a sala e fico na portaria esperando ansiosamente uma carona para poder ir embora o mais rápido dali. Tão logo chego na casa da Aline corro para arrumar minha mala, ir para a rodoviária e tomar um ônibus de volta para Belo Horizonte. A viagem parece interminável sem uma explicação aparente e, apesar do cansaço, não durmo na viagem, não é um cansaço físico apenas, recuperável com um bom cochilo, é outra coisa.

Em Belo Horizonte, já à noite, tomo um banho e finalmente durmo, até bem tarde na manhã seguinte e durante todo o dia não faço mais nada a não ser ver TV, não é possível pensar em escrever a respeito. Demoro, na verdade, dois dias para conseguir a voltar a pensar sobre a pesquisa e mesmo assim não é fácil. (trecho do diário de campo)

Este peso da cadeia, que acredito possa ser sentido por todos, indubitavelmente é imenso para os detentos, fonte de angústia e ansiedade, e estes, por sua vez, pouco parecem ter a fazer a respeito disso. Para os agentes a solução encontrada por eles é enviar *catus*, pedir visitas, perguntar sobre pertences e outras que já foram descritas, todas sempre direcionadas aos agentes, únicos funcionários do estado com quem os presos tem contato diariamente. Não por acaso os agentes reclamam que “os presos falam o dia inteiro na cabeça da gente” (grupos de discussão).

Este peso que a cadeia traz parece ser o retorno ou o sucesso da mortificação do eu que este tipo de ambiente propõe veladamente, como aponta Foucault, ao afirmar que “a punição não se dirige mais ao corpo, e sim, à alma” (1977, p.15).

Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. (idem, p. 20)

Esta mortificação parecia ser pensada apenas para os alvos das penas, mas, como é possível perceber rapidamente, transborda o interior das celas e atinge a todos que trabalham dentro do ambiente prisional. Quando presos e agentes falam que a cadeia pesa é o retorno desta morte/ mortificação lenta proposta pelo sistema penal. Uma morte social, afetiva, de direitos, particionada, como uma sessão de tortura. Ainda que transformada ao longo dos séculos a pena continua a trazer a mortificação dos sujeitos e não apenas aos quais ela é imputada.

Além das conversas e solicitações para enviar *catus* os agentes reclamam sobre o “bater cela” dos presos. Quando falam isto estão se referindo aos barulhos das grades, quando sacudidas pelos presos, por diversas razões os agentes não sabem explicar, eles

chegam a suspeitar que fazem isso para irritar os profissionais que ali acabam denunciando sua situação de detido pelo estado. Mas eles insistem em dizer que é uma teoria e que “não dá pra ter ideia do que passa na cabeça dessa gente [detentos]” (grupos de discussão).

Ainda sobre esta questão, os agentes se sentem incomodados porque entendem que precisam desconfiar o tempo todo dos presos, até porque não conseguem entendê-los, como apontam constantemente. Desde o início das atividades de um agente ele parece ser ensinado a desconfiar sempre dos presos pois “eles são muito sedutores” (diário de campo), o mesmo preso que pode estar conversando com um agente, ou contando algo de sua vida, pode fazê-lo com a intenção de se aproveitar de uma fraqueza do agente, ou de extrair alguma informação que possa usar para chantageá-lo a favorecer o preso de alguma forma.

Não dá pra confiar em preso, não podem dar muita confiança, pois é nessa hora que eles se aproveitam do excesso de confiança do agente e viram o jogo. O excesso de confiança é sempre um problema. (trecho do diário de campo)

Na verdade, quando olho de uma forma mais atenta para as informações que circulam em nossa sociedade, especialmente na televisão não é difícil perceber que estas desconfianças nos são passadas o tempo todo, o vocabulário com que os telejornais se referem as pessoas envolvidas em crimes, especialmente negros e pobres, são sempre com tom acusatório como “o marginal”, “o bandido”, ainda que nenhuma acusação tenha sido comprovada.

Sendo assim, fica a impressão que os agentes já chegam para trabalhar nas unidades com esta visão do senso comum, que é reafirmada pelos demais, em seu treinamento no cotidiano de trabalho, mesmo que sem muitas provas estatísticas que comprovem as impressões que eles afirmam e reafirmam como verdades. Para quem ouve o tempo todo que as pessoas que cometem crimes estão completamente erradas, usualmente com um tom de naturalismo, inclusive, desconfiar o tempo todo das pessoas que estão atrás das grades, encarceradas pode ser até natural e não exigir muito convencimento para que ajam desta forma.

Ainda que não pareça ser trabalhoso fazer com que os agentes não confiem nos presos, esta desconfiança perene parece trazer consequências para o dia a dia de trabalho, pois os agentes não narram que desconfiam dos presos com conforto e que esta dúvida constante sobre qual a intenção da pessoa com quem você conversa ou ouve conversar,

ou apenas observa parece ser muito desgastante e diferente do “confiar desconfiando” do colega de trabalho, neste caso é uma desconfiança completa. Esta me faz pensar que estão em um estado de tensão todo o tempo e que isso deve ter desdobramentos para a saúde.

Muitas vezes as falas dos agentes em relação aos detentos chegam a ter um tom de desumanização, como se fosse uma tentativa de vê-los de forma diferente, para que consigam mantê-los ou concordar com as condições que essas pessoas são encontradas em uma prisão, ou mesmo, apenas por manterem outra pessoa presa. Este movimento parece ser necessário e é uma reafirmação do que as instituições totais procuram fazer com os seus internados, na tentativa de exercer sobre eles um maior controle, desde a barreira física entre os internos e o mundo externo a instituição, como aponta Goffman, “o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (1974, p. 24) e isto é feito em diversos momentos, desde o ingresso e a despersonalização sofrida pelo interno, a iniciação às regras e rituais, o não controle sobre seus pertences individuais, são todas estratégias usadas para mortificar os sujeitos ali internos e isso é compreendido pelos agentes que também atuam dentro desta lógica junto aos detentos, até mesmo por serem eles os responsáveis pela execução destas ações mortificantes.

Ainda assim, há muitos relatos de solidariedade e comoção com as histórias dos detentos. Muitos agentes denunciam as condições absurdas nas quais os presídios se encontram e que, independente do que a pessoa tenha feito, ela não poderia passar por um lugar como as unidades prisionais, tais como estão atualmente. Os agentes relatam que sentem pena dos presos quando estes querem ter notícias de familiares que estão doentes ou mesmo dos filhos, para saber se estão seguindo com os estudos e não conseguem falar com os familiares, apenas com através da assistente social e por muito pouco tempo. Ou mesmo quando veem que os detentos estão doentes em decorrência de sua condição de encarcerado.

Assim que a unidade de Ponte Nova foi inaugurada, começaram a receber detentos de outras unidades da região e aos poucos as celas foram ficando cheias. Porém, no início, como dois agentes relataram, eram poucos presos, então ficava um em cada cela, sozinho, a unidade era, inclusive, muito mais silenciosa. Ao final do dia, antes da troca de plantão, os agentes têm que fazer a conferência dos presos, eles o chamam pelo nome e tem como resposta o número do INFOPEN (cadastro penitenciário) de cada um.

Um dos agentes que trabalhava na gaiola começou a conferência dos detentos do seu pavilhão, todas as primeiras celas responderam, quando chamou o detento que estava na última cela não obteve resposta, insistiu, sem resposta ele entrou no pavilhão para checar visualmente na porta da cela, o detento poderia estar em silêncio propositalmente, para fazê-lo ir até a porta da cela e tentar uma fuga. Ao chegar na porta da cela o agente se surpreendeu com o corpo do detento que havia se enforcado com o lençol, já fazia algumas horas, como apurado posteriormente. Esse agente conta que ficou paralisado e que não queria voltar a trabalhar dois dias depois, no retorno do plantão, ver uma pessoa morta foi uma cena muito triste e pensar que ele tinha se matado e ninguém tinha visto era mais sofrido ainda.

“foi horrível chegar lá na porta e ver o cara *pendurado na Teresa*, sabe?! Você ver uma pessoa morta, e a gente ainda teve que tirar ele de lá, lembra colega? [lembro] entrar na cela, segurar aquele corpo frio, frio, não, gelado, o cara se matou ali dentro, ninguém viu. Sabe lá se ele tinha filho? Família? É muito triste isso. Nem queria trabalhar mais, só que a gente precisa, né, sabe como é?! Aí voltei” (grupos de discussão)

Ainda que desconfiem e se incomodem com os presos, não é possível não se solidarizar com os sujeitos que ali estão encarcerados e perder completamente os traços de sociabilidade, se tornando indiferente a uma pessoa morta, que se matou e o corpo está pendurado na sua frente. Os agentes oscilam entre a compaixão e a completa indiferença, passando pela raiva, pelos detentos que estão nas unidades.

Capítulo 8. Igual ou diferente?

A questão que intitula esse capítulo foi uma constante ao longo do trabalho junto aos agentes de segurança penitenciária. Inevitável não observar as similaridades entre agentes e apenados, até mesmo porque, os próprios profissionais apontam para isto. A origem social dos agentes com quem conversei é muito próxima das pessoas que eles guardam. A maioria são pardos e negros, de classe baixa, poucos anos de escolaridade, isso logo se destaca. À medida que me aproximo mais dos profissionais, eles mesmos apontam mais detalhes desta, muitos são vizinhos, ou eram antes de terem sido presos, colegas de bairro, amigos de infância, especialmente nas unidades prisionais do interior.

Os profissionais de segurança lembram e são lembrados que podem, a qualquer momento, se encontrar do outro lado, caso transgridam a lei. Podem ser presos e acabar de “uniforme vermelho”, todavia não é isso que os coloca em igualdade, na verdade é o fato de conhecerem muitos que ali estão, ou história de pessoas próximas que foram presas, ou cometeram crimes. Ainda que eu mesma possa cometer um crime e ser julgada por isso, terminando presa, essa realidade é muito mais distante da minha vida do que da vida das pessoas de baixa renda e escolaridade, como é o caso dos agentes. É uma realidade que se avizinha muito mais deste grupo social.

Por vezes os agentes com quem conversei, na imensa maioria, contratados do estado, descrevem o trabalho que tem como “uma oportunidade que se apresentou a eles”, uma indicação de um cunhado ou parente que possibilitou darem um pequeno salto social, em especial os agentes da cidade de Ponte Nova, pois para a população, trabalhar como agente significa ganhar bem, mais do que a maioria das possibilidades de empregos existentes na região, daí a grande procura quando é anunciada a contratação de funcionários para trabalharem na penitenciária. Para a realidade brasileira, receber um salário maior coloca-os em outro extrato social e, indiretamente, nos afasta da possibilidade de sermos presos, pois no país a maioria da população carcerária é pobre e negra.

Contudo, ainda que o trabalho como agente apresente novas possibilidades sociais, o funcionário é um agente contratado, não lhe dando nenhuma garantia de vínculo empregatício, ou seja, o contrato pode ser rescindido a qualquer momento⁹. Além disso,

⁹ No estado de Minas, no ano de 2014, mais de 70 mil funcionários da área de educação que eram contratados e foram efetivados através de uma lei delegada assinada pelo governador Aécio Neves no início

não há instantaneamente uma mudança de extrato social, apenas um maior salário mensal familiar, cujas melhorias na qualidade de vida são conseguidas aos poucos e devem ser controladas, a fim de permitir um maior acesso a serviços particulares de educação e saúde, por exemplo, que trazem a possibilidade de uma real mudança de extrato social.

Dito de outra forma, ainda que os agentes recebam um salário importante, significativamente alto para suas possibilidades sociais, este é instável, uma vez que o cargo não é garantido e pode ser extinto a qualquer momento, isso os remete, mais uma vez, a proximidade que tem com os presos que estão dentro das unidades.

Ao perceber esta proximidade social entre presos e agentes é visível, também, o movimento feito pelos profissionais da segurança pública para se diferenciarem dos primeiros, até mesmo porque ser preso é um estigma social importante e pejorativo. Os agentes realizam um movimento de procurar se afastar do que os aproxima dos presos, em sua maioria. A impressão que fica é de uma tentativa de se mostrar superior aos apenados, melhores que estes, pois escolheram o caminho certo, ainda que difícil, da legalidade. Afirmam que os agentes têm valores mais estruturados e por isso souberam aguentar as dificuldades pelas quais passaram sem “ceder a tentação de cair pro crime, pra vida fácil, né?!” (grupo de discussão). Ter a mesma origem social e não estar preso é um valor e um mérito para eles. Ao mesmo tempo, isso os leva a ter que se diferenciar dos presos, procurar, por exemplo, “tomar cuidado para não se misturar” (entrevista individual).

A linguagem de dentro de uma prisão é característica e muito diferente da usada fora deste espaço. Como qualquer lugar social, neste há o uso de gírias e expressões que foram criadas para esta realidade e remetem a ações do cotidiano local. Ações como “pagar remédio”, “levar um catu”, “comer um tex”, “pendurada na teresa”, não fazem muito sentido para quem não conhece a realidade das prisões, mas nestes ambientes são ouvidas com frequência. Alguns agentes procuram se distanciar destas expressões idiomáticas, por entender que o cotidiano da cadeia remete a pessoas presas e que estas palavras ou expressões são signatárias de uma identidade de apenado e seu uso deve ser evitado.

de seu primeiro mandato foram demitidos por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Tal decisão mostra a fragilidade do regime de emprego vivenciado por muitos funcionários do estado de Minas Gerais, dentre eles os próprios agentes, que constantemente questionam se serão demitidos ao final da realização do último concurso público, que já durava quase um ano sua realização.

Ao mesmo tempo, é difícil não fazer uso destas em seu cotidiano laboral, pois, como a maioria das expressões locais, são capazes de resumir ações importantes do dia a dia em palavras curtas e rápidas, são uma forma de melhorar a comunicação entre as pessoas que convivem no mesmo espaço, torná-la mais eficiente. Mas muitos agentes entendem que usar as mesmas expressões usadas pelos presos os iguala e os torna mais suscetíveis a serem “seduzidos pelo crime”. Eles entendem que, ao usar o mesmo linguajar dos presos, estão indicando que fazem parte do mesmo grupo ou que gostariam de fazer, dando abertura para abordagens dos presos solicitando favores dentro das unidades, como o recebimento de celulares ou mesmo a entrada de drogas, através dos agentes ou com a anuência deles.

Ainda assim, essa proximidade não é trazida apenas pela mesma origem social e realidade vivida fora do sistema prisional, as próprias unidades igualam, de certa maneira, todos que estão ali dentro, com exceção dos diretores. Uma vez dentro do espaço da prisão é proibido o uso de celulares, por quem quer que seja, agente ou detento, ou até mesmo por mim, que ingressei nesse universo. A regra vale para todos, partindo da premissa que o uso de celulares dentro das unidades, principalmente por parte dos profissionais, é mais fácil de ser repassado para os presos e esses devem ficar incomunicáveis com o mundo externo, como princípio das instituições totais. Ao colocar esta regra, subentende-se que a suspeita recai sobre os agentes, colocando-os mais próximos aos presos. Além da regra simbólica, a proibição física é a mesma e os celulares não podem ser usados por ninguém.

Tal proibição é bastante complicada na era da tecnologia, pois os celulares que, muitas vezes, são vistos como pontos de distração dos trabalhadores, podem ser, na verdade, um mecanismo para reduzir o desgaste do cotidiano laboral. Uma “escapadinha” da rotina de trabalho para olhar uma rede social, fazer uma ligação para casa ou conversar com um amigo é um mecanismo que todos os trabalhadores usam para poder se descompactar da pressão no trabalho e retomar as atividades logo em seguida. Entretanto, dentro da prisão isso não pode e ninguém tem acesso aos celulares e caso o façam podem ser punidos. Mais uma vez os agentes são igualados aos presos pois, sabem que, assim como os presos, estão sendo constantemente vigiados dentro do espaço prisional. A imposição de disciplina para os presos é extensível aos agentes e isto é fonte de desconforto subjetivo para eles, que, em princípio, seriam diferentes dos presos e estariam ali para ensiná-los como se portar em sociedade.

Sobre a disciplina Foucault anuncia

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos e de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos e de obediência). (FOUCAULT, M. 1977. p.129)

Mais uma vez, neste aspecto, os agentes são algozes e vítimas desta tentativa de controle minucioso regimentar que não passa muito de uma demonstração de poder político. Ao mesmo tempo que conduzem as revistas nas celas, especialmente as surpresas, ou as revistas íntimas, os agentes são também alvo destas regras disciplinares quase sempre invasivas e despersonalizadoras dos indivíduos, como, por exemplo, ao serem obrigados a deixar seus telefones na entrada na unidade, ou saberem que são alvo de desconfiança dos colegas e institucional. Toda sua entrada e saída é controlada, como a dos detentos, sofrem também uma cobrança sobre sua apresentação estética em relação ao uniforme e à maneira de se portarem nos postos de trabalho, tem os mesmos horários de refeição impostos, assim como a escassez de sua escolha. Sofrem, os agentes, as mesmas tentativas de controle e docilização dos corpos dentro do sistema prisional.

Outro fator que iguala presos e agentes é a alimentação dentro das unidades. Todos recebem a mesma comida, seja a feita dentro das unidades como nos complexos penitenciários, seja a marmitex recebida nas unidades menores, que não tem refeitório e cozinha. A comida é alvo de queixas constantes, não só dos presos, como também dos agentes. Não há variedade no cardápio, todos devem comer a mesma coisa no dia, não há escolha no alimento e tampouco na quantidade.

Os presos chamam de “quentinhas”, “marmitex” ou “tex” já montado e as recebem em suas celas. Já os agentes e demais funcionários das unidades, comem no refeitório, quando este existe, mas seu prato é servido pelas pessoas que trabalham na cantina, como no “bandejão” das universidades. As pessoas se servem livremente de arroz, feijão e a salada do dia e a porção de proteína, a carne, é servida pelos que trabalham no refeitório. Foi possível ver apenas alguns diretores se servindo livremente em todos os componentes e isso parece ser mesmo um privilégio, pois, quando fui almoçar pela primeira vez dentro da unidade estava acompanhada do diretor geral que sinalizou à pessoa que servia a carne que eu poderia me servir livremente, como ele.

O almoço tem uma verdura fresca, parece acelga, arroz, feijão, uma carne cozida e abóbora cozida. Percebo que ao se servir o diretor, diferente dos demais que se serviram na nossa frente, pode se servir da carne livremente, os outros foram servidos por uma funcionária do refeitório. Além dele se servir, ele sinaliza à funcionária que eu também irei me servir livremente, quando ela vira a colher em minha direção, pois ela está atrás do balcão com as comidas e eu à frente. É um momento estranho,

mas, ao mesmo tempo, me conforta saber que terei um tratamento, de certa forma privilegiado ali dentro. Esta possibilidade ameniza as tensões que entrar em um ambiente completamente desconhecido por mim trazem, em um primeiro momento. (trecho do diário de campo)

Essa regalia que recebi, por pouco tempo, não é concedida aos agentes e isso, mais uma vez os coloca mais próximos aos detentos. Eles se queixam muito da qualidade da comida e questionam a sua origem, mesmo quando é feita dentro da unidade. No caso dos espaços que já recebem o marmitex pronto, não são raras as denúncias do envio de comida estragada, ou quando é possível de comer, de qualidade questionável.

“A comida era ruim, sem dúvida, porque a gente também alimentava dessa comida e essa comida, ela não tem gosto, sabe?! Hoje, só pra você ter uma ideia, se você me convidar hoje pra eu ir na sua casa comer carne cozida e falo que eu sou vegetariano. De tanta carne cozida com nervo que eu comi. Chegou caso de comida podre, pros presos comer. Porque a comida não era feita no presídio, não. Então sempre chegava comida com cabelo, comida com bicho.” (entrevista individual)

A alimentação dentro das unidades prisionais em Minas Gerais é alvo de investigação criminal inclusive, e há uma importante suspeita de enriquecimento ilícito e fraude nas licitações de concessão do serviço, que é conhecido como “máfia das quentinhas”. É, na verdade, mais um dos lucrativos negócios que as prisões representam.

Este é mais um dos aspectos que parece remeter constantemente os agentes a sua condição de igualdade com os presos e claro, é alvo de inúmeras reclamações, uma vez que faz parte do senso comum a ideia de que os presos precisam sofrer para conseguirem aprender as regras sociais, vale ressaltar que a maioria da população entende que justiça é sinônimo de vingança. Enfim, se estes devem ser alvo de sofrimento, o fato dos agentes comerem a mesma comida é sinal, para os agentes, de punição, ou seja mais um dos castigos a eles imputados.

Ainda sobre esta compreensão do sistema judiciário como um mecanismo de vingança, há outras questões que são alvo de comparação entre presos e agentes. Como se espera que a prisão seja uma punição com frequentes castigos para os presos, no senso comum, os agentes também entendem que a maioria dos direitos dos presos que o estado tem a obrigação de fornecer, são na verdade regalias, presentes que as pessoas que fugiram da esperada conduta social ganham por serem criminosos. Explicando mais detalhadamente, o estado tem a custódia das pessoas presas e como tal, tem que garantir seu acesso a direitos básicos dos cidadãos, a saúde é um deles. Os detentos precisam ter acesso a serviços de saúde e isto incomoda os agentes que se queixam que

“eles tem médico melhor que o meu! Minha mulher fica na fila do posto de saúde e eles aqui são atendidos na porta” (grupos de discussão)

“eu não tenho dinheiro pra ir no dentista, mas você tem que ver o cara que atende os presos, aqui. Tratamento vip!” (diário de campo)

O acesso a saúde, como ainda não é universalizado no país e muitas vezes não é de qualidade, quando garantido aos presos, é entendido como regalia, um prêmio recebido. A queixa é ainda maior quando um preso precisa ser escoltado para um atendimento particular de saúde, obrigação do estado, caso os familiares do preso queiram pagar a consulta no setor privado. Tal tratamento é quase inadmissível para os agentes, que entendem que os presos estão sendo “mimados” pelo estado.

Portanto, já não bastasse o incômodo que os agentes têm ao serem igualados aos presos em muitas das condições físicas dentro das unidades, os trabalhadores entendem que ainda precisam ser responsáveis por ajudar a manter a desigualdade, escoltando um preso para um atendimento médico, nos momentos em que se sentem mais prejudicados que os presos. O mesmo questionamento vale para o acesso aos serviços de psicologia, serviço social, advogados que acontecem dentro dos presídios.

Há portanto, um movimento constante nesta ideia de igualdade entre agentes e presidiários, inclusive, porque se perceber como igual, torna mais difícil a desumanização que acaba sendo necessária para a realização de procedimentos e tratamentos em relação aos presos. Mas como essa distância entre as duas realidades é muito tênue, ao mesmo tempo que procuram se diferenciar dos presos, os agentes são lembrados pelo sistema e pelas pessoas que são iguais a eles.

Na tentativa de se afastar do que os aproxima, os agentes contam que, depois de começarem a trabalhar no sistema prisional precisam mudar os lugares que frequentam na cidade e a forma de se portar neles. Mais uma vez esta questão de ser igual ou diferente traz contradições no cotidiano desses trabalhadores. Logo apontam que, depois de trabalhar dentro do sistema prisional, as pessoas mudam muito, “você passa a perceber os perigos que tem na vida e as bobearias que a gente dá” (grupo de discussão). São unânimes em dizer que nunca mais se sentaram de costas para a porta em nenhum estabelecimento que frequentaram, estão sempre em posição de vigilância do entorno, ainda que não percebam claramente que é isso que estão fazendo.

A preferência deles, neste caso apenas os homens falam sobre isso, é de se sentar dentro, bem ao fundo dos bares, ou nas laterais, mas sempre encostados na parede, e observando tudo que se passa ao redor, o tempo todo estão alertas ao que pode

acontecer e não costumam ficar muito tempo, nem beber muito em lugares públicos, “pra não dar abertura pra bandido chegar”. As mulheres já contam que, depois do trabalho na cadeia, preferem ainda mais ficar dentro de casa, pois não se sentem muito confortáveis na rua, onde muitos sabem onde elas trabalham e ficam apontando. (diário de campo)

Contam que depois que “entram para o sistema”, escutam muitas histórias sobre assaltos, brigas, assassinatos e isso os deixa cada vez mais desconfiados, além de os alertar para as fragilidades a que nos expomos, na questão da segurança, por isso acabam precisando de mudar de hábitos sociais.

No caso dos agentes do interior há mais uma contradição trazida sobre os lugares a serem frequentados por eles, como são bem remunerados em relação a renda média das cidades menores, eles passam a frequentar espaços sociais que antes não tinham acesso, bares mais caros, em bairros de classe média da cidade. Contudo, eles não se sentem bem nestes espaços e se queixam de não poder usufruir das benesses que seu trabalho poderia trazer.

Isso acontece porque ao serem identificados como os agentes prisionais, são também igualados aos presos, pela classe média. Aí reside uma dicotomia, ou seja, ao mesmo tempo que se sentem diferentes dos presos, por poderem frequentar um outro espaço social, são estigmatizados pelas outras pessoas, dentro destes lugares, quando comparados. Relatam que acabam não se sentindo bem, nem nos espaços que frequentavam antes, nem nos espaços que passam a frequentar. Por isso parece ser comum reuniões de confraternização entre os próprios agentes e familiares, porque dizem ser esse o único espaço onde podem falar sobre seu trabalho sem serem julgados.

Quando buscamos compreender melhor a lógica de uma sociedade disciplinar, especialmente expressa dentro de uma prisão, fica mais claro que esta confusão sentida e externada pelos agentes faz parte da lógica de funcionamento do sistema. A proposta da sociedade disciplinar é garantir que todos saibamos obedecer e quem detém o poder, assim sendo, estamos muito mais próximos dos presos do que podemos querer imaginar. E não apenas isso, os mecanismos de controle dentro da unidade reiteram esta dimensão, todo o tempo. Fica muito claro que quem vigia é vigiado por outros, sempre, dentro e fora das prisões, pelos trabalhadores da segurança pública e pelos trabalhadores do crime.

Parte IV

Capítulo 9. Os suicídios de agentes e as cartas e declarações deixadas

“você é psicóloga, não é?! [sim] então deixa eu te contar o que adocece a gente, sabe o que adocece o agente? É esse sistema, é ver que isso aqui não funciona, a gente solta o cara, passa uns dias ele já tá aqui de novo, isso não muda, não, não faz nenhuma diferença, sabe?! Isso que acaba com a gente” (trecho do diário de campo)

Ainda que este trabalho não tivesse como objetivo investigar o adoecimento mental dos trabalhadores do sistema prisional, este se apresentou ao longo do percurso, pois faz parte desta realidade. Foram constantes as reclamações, por parte dos agentes, de se verem adoecidos mentalmente. As queixas foram desde a insônia, um sintoma comum entre eles, como dizem “aqui não tem nenhum agente que não toma remédio pra dormir, não. Pode perguntar. Virou agente vai tomar rivotril” (grupo de discussão), passando por transtornos diagnosticados como o transtorno de estresse pós-traumático, depressão, transtorno de ansiedade, que levaram os profissionais a se afastarem de suas atividades laborais, chegando até a suicídios, em que deixaram cartas e depoimentos relacionando a morte com as condições de trabalho dos agentes de segurança penitenciária.

Um exemplo disso foi um e-mail deixado por um dos agentes que fazia parte do grupo de e-mails que iniciou os contatos com estes profissionais. Sua carta de suicídio enviada a um colega de profissão, o qual compartilhou com os demais participantes do grupo, tinha como conteúdo, denúncias da fragilidade dos profissionais diante de suas condições laborais e as dificuldades trazidas pelas impossibilidades de modificar esta realidade profissional e, logo no início do e-mail, já denuncia o peso de participar desta categoria profissional, abaixo transcrevo um trecho desse texto.

“Eu devo dá uma afastada por um tempo mas de antemão quero te agradecer por lutar por esta classe menos favorecida que vem de forma sofrida caminhando contra ventos fortes e tempestades. (...) Esta profissão é ingrata o bastante pra te fazer perder o fôlego.”

Uma das queixas/ denúncias que esse agente traz é sobre a relação entre esses profissionais e a diretoria, e como os agentes que não são efetivos, os contratados, se sentem obrigados a realizar tarefas sob pena de perderem seu trabalho; condição que não se repete com os que tem seu posto garantido pela aprovação em um concurso público, ponto que também nos chamou atenção durante as entrevistas, transcrita abaixo.

“Penso que com este concurso as coisas melhorem, mas nós do concurso de 2005, passamos muitas dificuldades e diversas vezes, tivemos que pegar o boi pelo chifre com alguns diretores que não tem nenhuma qualificação e assumem por que são apadrinhados de gente forte da secretaria. O dia que os agentes efetivos assumirem,

as coisas mudam, por que o cara num vai fazer besteira, pois ele sabe que não precisa cumprir ordens ilegais, pois ele volta a ser agente, ele não perde o emprego.”

Nesse e-mail, ele chega a descrever algumas das condições precárias de seu trabalho, e como percebe que estas impactam negativamente em si e nos trabalhadores, um dos pontos que traz é a dificuldade de acesso à unidade prisional, como já apontado, pois, não por acaso estas unidades são construídas o mais longe possível dos espaços urbanos e a justificativa, como sempre dentro deste sistema, é a segurança dos “cidadãos de bem” que não sofreriam riscos maiores, caso houvesse uma fuga, por exemplo. Contudo é possível analisar que esta localização das unidades também é política, demonstrando que a sociedade como um todo prefere ignorar o que lá se passa, não se envolvendo com suas questões, como se não tivessem alguma relação com esta forma de segregação. Enfim, esta dinâmica acaba tendo consequências reais para o dia-a-dia dos que nestas unidades trabalham, como lê-se no e-mail,

“As unidades têm uma estrutura precária e muito ruim e por isto os agentes penam muito no dia a dia. Trabalhei em várias regiões de Minas, dei sorte por ter saído minha transferência para Salinas, que fica a 47 km, pois estava difícil a adaptação na Penitenciária de Francisco Sá. Lá é um lugar difícil, mais de 60 por cento dos efetivos estão desgostosos, sendo que a grande maioria é de Montes Claros e além deste ambiente de trabalho pouco favorável, ainda estão enfrentando uma viagem de ônibus que está durando quase três horas, acredita, devida a estrada está em péssimas condições, ou seja, estão perdendo 5 horas por plantão trabalhado em deslocamento, em uma escala de 12/36, é osso, geralmente os agentes gastam em torno de 600 reais com passagens ônibus, ao mês, a escala é ruim, o ambiente é pesado, mas a única coisa que salva lá é a estrutura do local.”

Em seu e-mail Mateus¹⁰ também aponta a necessidade da categoria se organizar coletivamente e de buscarem maior representatividade dentro do cenário político, pois seria uma das formas de conseguir garantir melhorias para a profissão. Ele percebe que seria importante que tivessem, por exemplo, um representante dentro da assembleia legislativa estadual e narra como estava articulando esta possibilidade.

“por isto eu decidi levantar o Guerreiro para que ele fosse a pessoa escolhida pra mudar este cenário, por que eu já estava cansado de ver tudo isto e por isto decidi me manifestar pois fiz grandes amigos em moc [Montes Claros]. O Guerreiro é a pessoa que irá promover aqui a mudança e fazer acaba a opressão que toma conta do ambiente dos agentes e juntamente com você aí em BH com a associação que vocês criaram irá facilitar este intercâmbio em contato com a associação de três vales e patrocínio. Acho que você deve se candidatar a deputado estadual nesta eleição, por que você já é conhecido em todos os quatro cantos de minas e ia conseguir angariar muito apoio no meio nosso pra conseguir este feito e desta maneira iria ter uma mudança estrutural muito forte, como seu e-mail diz você é o predestinado.”

¹⁰ Nome fictício

Mateus também mostra como procurava fortalecer o coletivo profissional, via na construção deste engajamento uma importante ferramenta de lutas da categoria.

“Eu tentei reunir minas gerais toda através do seu blog e do blog do Alexandre Guerreiro para conseguir que os agentes tivessem um canal de comunicação e tentei também juntar as associações do interior pra que tivéssemos uma voz a ser ouvida. Agradeço a confiança que teve em me inserir como moderado de seu blog onde por muito tempo conseguimos trazer informações relevantes.”

Ele conta que através de algumas ferramentas de comunicação pode perceber que estes questionamentos não eram apenas seus e que outros colegas de profissão também partilhavam de sua análise da categoria. E, ao mesmo tempo, aponta as dificuldades subjetivas de lidar com esta realidade impedida.

“Depois que comecei a militar com mais força eu recebi vários e-mails de agentes em vários lugares reclamando de condição de trabalho e de opressão em diversas ocasiões e isto me fez sentir uma compaixão muito grande por todos os agentes e administrativo que tem no sistema, me deu uma angústia muito forte saber que isto é um ciclo sem fim, por causa de vaidade, de alguém de terno, que não está aí por quantas gravidez foram perdidas, quantos filhos choraram, esquecem que os filhos dos agentes também merecem compaixão. Acho que o sistema um dia muda mas vai demorar e grandes vozes terão que se levantar pra que isto aconteça.”

Ainda que ele tenha procurado fortalecer este coletivo de trabalhadores, a categoria é muito recente e esta organização caminha lentamente, mais lentamente do que o que ele esperava, falando especificamente sobre a atuação do seu sindicato profissional.

“Fiquei muito triste que as eleições do sindicato, foi chapa única, na época que estava em Francisco Sá tentei desfiliar do sindicato, sei que tem um requerimento, mas o adm de lá não soube me explicar, e sinceramente são quase cinco anos de contribuição sem ter retorno, a única coisa que recebo é um jornal do sindipúblicos a cada 4 meses, e um chapa para votação, falando que é chapa única, lá em Francisco Sá só tinha eu, sindicalizado, parei para pensar foi a contribuição mas mal paga que paguei em minha vida, ou seja sem utilidade nenhuma, de qualquer forma eu confio muito em você e no guerreiro em levar adiante o projeto de revolução no sistema.”

Mateus aponta também sua frustração diante de um longo período sem mudanças significativas para a categoria, especialmente pela indiferença diante dos dados desta realidade profissional. Nos parece que ele já demonstra sua desesperança em relação ao sistema como um todo, que não traz melhoria para os agentes e nem para os detentos.

“Quando teve a entrada do novo secretário eu tive uma esperança, pois achei que teria mudanças e melhoria, mas estava enganado por que ele não tomou nenhuma decisão significativa e como estudante de direito, eu acabei por perder a fé no órgão Ministério Público, pois pra mim, eles não são o que a gente espera, um órgão independente, pra mim é somente mais uma peça do quebra cabeça que forma o cenário no qual estamos inseridos. Muitos agentes morreram no ano de 2011, mas como dizia Stalin quando um morre temos uma tragédia, mas quando vários morrem temos apenas estatísticas. O sistema hoje não caminha como deveria, não tem

solução do jeito que tá e muitas cabeças estão sendo perdidas. Dos dois lados, tanto dos agentes, quanto dos presos e não ressocializa, somente cria gente frustrada.”

Parece que as condições de trabalho têm uma relação com seu movimento de tirar a própria vida, em especial com sua desesperança diante de uma realidade precária de trabalho, sem perspectivas de mudanças. Como apontamos, este e-mail foi uma de suas últimas correspondências, ele se suicidou poucos dias depois.

Outro caso importante foi o de um agente que se suicidou no interior da zona da mata e deixou um depoimento gravado minutos antes de se matar¹¹. No vídeo o agente diz que irá se matar porque seu contrato de trabalho acabou e que não será mais renovado, que não terá mais como sustentar sua família e que já está muito cansado do trabalho dentro do sistema. Ele menciona a frustração de não perceber mudanças nas pessoas que passam dentro das unidades prisionais e que seu trabalho parece ser inócuo.

A descrição do vídeo já aponta para o adoecimento do profissional.

O agente identificado como Jefferson Anísio ingeriu três cartelas do remédio Rivotril (indicado para ansiedade e vários outros males) em seguida gravou um vídeo se despedindo, escreveu uma carta, ligou para um amigo e depois efetuou seis tiros contra a parede e um em sua própria cabeça. O motivo do suicídio seria por causa de sua demissão e por causa da desvalorização que agentes carcerários contratados sofrem. Ele disse na carta que o sistema prisional é uma farsa e que agentes são ameaçados depois jogados como lixo na rua. O jovem chegou a ser encaminhado ao hospital, mas não resistiu e teve morte cerebral. Segundo informações o jovem estava sofrendo uma profunda depressão. (<https://www.youtube.com/watch?v=8gPZaWx1vAA&feature=share>)

No vídeo, gravado nas circunstâncias acima descritas, o agente aparece muito sobressaltado e fala todo o tempo sobre a precariedade de suas condições de trabalho. Aponta como é difícil tentar se estabelecer exercendo uma profissão que ao seu ver, não tem nenhum reconhecimento da sociedade e tampouco das entidades estatais responsáveis por sua gestão. Para ele os responsáveis por administrar o trabalho dentro das unidades prisionais não parecem se importar com o que ali se passa e denuncia: “somos tratados pior que os presos”. Ele descreve que se vê impotente diante das condições trabalho colocadas pelo sistema e após exercer, por três anos a profissão, não recebeu nenhum tipo de reconhecimento, pois será descartado como um qualquer pelo sistema, não podendo mais arcar com suas responsabilidades familiares.

¹¹ O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8gPZaWx1vAA&feature=share>

Além do vídeo, é importante ler os comentários que foram deixados na internet, de colegas de profissão que reiteram a precariedade dessas condições de trabalho e sua percepção da relação entre estas e o adoecimento dos profissionais.

“Esta categoria trabalha em local INSALUBRE. Muitos falam normalmente esta palavra, mas nem todos refletiram que: trata-se de um local doentio, fétido; dito por um juiz que é o esgoto da sociedade. Essa categoria requer acompanhamento, tratamento psicológico e físico. [Muitos dos inspetores se aposentam e morrem por doenças incurável. Os governantes são passageiros e não tem interesse continuado de cuidar das coisas públicas.” (comentário do vídeo)

Neste comentário é possível perceber que a insatisfação trazida pelo autor do vídeo não lhe é exclusiva, as queixas são reiteradas por outra pessoa que parece ser também um agente de segurança penitenciária, ou a menos conhecer de perto esta realidade. Tais comentários, inclusive, vão de encontro ao que foi percebido ao longo do trabalho de campo, tanto nas entrevistas individuais, como nos grupos de discussão sobre o trabalho. Há um consenso dentro da categoria sobre a subvalorização que têm dentro do estado e a ausência de concursos públicos para suprir oficialmente o efetivo necessário dentro das unidades é um destes indícios, segundos os agentes.

Como não há concursos, os agentes são contratados pontualmente, à medida que há uma autorização para o aumento do efetivo de uma unidade. Os ingressantes não recebem uma formação profissional, aprendem a exercer a profissão apenas com as instruções repassadas pelos colegas mais experientes, que também não receberam um treinamento mais extenso ou detalhado sobre o sistema prisional.

É um trabalho que se aprende a exercer na prática, sem tempo de questionamentos sobre sua atuação ou mesmo absorção das informações sobre um ambiente laboral tão distinto. Essa negligência do estado é uma forma de desvalorizar a profissão e dela subentende-se que é um trabalho facilmente aprendido, que não é necessária uma melhor formação para lidar dentro de um ambiente de encarceramento. Este descaso denuncia não só o desrespeito aos apenados que não tem seus direitos reconhecidos, uma vez que são conduzidos por pessoas que não aprenderam exatamente qual o seu papel dentro de uma prisão ou quais os direitos dos que ali estão encarcerados, mas também demonstra a desvalorização da categoria profissional que ali atua, pois, por ter que aprender na prática cotidianas questões técnicas da profissão, muitos agentes acabam sendo vítimas de agressões verbais por parte dos detentos ou mesmo se tornando alvos mais fáceis de comissões, que apuram o desrespeito aos direitos humanos dentro das unidades prisionais. Por outro lado, como poderiam tratar de forma adequada aqueles que ali estão, se sua

formação foi completamente informal, o que dá brecha para a perpetuação, como percebido, de fortes estereótipos sobre a população carcerária e a forma como deve ser tratada. Tudo isto fragiliza ainda mais a figura dos agentes de segurança penitenciária que sofrem mais riscos, inclusive de não saberem agir rapidamente em um momento de maior tensão dentro de uma prisão.

Inclusive, sobre a má formação e orientação dos profissionais para exercer o trabalho destaca-se o caso, já narrado anteriormente, em que o contrato de um agente foi cancelado, por ter sido desarmado e atingido, com um tiro na coluna, por um preso, levando-o a perder além dos movimentos abaixo da cintura, os direitos trabalhistas, principalmente de assistência médica. Ainda na avaliação da direção da unidade o próprio agente foi responsabilizado pelo ocorrido, tendo sido julgado como imprudente e não agido de acordo com as normas para o específico procedimento, sendo então culpabilizado.

O episódio aponta, não apenas, para a falta de treinamento, especialmente para agentes contratados, mas também para a escassez de profissionais nas unidades o que, mais uma vez, pode ser compreendido como uma desvalorização do estado sobre esta profissão e sobre o papel do sistema carcerário como um todo.

Nos comentários que seguem há mais queixas sobre a desvalorização profissional e o não reconhecimento social, procurando deixar claro que as dificuldades vivenciadas são apenas reconhecidas pelos colegas de profissão, dado a especificidade deste ambiente laboral,

“Só quem passa por isso sabe, descanse em Paz Guerreiro , Descanse em Paz Irmão”
(comentário do vídeo)

“Quem não é do Sistema Prisional nunca saberá a pressão que é trabalhar num presídio e além disso ser contratado e tratado como lixo pelo estado!!” (comentário do vídeo)

“que sirva de exemplo para quem gosta e acha legal trabalhar de polícia tendo que bater de frente com todos os tipos de bandidos e criminosos todos os dias, ou de segurança defendendo dinheiro dos outros, ou tentando garantir a segurança de alguém... ninguém está seguro de nada! o governo não oferece condições suficiente para garantir ninguém... Oremos por ele!” (comentário do vídeo)

Um dos comentários ainda destaca como esta negligência do estado em relação ao sistema prisional reflete na fragilização destes profissionais na sociedade, como já abordado em outro capítulo, pois, mesmo agindo como determina o sistema judiciário, negando ao preso algum pedido, ou mesmo apenas estando em frente a cela, garantindo

que ele dali não saia, é o agente que representa o estado, mas é ele também, como indivíduo que corre o risco de ser alvo de alguma vingança por parte dos presos, dentro ou fora das unidades. Como o estado é apenas uma representação, o risco real de morrer ou ser ferido por exercer este papel é vivido pelos agentes.

“eles [os presos] nos marcam pois somos nós que dizemos "não" em frente as celas deles, quando a gente entra somos marcados por eles e por seus familiares, apenas fazemos a lei ser cumprida mantendo a custódia e integridade física deles.”
(comentário do vídeo)

Esta realidade reitera, inclusive, a compreensão do senso comum, que também forte dentro dos complexos penitenciários, de que as organizações que atuam em prol do respeito dos direitos humanos se preocupam apenas com os apenados e os direitos dos trabalhadores, por vezes desrespeitados, não são alvo de preocupação como fica claro no comentário,

“Além disso, o contratado da menos despesas do que o efetivo, não temos alguns direitos, por exemplo: férias prêmio (120 dias) portanto trabalhamos mais do que o efetivado. Mas nesse país o bandido tem mais valor do q o trabalhador. Os direitos humanos preocupam mais com eles do q com a gente.” (comentário)

Esta percepção é muito comum por parte dos agentes e faz com que muitos dirijam a indignação trazida por esta distinção de tratamento e direitos, vista por eles como injusta, aos apenados que cuidam. Não falo aqui de agressões físicas e morais, como sabe-se que acontece dentro do sistema, mas, sim, de um sentimento de desprezo pelos presos e uma compreensão de que estes estão, na verdade, sendo premiados por estarem detidos, o que claramente não é verdade.

Todavia, ver cotidianamente pessoas que estão em desacordo com a ordem social, de tal forma que foram encarceradas sob o pretexto de reaprenderem a conviver dentro das regras da sociedade, receberem cuidados que os trabalhadores, que estão adequados às regras, não tem acesso ou ao menos não tão prontamente, faz com que muitos agentes comecem a nutrir um discurso de ódio pelos presos e transfiram para eles a indignação por não receberem o que o estado tem o papel de lhes fornecer. Assim como os presos o fazem quando identificam na figura do agente o descaso do estado com suas condições de sobrevivência.

Esse sentimento é compartilhado pelos familiares dos agentes que sofrem indiretamente com as condições de trabalho deles. Os impactos desta realidade laboral adoecedora não se restringe apenas aos trabalhadores, mas a todo seu círculo social mais

próximo, seja pelos sintomas de seu adoecimento, como um humor mais agressivo trazido por um quadro depressivo, seja pela necessidade de adequação da vida cotidiana familiar à profissão que expõe os trabalhadores a riscos sociais maiores e que é alvo de preocupação para os agentes, um dos fatores, inclusive mencionados durante o vídeo.

“muitas pessoas pensam diferentes mais só aquelas pessoas que vê a pessoa amada arriscando sua vida todos os dias sem saber se voltará pra casa e que entende a injustiça que o governo está cometendo.” (comentário do vídeo)

O adoecimento mental, claramente expresso no suicídio, faz parte do cotidiano das unidades prisionais, tanto dos agentes, como dos detentos o que parece deixar claro que a péssimas condições dos presídios são degradantes para todos que ali circulam. Ao final de 2014 um dos agentes do complexo penitenciário de Ponte Nova também se matou e foi encontrado pela esposa em sua casa. Não bastasse a importância desta informação, o relato é de que o mesmo agente já havia tentado suicídio 40 dias antes e seguia trabalhando normalmente¹². Ainda que não seja possível estabelecer uma relação direta entre este suicídio e as condições de trabalho o descaso diante do adoecimento de um dos profissionais que servem ao estado já é um indício de que a saúde, em especial a saúde mental, não é objeto de cuidado dentro deste ambiente.

¹² Disponível em <http://www.pontenet.com.br/index.php/central-de-noticias/item/3019-agente-penitenciario-de-ponte-nova-e-encontrado-morto-em-sua-residencia-suspeita-de-suicidio>, acesso 08 de janeiro de 2015

Capítulo 10. A imutabilidade do sistema

A carta e o depoimento dos agentes que se suicidaram contribuíram para a compreensão de outra dificuldade que fora enfrentada ao longo deste trabalho de campo, que logo será melhor analisada. Como qualquer trabalho de pesquisa dentro das ciências humanas, aberto às imprevisibilidades do meio, este projeto se iniciou com outra proposta de investigação e aos poucos foi caminhando para o trabalho que aqui foi apresentado, tanto por necessidades práticas de execução, como por encaminhamentos metodológicos, direcionados pelo campo tema de pesquisa. Enfim, em meados do trabalho houve o exame de qualificação, em que duas professoras, Vanessa Andrade Barros e Claudia Osório puderam gentilmente fazer uma avaliação do que já havia sido desenvolvido até então no campo de pesquisa e fizeram sugestões e apontamentos para auxiliar na continuidade do trabalho.

Na oportunidade de orientação coletiva que fora o exame, algumas falas chamaram mais a atenção por parte das avaliadoras, dentre elas um chamamento feito pela professora Vanessa, pesquisadora experiente dentro do contexto prisional. Enquanto pensava ser possível uma intervenção mais aos moldes da clínica da atividade, junto aos agentes de segurança penitenciária, com o propósito não apenas de usar a metodologia para compreender melhor os impactos das condições de trabalho dentro das prisões, mas, também, como uma possível ferramenta capaz de trazer mudanças neste cotidiano, protagonizadas pelos próprios agentes, como o método sugere possível e então, fui alertada por Vanessa sobre a especificidade deste contexto.

A professora apontou que tal metodologia já havia sido pensada em outras pesquisas que orientou e se mostrou irrealizável pois para o seu sucesso era necessário uma possibilidade de transformação desta realidade e o contexto prisional não se abre a isto. Neste momento não ficou muito claro para mim qual era o raciocínio para tal argumento, pois, se a clínica da atividade propõe que as transformações sejam trazidas pelos próprios trabalhadores (CLOT, 2010), dentro de um espaço possível, porque tal ambiente de trabalho não permitiria isto? Mas fora isto que o campo demonstrou e que nos remete à carta de suicídio e ao vídeo produzidos pelos agentes.

As prisões são parte da engrenagem social na qual vivemos, como apontado por Erving Goffman, ao falar do papel das instituições totais,

Instituições totais realmente não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa pressão persistente como uma força estratégica no controle dos homens. (GOFFMAN, E., 1974)

Assim sendo, quando nos aproximamos de todo o contexto de encarceramento humano, verdadeiramente, com o propósito de compreender melhor sua lógica e não apenas julgar os que ali estão internados – como nos indica o senso comum – é possível perceber que as prisões são um mecanismo social muito eficaz ao que se propõe, veladamente.

As prisões não são para todos, elas são para pobres e negros no Brasil, são um mecanismo de controle social que têm como propósito deixar claro qual é o papel das pessoas de classe baixa no país. Pobres devem trabalhar jornadas extensas, receber um salário mínimo, morar longe dos grandes centros urbanos, em locais escolhidos para serem desvalorizados e servir às classes mais altas. Quaisquer pessoas que tentem questionar esta lógica e procurem estabelecer outros valores sociais serão, por esta ação, criminalizados. Por exemplo, habitar as ruas do centro de uma cidade, ou de alguns bairros, isto acaba sendo uma conduta criminalizável para pessoas pobres, que são percebidas como “vagabundos” e não pertencentes àquele espaço. Se analisarmos mais friamente, podemos dizer que estes que estão ali circulando de forma mais livre, sem se prender as amarras do trabalho assalariado capitalista são uma afronta a lógica submissa trazida pela economia política. Andar pelas ruas, dormir no chão, de dia, é, também, questionador da lógica produtivista a qual estamos envolvidos e, portanto, esta atitude, por vezes é criminalizada e moradores de rua são presos sob frágeis argumentos legais, que na verdade são apenas subterfúgios para punir a fuga da lógica social adotada. Assim como esta conduta, outras são alvos de punição e penas, incluindo crimes de menor potencial ofensivo, como um furto, um assalto ou mesmo o porte de pequenas quantidades de drogas, que são a maior parte dos delitos cometidos pelas pessoas que estão encarceradas no Brasil.

Estes crimes, e que fique claro que são crimes em nossa legislação e não é propósito deste trabalho dizer o contrário, são praticados nos mais diversos extratos sociais, contudo, apenas os pobres sofrem as penas, levando-os as prisões. É este extrato social que habita as prisões, sem sequer ter sido julgado. O que os leva as cadeias, portanto, é a falta de uma defesa adequada, que não é provida pelo estado, haja vista o déficit de defensores públicos no Brasil e passa a só ser alcançável através do dinheiro,

da possibilidade de se pagar um advogado para que este garanta que o direito de responder à uma acusação em liberdade seja respeitado. Dito de outra forma, apenas as pessoas que tem dinheiro podem vislumbrar a possibilidade de não serem presas antecipadamente e isto fica muito claro quando olhamos para a realidade da população carcerária.

Michel Foucault fala sobre a função política do aprisionamento individual.

Trataríamos aí do “corpo político” como conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objeto de saber.

Trata-se de recolocar as técnicas punitivas – quer elas se apossam do corpo no ritual dos suplícios, quer se dirijam à alma – na história desse corpo político. Considerar as práticas penais mais do que um capítulo da anatomia política, do que uma consequência das teorias jurídicas. (FOUCAULT, M. 1977, P. 30)

Toda esta explicação para dizer que as prisões são sim um instrumento social, que ajuda a manter a desigualdade que sustentamos em nossa sociedade, ainda que sejam instituições que estejam travestidas de propósitos de defesa social. Tão logo iniciei a pesquisa este ponto me foi alertado pelos agentes, como quem trabalhei: “isso daqui não muda ninguém, a pessoa entra e sai do mesmo jeito, querendo ou não” (grupo de discussão). Esta função política institucional traz sérias consequências aos que ali cumprem pena, que não foram o foco deste trabalho e tem seu sofrimento mais amplamente conhecido, mas traz também desdobramentos negativos para os profissionais que ali estão todos os dias, garantindo o seu funcionamento. Aos poucos, a experiência da pesquisa de campo foi descortinando o que fora apontado pela professora Vanessa, “não há mudança possível dentro das prisões”, nenhuma pequena mudança que possa ser construída no cotidiano laboral pelos agentes será possível de diminuir as consequências subjetivas que habitar este local trazem para o sujeito. E, ao que parece, os que tentaram mais ativamente transformar esta realidade sucumbiram diante desta rigidez.

A imutabilidade conveniente do ambiente prisional parece ter dois efeitos junto aos agentes. Alguns agentes, diante de condições ruins de trabalho, passam a se mobilizar e articular buscando melhorias para si e colegas. A medida que passam a compreender melhor a lógica que rege o funcionamento das prisões parece ficar mais claro que estas mudanças não acontecerão e que não há uma preocupação muito grande com o bem estar destes trabalhadores, assim, como não há uma preocupação com os detentos, mais uma vez igualando os dois. As tentativas de organização política da categoria se mostram muito frustradas e aparecem nos discursos dos agentes que denunciam “ah, isso aqui [a

prisão], não muda não” (grupo de discussão). De certa forma, corroborando, inclusive, com a impressão trazidas por muitos que é uma profissão com um prazo de validade determinado, quando dizem que “ninguém *guenta* mais que cinco anos aqui, não, é muito difícil” (entrevista individual), como parece ter sido o caso do diretor de segurança da unidade de Ponte Nova¹³. Tentar compreender melhor o que sustenta a estrutura das prisões é compreender melhor os mecanismos de exclusão social, ou melhor, da inclusão perversa (SAWAIA, B. 2002) e como todos estão incluídos neste processo.

Os agentes não apenas passam a ter mais consciência de que fazem parte de um grupo social mais próximo dos detentos, diferente do que lhes foi “vendido” ao ingressar neste trabalho, como também passam a perceber melhor que para transformar de maneira substancial sua realidade de trabalho seria necessária uma mudança maior na sociedade. O depoimento deixado no e-mail diz exatamente da frustração e da sensação de impotência de um agente, muito militante em sua categoria profissional, que não mais aguentava se frustrar ao perceber que o sistema não parecia estar aberto a mudanças, e não está. Como padrão de um adoecimento mental, contudo, o agente que se suicida, entende que é também uma falha sua, que não consegue mais se impor diante de sua luta e passa a se aperceber fraco para seguir com seu propósito político, só vindo no autoextermínio a solução para suas questões, quando, na verdade, todo o trabalho de campo aqui apresentado mostra que não é era uma questão individual e sim, social.

O agente que escreve o e-mail, assim como o que gravara o vídeo, se dizem cansados de tentar mudar a realidade dos colegas de profissão e se veem exauridos por perceberem que a categoria é alvo de muita desvalorização não apenas da sociedade que não compreende o que fazem, mas também do estado, que os gere e deveria ser um ponto de apoio e reconhecimento ao papel que desempenham, especialmente por convocá-los a

¹³ O Diretor de Segurança do CPPN foi o primeiro contato que tive, logo no início da pesquisa em Ponte Nova, como o diretor geral da unidade não estava presente no primeiro dia que me propus a apresentar o trabalho para a direção fui recebida por ele. O diretor de segurança já trabalhava há 10 anos dentro de unidades prisionais e estava há 4 anos como diretor de segurança. Por já ter atuado como agente de segurança penitenciária ele disse que reconhecia a necessidade de um trabalho com os agentes e que valorizava a proposta de pesquisa, contudo, não seria ele quem viabilizaria o início do trabalho. Entrei em contato com este diretor mais uma vez antes de começar o trabalho propriamente dito de visitas à unidade. Na última vez que estivemos em contato ele me disse que estava se afastando do trabalho, inicialmente por férias que tinha pendente com o estado mas que não voltaria mais a atuar dentro de uma unidade ao vencimento destas. Ele contou que iria cuidar de sua mãe que estava doente, mas que já havia se cansado do cotidiano das prisões e que não pretendia voltar mais, a menos que passasse um tempo e sentisse muita falta. Durante todo o tempo que realizei o meu trabalho ele não voltou à unidade e não há relato de que tenha voltado a trabalhar até hoje. Logo que iniciaram as reuniões com os agentes eles mencionaram bastante o trabalho deste diretor e, para eles, era muito claro que ele tinha saído do trabalho dentro das prisões por um desgaste do cotidiano laboral.

fazê-lo. Este seria uma das possíveis atitudes consequentes de se compreender melhor as desigualdades sociais expressas no sistema prisional a outra, é o não envolvimento político com o trabalho, o estabelecimento de uma relação mais protocolar, utilitarista com a atividade profissional, que levou, inclusive, à menor participação nos momentos de conversa do trabalho de campo. Permitam-me explicar.

Façamos um resgate cronológico, a primeira proposta levada à diretoria do complexo penitenciário de Ponte Nova era um trabalho em grupo junto aos agentes, como já foi explicado, a criação de um espaço para conversar sobre o trabalho coletivamente, algo que se mostra sempre eficaz dentro dos estudos do trabalho. Um espaço para se falar sobre a atividade laboral costuma ser bem recebido por trabalhadores e, de certa forma, é um dos papéis dos métodos de trabalho dentro da clínica da atividade e das demais clínicas do trabalho.

Quando apresentei esta proposta ao diretor geral da unidade, ele foi rápido ao concordar com sua realização e dizer que acreditava, inclusive, que esta seria uma demanda dos agentes. Discurso que ia ao encontro do diretor de qualidade da SEDS, com quem estabeleci os primeiros contatos, ao início do doutorado. Este diretor que lidava diariamente com as queixas e denúncias que envolviam os agentes também parecia ter muita clareza da necessidade de um espaço institucional para se falar do trabalho, para os agentes, lacuna que poderia ser preenchida com esta proposta de pesquisa. Depois de estruturado o formato inicial dos grupos de conversa alguns agentes se prontificaram a participar da atividade e é possível afirmar que um grupo de 15 agentes se envolveu mais com a proposta, tanto que se articularam para que os encontros pudessem ser organizados de forma a permitir que a maioria participasse sem comprometer a rotina intensa dos dias de folga dos plantões. Tudo isto já foi apresentado neste texto, o que pretendo aqui analisar é a maneira como que esta atividade se cessou.

Depois de algumas reuniões que contavam com a participação protagonista dos agentes da equipe A, a demanda para falarem sobre o trabalho acabou de maneira abrupta, para mim. Foram realizadas reuniões dentro do CPPN e, a pedido e com a ajuda de todos, fizemos uma reunião em uma sala dentro do anexo da delegacia da cidade. Depois desta reunião, que foi produtiva porque muitos se manifestaram, não houve mais procura por parte dos agentes para usarem deste espaço de fala e isto parece estar diretamente relacionado com a imutabilidade do sistema.

Os espaços de conversa sobre o trabalho podem ter diversas funções para os trabalhadores. Uma delas é ser um lugar de catarse, um momento para falar do que lhes desagrada dentro do contexto laboral. Outra função é terapêutica, ou melhor, psicoterapêutica, o bem estar imediato trazido pela externalização dos afetos convoca a pessoa a caminhar para uma maior reflexão sobre seu protagonismo em sua vida. Dito de outra forma, depois de expressar o que sente a pessoa passa a refletir sobre o que pode e deve fazer para não se sentir mais assim, caso o sentimento seja objeto de sofrimento e aí fica evidente a impossibilidade de transformação.

Ainda que muitos tentem acreditar, até mesmo por ouvir muito a respeito, de que a satisfação no trabalho depende apenas de fatores individuais, características intrínsecas ao indivíduo; à medida que nos aproximamos das condições de trabalho fica claro que não são apenas fatores pessoais que interferem nesta relação e os trabalhadores tem clareza disso, temos aí todas as clínicas do trabalho para nos demonstrar tal fato. Ao se aproximarem mais de sua realidade individual, trazendo não só condições materiais de realizações do trabalho, mas também os afetos que por estas são mobilizados, os agentes têm uma maior conscientização sobre os desdobramentos de sua atividade profissional em sua vida pessoal. Desdobramento normal aos trabalhadores que participam deste tipo de espaço de fala e escuta. Contudo, passam a ter, também, a clareza da rigidez do sistema e de seu propósito social maior, passando a compreender que não haverá mudança possível dentro das atuais circunstâncias. Esta tomada de consciência pareceu afastar os agentes do espaço de conversa sobre o trabalho, mais uma vez, corroborando a impressão de outros pesquisadores da área, como a professora Vanessa fez questão de salientar.

O grupo, que para mim foi abruptamente interrompido, caminhava para uma discussão cada vez mais aprofundada dos afetos mobilizados pelo trabalho e não mais para uma descrição das atividades, apenas, como parecia ser o foco no início. Ele já havia cumprido seu papel de receber as frustrações e reclamações dos profissionais e de tudo que fora dito no espaço nada parece ter um lugar para se transformar. Sendo assim, não pareceu ter muito propósito sua continuidade para os agentes.

Claro que tais afirmações parecem muito especulativas uma vez que lidam com negativas do campo de pesquisa. Todavia, se aliarmos tal compreensão aos relatos da carta/ e-mail e o vídeo deixados pelos agentes que se suicidaram esta compreensão não apenas parece possível, como bastante plausível. Minha experiência no campo de pesquisa, mesmo que perpassada pelas inseguranças profissionais, permite fazer tal

análise sobre a participação nas atividades propostas, que estão, por sua vez, diretamente relacionadas as condições sociopolíticas das unidades prisionais.

Diante de toda esta compreensão da imutabilidade do sistema social e qual o papel das prisões dentro deste é importante também trazer a análise mais específica sobre a condição do psicossocial do trabalho de agentes de segurança penitenciária e afirmar que este tipo de trabalho pode ser classificado como um trabalho sujo (*dirty work*) (HUGHES, J. 1962).

O sociólogo Jonh Hughes, da escola de Chicago, cunhou o termo trabalho sujo como uma forma de se referir às atividades de trabalho carregadas de estigmas, com pouco prestígio social que, contudo, apesar da rejeição precisam ser realizados. Quer dizer, apesar da maioria das pessoas desprezar algumas atividades de trabalho e julgá-las inferiores, todos precisamos que estas sejam realizadas para que nossa sociedade se mantenha nos moldes atuais, para a reprodução social. Há, portanto, uma divisão moral do trabalho.

Capítulo 11. Considerações finais

Ao longo de quatro anos procurei conhecer melhor o trabalho dos agentes de segurança penitenciária, desvendar as condições de trabalho e seus desdobramentos subjetivos. A proposta não foi apenas compreender um pouco melhor um sistema de aprisionamento que é social e tão desconhecido de modo geral, mas entender os trabalhadores que atuam dentro dele, vê-los como sujeitos de suas histórias, indo além do preconceito de pré-julgamento que normalmente são dirigidos a estes profissionais.

Logo no início já foi possível perceber que este desconhecimento sobre a realidade e a lógica do encarceramento é latente. Há uma estrutura social de desigualdade que depende e alimenta esta realidade. Quando, depois de muitas tentativas, já se foi possível conhecer de perto o sistema prisional, outro desafio se apresentou, o de olhar para os agentes que trabalham neste ambiente e não focar nos presos, sem dúvidas, os que mais sofrem dentro do ambiente carcerário.

Depois de todo o percurso da pesquisa ficou claro o que já se anunciou nos primeiros contatos com profissionais desta área, ou seja, eles exercem um trabalho que é fonte de sofrimento e adoecimento, em um ambiente muito desumano, que muitas vezes nos leva a desumanizar os que ali estão, todos que ali estão. Acompanhar de forma mais aproximada a realidade de uma unidade prisional, assim como os trabalhadores que ali estão trouxe a clareza de que este tipo de mecanismo social não deve existir.

Por ser um tema convenientemente pouco discutido, pode parecer chocante afirmar que nossa sociedade deveria funcionar sem prisões, mas bastou conhecer melhor algumas, para ter certeza de que não há outro caminho. O ambiente prisional é desumano e adoecedor e não deve existir.

Tal afirmação não significa dizer que deva haver um contrato social, em que condutas entendidas como inadequadas não devam ser repreendidas e punidas, absolutamente. Mas a legislação sobre penas alternativas já avançou muito apontando para a possibilidade da abolição das prisões. Além disso, no ano de 2013 foi anunciado o fechamento de prisões na Suécia¹⁴, indo na contramão da realidade brasileira ou mesmo estadunidense, que cresce a cada o tamanho de sua população carcerária. Neste país,

¹⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1370700-suecia-fecha-quatro-prisoas-porque-populacao-carceraria-despenca.shtml>

assim como em outros da Europa, ao longo dos últimos anos houve um investimento em políticas sociais que permitiram não só transformar a realidade como também serviram para demonstrar que a dita “delinquência” não é uma questão individual e sim, social.

Esta é uma importante discussão que nos furtamos a fazer, até mesmo porque, os principais prejudicados com esta lógica não são tão próximo da maioria política que dita estas regras. Contudo, não discutir sobre a relação entre desigualdades sociais e prisões apenas contribui para a manutenção desta lógica e em nada a transforma.

Depois de realizar todo este trabalho de pesquisa não resta outro caminho senão afirmar que precisamos acabar com as prisões, não apenas por elas já se mostrarem ineficientes no que se propõe, como os próprios agentes denunciam, mas por também serem uma fonte de trabalho precário, sujo, que tem sido exercido por pessoas que acabam por sua vez se desgastam e adoecem diante desta realidade. O custo humano que um ambiente prisional cobra para a sua manutenção é alto e não deveria ser pago, por ninguém.

Referências

- BENDASSOLLI, Pedro F., & FALCÃO, Jorge T. F. Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. **Universitas Psychologica**, 2013, n12, v.4, p. 1153-1166.
- CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006
- CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. 1ed. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 343 p.
- FORTES, R. V. **Trabalho e Gênese do Ser Social na ‘Ontologia’ de George Lukács**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, UFMG, 2001
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis : Vozes, 1977, 280p.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974, 315 p.
- HUGHES, E. C. Good People and Dirty Work. **Social Problems**, v. 10, n. 1, p. 3-11, 1962.
- LE GUILLANT, Louis. Introdução a uma psicopatologia social. In: LIMA, M. E. A. **Escritos de Louis Le Guillant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 23- 74.
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978
- LHUILIER, Dominique. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-58.
- LHUILIER, Dominique e AYMARD, N. **L'univers pénitentiaire. Du côté des surveillants de prison**. Paris, Desclée de Brouwer. 1997.
- LHUILIER, Dominique. Le sale boulot. **Travailler**, 2005, n.2, v.14, p.73-98.
- LHUILIER, Dominique. **Cliniques du travail**, Paris: Érès, 2006
- LOURENÇO, Luiz Claudio. Batendo a tranca. **Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social**. Rio de Janeiro, n.10, v.3, o, 11-31, out/ nov/ dez 2010.
- LUKÁCS, Gyorg. Para uma ontologia do ser social II. Campinas : Editora Boitempo, 2013, 856p.
- MARX, Karl. **O capital**. Campinas : Editora Boitempo, 2013, 856p.
- MARX, Karl. O trabalho alienado, primeiro manuscrito. In: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Editora Mantin Claret, 2003, cap.4, p.110-122.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**: Código Brasileiro de Ocupações, s/d

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: IBCCRIM, 2005. 285p.

NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. **Espaço e subjetividade na cidade privatizada**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências (IGC). Belo Horizonte, 2013, 250p.

POLITZER, Gyorg. **Críticas dos fundamentos de psicologia**: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998. 194 p.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**. 2001, vol.12, n.2, p. 29-47 .

SANTOS, M. M. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010

SAWAIA, Bader Brihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 7-15.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo social**. 1998, vol.10, n.1, p. 01-08.

SPINK, Mary Jane P.. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**. 2007, vol.19, n, p. 7-14 .

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**. 2008, vol.20, p. 70-77.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**, 2003, vol.15, n.2, p. 18-42.

VIEGAS, Sônia. Trabalho e Vida. Conferência proferida aos profissionais do centro de Reabilitação Profissional do INSS. Belo Horizonte, 1989.

WACQUANT, Loic.. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001, 119p.